



VOX CONCÓRDIA

SUPLEMENTO TEOLÓGICO

PALAVRA AO LEITOR	3
PODER E AUTORIDADE NA IGREJA	4
C. F. W. Walther	
A DOCTRINA DO CHAMADO NAS CONFISSÕES E ORTODOXIA LUTERANA	13
Robert D. Preus	
UNIDADE DAS IGREJAS E MINISTÉRIOS DE UNIDADE: ESPERANÇA OU UTOPIA?	58
Manfred Zeuch	
MÚSICA: "Já Refulge a Glória Eterna"	72
Raul Blum	
PROGRAMA DE NATAL: "Natal, Outra Vez"	74
Arno Bessel	
ECENSÕES	83



VOX CONCORDIANA

EXPEDIENTE

VOX CONCORDIANA - SUPLEMENTO TEOLÓGICO

Revista teológica semestral publicada pela Congregação de Professores da Escola Superior de Teologia do Instituto Concórdia de São Paulo.

Conselho Editorial: Paulo W. Buss, Editor
Gerson Linden
Rudi Zimmer

Expedição: Leonardo Neitzel

Congregação de Professores: Ari Lange
Deomar Roos
Erni W. Seibert
Leonardo Neitzel
Paulo W. Buss
Raul Blum

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores, não refletindo necessariamente a posição dos editores ou da Congregação de Professores como um todo. Devem ser considerados mais como ensaios para reflexão do que posicionamentos definitivos sobre os temas abordados.

Endereço para correspondência:

INSTITUTO CONCÓRDIA DE SÃO PAULO

Caixa Postal 60754

05799-970 São Paulo, SP

Fone. (011) 511-5077

Fax. (011) 511-2379

ACEITA-SE PERMUTA COM REVISTAS CONGÊNERES

† † † << **A N O 10 - N° 2 - 1995** >> † † †

PALAVRA AO LEITOR.....	3
PODER E AUTORIDADE NA IGREJA	4
C. F. W. Walther	
A DOCTRINA DO CHAMADO NAS CONFISSÕES E ORTODOXIA LUTERANA.....	13
Robert D. Preus	
UNIDADE DAS IGREJAS E MINISTÉRIOS DE UNIDADE: ESPERANÇA OU UTOPIA?	58
Manfred Zeuch	
MÚSICA: "Já Refulge a Glória Eterna"	72
Raul Blum	
PROGRAMA DE NATAL: "Natal, Outra Vez"	74
Arno Bessel	
RECENSÕES	83

PALAVRA AO LEITOR

Deus nos conduz à fé e nela nos mantém através de sua Palavra e Sacramentos. Para anunciar a Palavra e administrar os santos Sacramentos, Deus instituiu o santo Ministério. Sendo este ofício tão central para a fé cristã e indispensável para a vida da igreja, não é de se admirar que ele desperte reflexão, debate e até mesmo polêmica. E de fato, o tema ministério pastoral tem sido alvo de muita análise nos meios eclesiásticos pelo mundo afora nos últimos anos. A discussão revelou que o tema é complexo e exige a consideração de muitos aspectos envolvidos.

A Igreja Evangélica Luterana do Brasil não ficou imune em relação a esse debate. Na Convenção Nacional da IELB marcada para o início do próximo ano deverão ser tomadas decisões que afetarão a definição e prática do ministério pastoral em nosso meio. A equipe redatorial da VOX CONCORDIANA decidiu oferecer, neste número, subsídios que possibilitem aos pastores e líderes da igreja a aquisição de uma maior clareza e que, portanto, favoreçam a tomada de decisões refletidas, maduras, e com sólida base bíblico-confessional.

Queremos, nesta edição, abrir janelas para outras épocas e lugares onde o tema foi debatido para nos beneficiarmos com o resultado que uma visão mais alargada no tempo e no espaço nos oferece e para, a partir disso, obtermos maior estímulo para continuarmos essa reflexão.

Um tema relacionado com o do ministério é a questão da autoridade na igreja. O Dr. C. F. W. Walther, num pronunciamento que marcou a história do Sínodo de Missouri, defendeu a idéia de que só há um poder supremo na igreja, ou seja, Cristo que nos governa por meio de sua Palavra. Vale a pena conferir a tradução deste pronunciamento cujo argumento central lembra as palavras de Lutero: "Razão por que a igreja nunca pode ser melhor governada e conservada do que quando todos vivemos sob um só cabeça, Cristo, e os bispos, todos iguais quanto ao ofício (ainda que desiguais no concernente aos dons), diligentemente se mantêm juntos em unidade de doutrina, na fé, nos sacramentos, nas orações, nas obras de amor" (AE, 2ª parte IV,9).

Além dos destaques mencionados, o presente número ainda oferece ao leitor as seções habituais cuja leitura certamente será muito proveitosa. Sabemos que os assuntos abordados exigem um aprofundamento maior do que o nosso espaço nos permite oferecer. Mas se o material que o leitor encontra nas páginas desta edição servir como estímulo para uma reflexão bíblicamente informada, nosso propósito terá sido alcançado.

PWB

PODER E AUTORIDADE NA IGREJA

Alocução Presidencial de C. F. W. Walther

(O Sínodo de Missouri foi fundado em 1847. C. F. W. Walther foi eleito como seu primeiro presidente. Na segunda Convenção Sinodal, em 1848, o Dr. Walther proferiu uma alocução que se tornou famosa. Nela Walther define os objetivos da organização sinodal e os limites de sua autoridade. O poder do Sínodo é o poder da Palavra. O Sínodo só tem esse poder e não necessita de nenhum outro, argumenta Walther. O texto que segue é uma tradução do inglês visto não termos tido acesso ao original alemão. O texto inglês se encontra em Carl S. Meyer, ed. *Moving Frontiers*. Saint Louis, Concordia, 1946, pp. 170-177. P.W.B., trad.)

Nestes últimos dias de dura aflição, vieram novamente dias de grande alegria, dias de refrigério e fortalecimento para nós membros e servos da Igreja Evangélica Luterana deste país. Deus nos concedeu graça a fim de que nós, que sabíamos e sabemos que estamos unidos em uma só fé, mas em parte não nos conhecíamos e na maioria dos casos, morávamos muito distantes uns dos outros e precisávamos trabalhar e batalhar isolados, pudéssomos nos reunir aqui para manifestar a nossa unidade no espírito publicamente através de ações e para conjuntamente fortalecer esta unidade, para confessar conjuntamente nossa mais santa fé e sermos edificados através disso, para conjuntamente tomar sobre nós o fardo individual e apresentá-lo a Deus em oração conjunta. Enquanto que no presente nossos irmãos na fé na maioria dos outros países, especialmente em nossa antiga pátria, devido ao distúrbio e confusão de uma violenta dissolução de todas as relações existentes na igreja e Estado, estão quase que inteiramente restritos a solitários suspiros de lamento em seus aposentos privativos, nós fomos capazes de nos reunir pacificamente para refrigerar nossos espíritos à sombra de uma paz serena. Graças, humildes graças sejam àquele que é bom e cuja misericórdia dura para sempre.

Mas, não estamos aqui apenas como indivíduos; a maioria de nós veio para cá como servos e membros da igreja em nome e da parte de nossas congregações a fim de deliberar no temor de Deus sobre assuntos necessários para elas e para a igreja toda. Pesa sobre nós uma grave responsabilidade ao estarmos presentes aqui, nas confissões que fazemos e nas resoluções que adotamos. Os olhos de muitos estão sobre nós; eles estão olhando para nossas deliberações em parte com preocupação, em parte com expectativa. De modo geral, porém, se exige de nossa reunião - e, temos que admitir, com plena razão - que ela não deva trazer apenas benefícios para nós pessoalmente, mas que ela também traga bênção para nossas congregações e a igreja toda.

Não duvido por um momento que todos vós, meus caros irmãos em Cristo, viestes para cá pedindo fervorosamente a Deus em oração uma tal bênção sobre nossa atividade e com o santo propósito, como membros deste corpo, de considerar tal bênção o alvo de vossa atividade. Talvez todos nós, uns mais,

outros menos, estejamos cheios de preocupação pensando que nossas deliberações possam facilmente ser improdutivas. Refiro-me à preocupação com o fato de que, de acordo com os estatutos sob os quais nossa união sinodal está constituída, temos meramente o poder de **aconselhar** um ao outro, que temos apenas o **poder da Palavra**, e de **convencer**. De acordo com nossos estatutos não temos o direito de formular decretos, de aprovar leis e regulamentos, e de tomar uma decisão judicial à qual nossas congregações teriam que se submeter incondicionalmente em qualquer assunto envolvendo a imposição de algo sobre elas. Nossos estatutos de maneira nenhuma fazem de nós um consistório, de maneira nenhuma uma suprema corte de nossas congregações. Pelo contrário, eles concedem a elas a mais perfeita liberdade em tudo, nada excetuando a não ser a Palavra de Deus, fé, e caridade. De acordo com nossos estatutos não estamos **acima** de nossas congregações, mas nelas e ao lado delas. Não ficamos com isso quase que inteiramente privados da possibilidade de exercer uma influência eficaz, salutar sobre nossas congregações? Não nos tornamos nós talvez numa mera sombra de sinodo ao adotarmos estatutos como são os nossos? Sendo o relacionamento no qual entramos aquilo que ele é, não iremos nos exaurir com trabalhos que poderão facilmente se perder inteiramente, uma vez que ninguém é forçado a se submeter às nossas resoluções?

Certamente todos vós vos unis a mim em responder essa questão com um decidido Não! Não necessitais nenhuma prova para isso, muito menos **meus** argumentos. Espero, todavia, que de bom grado ireis dispensar-se vossa atenção, quando na abertura das sessões do presente ano procurarei refletir convosco por alguns momentos sobre o tópico que sugeri. Certamente não há ninguém entre nós que tenha consciência mais viva do que eu de quão completamente inapto eu sou de me erguer nesta venerável assembléia e ensinar entre mestres; mas cabe-me a incumbência de me dirigir ao plenário devido ao ofício que julgastes conveniente impor sobre mim, o menor de vós; ademais, por meio de diversas alusões que posso apresentar de acordo com a medida do meu conhecimento e o reduzido tempo de preparação de que dispus, espero ao menos vos estimular a meditar nessa importante matéria visando um maior benefício.

A questão à qual pretendo agora dar uma breve resposta é a seguinte:

Por Que Deveríamos e Podemos Executar nosso Trabalho Alegremente, Embora Não Tenhamos Nenhum Poder A Não Ser o Poder da Palavra?

O motivo principal e mais importante é o seguinte: porque Cristo **deu** a seus servos apenas esse poder e nenhum outro, e porque até mesmo os santos apóstolos não se **apropriaram** de nenhum outro poder e por isso **advertiram** seriamente os servos da igreja para que não reivindicassem qualquer outro poder.

Em primeiro lugar, Cristo declara clara e distintamente que sua igreja não é da mesma natureza que um Estado temporal. Em resposta à questão de Pilatos

se ele era o rei dos judeus, etc., ele pronunciou as grandes e importantes palavras: "O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, então os meus servos lutariam para que eu não fosse entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui." Ele indica o real, o verdadeiro caráter do seu reino, ou da sua igreja, ao acrescentar: "**Para isso** nasci, e para isso vim ao mundo, a fim de dar testemunho da **verdade**. Todo aquele que é da verdade ouve a minha voz." Também é pertinente que Cristo em outras passagens chama seu reino um reino do céu e que os santos apóstolos o denominam a casa e cidade de **Deus**, a Jerusalém lá de cima, a mulher **livre**, a igreja dos primogênitos que estão inscritos no céu, e coisas semelhantes. O reino e igreja de Cristo é, conseqüentemente, um reino de verdade, um reino espiritual do céu, um reino de Deus, em que habitam apenas cidadãos livres do reino do céu, membros da casa de Deus, profetas, sacerdotes, e reis.

Quem, portanto, tem o **poder** neste reino? Somente Jesus Cristo. Ele declara isso de si mesmo. Ele diz: "Eu sou rei." "Eu sou o bom pastor." "Um só é vosso mestre, Cristo." O apóstolo o chama "o cabeça sobre todas as coisas para a igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas." Através de que meio Cristo exerce o poder em sua igreja, apesar de ter ele retirado sua presença visível da mesma e se assentado à direita do trono da Majestade nos céus, é claramente demonstrado em sua última declaração, com a qual ele se despediu de seus discípulos: "Todo o poder me foi dado no céu e na terra. Ide portanto e ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar todas as coisas que vos tenho ordenado: e eis que estou convosco sempre, até o fim do mundo." Portanto, sua Palavra, acompanhada e selada pelos santos sacramentos, é o meio pelo qual Cristo exerce poder em seu reino. Este é o "cetro de equidade com o qual ele governa seu povo, esta é a "vara e cajado" com o qual ele alimenta seu rebanho.

Mas Cristo não apenas declara que somente ele tem o poder em sua igreja e o exerce através da sua palavra, mas ele também nega expressamente a todos os outros qualquer outro poder, qualquer outro governo, qualquer outra autoridade para comandar em sua igreja. Ele não apenas afirma, como já foi dito, "Um só é vosso mestre, Cristo," mas ele também acrescenta: "e vós todos sois irmãos," isto é, na minha igreja, vós sois todos iguais, todos sujeitos a mim e ninguém é o senhor e chefe do outro. Em outra passagem ele diz aos discípulos: "Sabeis que os príncipes dos gentios exercem domínio sobre eles, e os grandes exercem autoridade sobre eles. Mas não será assim entre vós; pelo contrário, quem quiser ser grande entre vós, seja ele aquele que serve; e quem quiser ser chefe entre vós, seja ele vosso servo."

Aquilo que Cristo com isso negou aos apóstolos, eles nunca reivindicaram para si mesmos. Eles não exigiram nenhuma submissão a não ser a Jesus Cristo, ou seja, à sua palavra. Eles disseram: "Não andando com astúcia, nem falsificando a palavra de Deus; mas pela manifestação da verdade nos recomendamos... porque não pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus o Senhor; e a nós

mesmos como os vossos servos por causa de Jesus.” 2Co 4. Quando, portanto, São Paulo, no final do primeiro capítulo de sua segunda carta aos coríntios, usara a expressão de que ele não tinha vindo a Corinto em pessoa porque ele desejava “poupar” seus coríntios, poderia ter parecido a alguns que o apóstolo estivesse com isso fazendo de si próprio um senhor com o poder de exigir e de conceder dispensa conforme bem entendesse, e que assim pudesse punir ou poupar. A fim de que essa falsa impressão não se fixasse, ele imediatamente acrescenta: “Não que tenhamos domínio sobre a vossa fé, mas somos cooperadores de vossa alegria.” Novamente, quando esse mesmo apóstolo havia solicitado e admoestado a congregação de Corinto a participar numa coleta para os pobres, ele acrescenta: “Não falo em forma de mandamento, mas, citando a diligência de outros, dou-vos ocasião para provar a sinceridade do vosso amor.” Antes disso, quando os coríntios davam mais atenção às pessoas do que à palavra pregada por essas pessoas, ele lhes testificara: “Quem é Paulo, e quem é Apolo? Servidores por meio de quem crestes... Portanto, ninguém se glorie em homens, porque todas as coisas são vossas, seja Paulo, seja Apolo, seja Cefas, ou o mundo, ou a vida, ou a morte, ou coisas presentes, ou coisas futuras; tudo é vosso e vós sois de Cristo; e Cristo é de Deus.” Mesmo na eleição e nomeação de pessoas encarregadas de cuidar das necessidades físicas da congregação, os apóstolos, por isso, não reivindicaram o direito de escolher esses homens sozinho. Antes da eleição dos diáconos em Jerusalém, os apóstolos se dirigiram da seguinte maneira à congregação: “Portanto, irmãos, procurai entre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, a quem podereis colocar na direção deste ofício. Mas nós nos consagraremos à oração e ao ministério da palavra.” Então nós lemos: “E a proposta agradou a toda a multidão; e eles escolheram Estevão (etc.), a quem eles apresentaram aos apóstolos.” Novamente, quando de acordo com o relato de Atos 21 se espalhou na congregação de Jerusalém a convicção de que Paulo era um inimigo da lei mosaica, e quando ele na sua jornada finalmente chegou a Jerusalém, Tiago e os anciãos não quiseram tomar sobre si próprios a tarefa de decidir a questão, e nem forçar a congregação a se contentar com sua decisão, mas todos os anciãos declararam unanimemente: “O que há, portanto? A multidão precisa se reunir; pois eles ouvirão que tu vieste.” Novamente, quando, de acordo com Atos 15, surgiu uma disputa entre os cristãos em Antioquia sobre a questão se cristãos que haviam sido gentios anteriormente teriam que ser circuncidados, e Paulo e Barnabé foram incapazes de acalmar a multidão dividida, a congregação elegeu a eles e a diversos outros e os enviou a Jerusalém como seus representantes para obter conselho naquele lugar onde viviam não apenas Pedro e Tiago mas também o maior número de judeus convertidos e notáveis. O que aconteceu? Os apóstolos e anciãos se reúnem para considerar a matéria; mas eles não ousam excluir a congregação nesta questão; todos os membros se reuniram; há argumentos e contra-argumentos; finalmente, Pedro e Tiago se levantam e colocam o assunto na perspectiva correta. Uma resolução conjunta é então aprovada e incluída numa carta sinodal, na qual lemos: “Nós, os apóstolos, os

anciãos, e irmãos... pareceu bem a nós, estando reunidos de comum acordo." Assim vemos que os apóstolos de maneira nenhuma reivindicaram qualquer domínio sobre a congregação. Mesmo nos mais importantes concílios da igreja eles concederam aos assim chamados leigos exatamente o mesmo direito, exatamente o mesmo assento e voto decisório como a si mesmos.

Por isso eles também admoestam diligentemente e seriamente todos os que têm um cargo na igreja contra todo o desejo de governar. Por exemplo, Pedro escreve: "Aos anciãos que há entre vós exorto, sendo eu também um ancião--alimentai o rebanho de Deus que há entre vós, supervisionando-o, não por constrangimento, mas voluntariamente; não por sórdido ganho, mas de boa vontade; **nem como sendo senhores sobre a herança de Deus**, mas sendo modelos para o rebanho." Da mesma maneira, Paulo admoesta Timóteo: "Não repreendas um homem idoso, mas admoesta-o como a um pai; e aos jovens como a irmãos; às mulheres idosas como a mães; às jovens como a irmãs, com toda a pureza." Os santos apóstolos concedem apenas **um** poder àqueles que servem à igreja como dirigentes, ou seja, o poder da Palavra. Pois assim escrevem os mesmos apóstolos: primeiramente São Pedro: "Se alguém fala, fale de acordo com os oráculos de Deus--para que Deus seja glorificado em todas as coisas por intermédio de Jesus Cristo." E São Paulo escreve a Timóteo: "Prega a Palavra, insiste, no tempo oportuno e no inoportuno."

Portanto, não pode haver dúvida, veneráveis irmãos no ofício e respeitáveis delegados, de que não estamos renunciando nenhum direito pertencente a nós se como servos da igreja e como membros de um sínodo eclesiástico não reivindicamos nenhum outro poder do que o poder da Palavra; pois na igreja onde somente Cristo governa ali não deve nem pode haver outro poder ao qual todos precisam se submeter. Há, na verdade, assuntos que a Palavra de Deus não regulamenta, mas que devem ser decididos na igreja; mas todos esses assuntos não devem ser decididos por qualquer poder acima da congregação, mas a congregação, isto é, pastores e ouvintes, os decidem, livres de qualquer coação, da maneira como for necessário e parecer salutar.

O que, então, estão fazendo os homens que reivindicam um poder na igreja além do poder da Palavra? Eles estão roubando a igreja de Cristo da liberdade que ele comprou por preço, com seu divino sangue, e estão degradando esta Jerusalém livre, na qual há somente reis, e sacerdotes, e profetas, este reino de Deus, este reino celestial da verdade a uma organização sob rigoroso governo policial na qual cada um é compelido a ser obediente a cada ordenança humana. Eles estão ambicionando a coroa real de Cristo, o único rei verdadeiro, e estão se fazendo a si mesmos de reis sobre o seu reino; eles estão depondo Cristo, o único Mestre verdadeiro, de sua cadeira e estão se erigindo a si mesmos como mestres em sua igreja; eles estão procurando separar Cristo, a única cabeça verdadeira, de sua igreja e estão presunçosamente tentando ser cabeças de seu corpo espiritual. Eles se exaltam a si mesmos acima dos santos apóstolos e reivindicam um poder

que a Palavra de Deus claramente lhes nega e que não foi concedido por Deus a nenhum homem, nenhuma criatura, nem mesmo a um anjo ou arcanjo.

Podemos, portanto, meus irmãos, estar deprimidos porque nós em nossos pastorados americanos não recebemos nenhum outro poder do que o poder da Palavra e especialmente porque nenhum outro poder foi concedido a esta assembléia? Com toda a certeza não. Este mesmo fato deve nos motivar a realizar os deveres de nosso ofício e de conduzir nossos atuais trabalhos com grande alegria: pois dessa maneira a igreja também preserva entre nós o seu verdadeiro caráter, seu caráter de reino do céu; dessa maneira Cristo permanece sendo entre nós aquilo que ele é, o único Senhor, a única Cabeça, o único Mestre; e nosso ofício e trabalho preserva a verdadeira forma apostólica. Como poderíamos cobiçar um poder que Cristo nos negou, que nenhum apóstolo reivindicou, e que privaria nossas congregações do caráter de uma verdadeira igreja e da verdadeira forma apostólica?

Indubitavelmente, nossas congregações tinham a **liberdade** de seguir esse exemplo e de investir o sínodo reunido em seu nome com um poder além do poder da Palavra; mas é outra questão se teria sido sábio se elas o tivessem feito. Eu digo que não, porque sob as circunstâncias vigentes podemos esperar confiantemente por um auspicioso sucesso de nosso trabalho, ou melhor da obra de Deus que estamos promovendo, se usamos somente o poder de Deus. Essa é a segunda razão porque deveríamos e podemos executar nosso trabalho com alegria, embora não tenhamos nenhum poder a não ser o poder da Palavra.

Talvez há tempos e condições quando é proveitoso para a igreja colocar o supremo poder decisório e regulador nas mãos de representantes. Quem, por exemplo, negaria que houve um tempo em que os consistórios em nossa pátria alemã foram uma bênção inestimável, especialmente quando a profecia de Isaías estava sendo cumprida na igreja luterana alemã: "E reis serão os teus aios, e suas rainhas as tuas amas" (cap. 49, v. 23)? Que pessoa, um pouco familiarizada com a história, negaria que a igreja sueca cresceu esplendidamente sob sua constituição episcopal, especialmente enquanto homens como Laurentius Petri, o famoso tradutor sueco da Bíblia e aluno de Lutero, estiveram investidos da dignidade episcopal, e enquanto homens como os dois Gustavos usaram a coroa real da Suécia? Se, porém, lançarmos um olhar para as condições em que a igreja se encontra **aqui**, dificilmente poderemos considerar qualquer outra constituição como a mais salutar exceto uma sob a qual as congregações estão livres para se governarem a si mesmas mas entram numa organização sinodal tal como a existente entre nós com a ajuda de Deus, para desfrutar de conferência fraternal, supervisão, e ajuda para difundir o reino de Deus conjuntamente e para possibilitar e atingir os alvos da igreja em geral.

É verdade, se nossas congregações nos tivessem concedido pleno poder para decidir e decretar em seu nome, aparentemente teria sido fácil para nós dar a todas as congregações de nosso território a forma de congregações verdadeiramente luteranas, enquanto que com os nossos atuais estatutos nossas mãos

parecem estar amarradas. Mas esse apenas parece ser o caso. Embora algumas congregações talvez usem a liberdade que possuem de rejeitar nossas recomendações mesmo que elas sejam salutares, com isso elas de fato privam a si mesmas de uma bênção. Mas qual seria o resultado se tais congregações tivessem se comprometido, pelo seu ingresso na nossa organização, a se submeter a todas as nossas ordens? O exercício de nosso poder teria posto a base para constante insatisfação, para o medo constantemente renovado da existência de intenções hierárquicas, e, assim, para atritos sem fim. Numa república, como o são os Estados Unidos da América, onde o sentimento de ser livre e independente de homens é nutrido tão fortemente desde a infância, o resultado inevitável seria que qualquer restrição além dos limites traçados pelo próprio Deus seria uma casca vazia, e nosso aparente crescimento muitas vezes nada mais seria do que um processo de se tornar duro e de morrer numa grande massa de formas sem vida. Nossa maior luta cedo iria girar em torno da execução de fabricadas e externas ordenanças e instituições humanas e iria engolir a verdadeira luta abençoada pelo verdadeiro tesouro da igreja, pela **pureza e unidade de doutrina**. Em síntese, perderíamos de vista nosso belo alvo de construir a verdadeira igreja, que não é uma estrutura externa, mas o reino de Deus no coração das pessoas e, na melhor das hipóteses, ocasionaríamos, nós mesmos, nossa rápida dissolução. Há, na verdade, organizações religiosas nesta república que, apesar de sua forma de governo estritamente representativa, estão se desenvolvendo sem antagonismos e estão prosperando à sua maneira, mas por quê? Porque não se permite às congregações alcançar um conhecimento de sua liberdade e suas consciências estão presas a favor de sua forma de governo por meio de doutrina falsa. Em nossa igreja evangélica luterana, porém, temos que pregar a nossas congregações que a escolha da forma de governo de uma igreja é uma parte inalienável de sua liberdade cristã e que os cristãos como membros da igreja não estão sujeitos a nenhum poder no mundo exceto a clara Palavra do Deus vivo. Aqui os resultados desastrosos acima mencionados certamente devem ser temidos no caso de qualquer restrição da liberdade das congregações, especialmente numa república tal como a nossa.

Podemos, porém, esperar resultados totalmente diferentes se nada pedirmos incondicionalmente às nossas congregações a não ser a submissão à Palavra, se, portanto, deixarmos que elas se governem a si mesmas e as assistirmos apenas com nosso conselho. Não precisamos temer que o elemento secular de uma democracia política vá invadir a igreja, de que disso resultará um governo popular, um papado do povo, e que nós, que devemos ser servos de Cristo, com isso nos tornaremos servos de homens. Como pode isso ser um impio governo popular, onde as pessoas usam os direitos dados a elas por Deus? Como pode isso ser um papado do povo, se a nação sacerdotal de cristãos não permite que qualquer homem decreta leis para ela em assuntos que Deus não prescreveu e está disposta a obedecer o pregador da Palavra incondicionalmente apenas quando o próprio Cristo fala através dele, isto é, quando ele prega a sua Palavra?

Não, um infame governo popular ocorre apenas onde as pessoas se atrevem a prescrever ao pregador o que ele pode e o que ele não pode pregar da Palavra de Deus; onde as pessoas ousam contradizer a Palavra de Deus e interferir de alguma forma na conduta do ofício de acordo com a Palavra; ou onde as pessoas reivindicam somente para si mesmas o poder de promulgar regulamentos na igreja, excluem o pastor desse poder, e exigem que ele se submeta a esses regulamentos. Portanto, é servo de homens apenas tal pregador que não serve fielmente a Cristo por causa do temor a homens or por causa do desejo de agradar a homens, que se afasta da Palavra de Deus em doutrina ou prática, e prega para os ouvidos coceguentos de sua audiência. Mas onde o pastor recebe **apenas** o poder da Palavra, mas seu pleno poder, onde a congregação, sempre que ela ouve a Palavra de Cristo da boca do pregador, a recebe como a Palavra de Deus, ali existe o relacionamento correto entre pastor e congregação; ele está em seu meio não como um mercenário contratado mas como um embaixador do Deus altíssimo; não como um servo de homens mas como servo de Cristo, que, em lugar de Cristo, ensina, admoesta, e reprová. Ali a admoestação apostólica é devidamente observada: "Obedecei aos que vos governam, e submetei-vos; pois velam por vossas almas como quem deve prestar contas, para que o possam fazer com alegria, e não com tristeza, porque isso não é proveitoso para vós." Quanto mais uma congregação vê que aquele que os governa no Senhor não deseja nada a não ser que a congregação esteja sujeita a Cristo e sua Palavra; quanto mais ela vê que ele não deseja dominá-los, sim, na verdade, que ele mesmo zelosamente defende a liberdade da congregação, tanto mais disposta a congregação se tornará para ouvir suas recomendações salutareis também em questões que Deus não prescreveu; ela o seguirá nessas questões não como a um superintendente, porque ela precisa, mas como a seu pai em Cristo, porque quer fazê-lo em benefício próprio.

Também nossa organização sinodal tem as mesmas perspectivas de influência salutar caso ela não procure operar através de quaisquer outros meios do que o poder da Palavra de Deus. Mesmo então precisamos esperar batalhas, mas elas não serão as vis e deprimentes batalhas pela obediência a leis humanas, mas as santas batalhas pela Palavra de Deus, pela honra e pelo reino de Deus. E quanto mais as nossas congregações perceberem que não desejamos empregar nenhum outro poder sobre elas além do poder divino da Palavra, o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, tanto mais também nosso conselho encontrará uma porta aberta entre elas. Na verdade, aquelas que não amam a Palavra se separarão de nós, mas para as que a amam nossa comunhão será um confortável refúgio; e se elas adotarem nossas resoluções, elas não as considerarão como uma carga estranha imposta sobre elas de fora, mas como um benefício e um dom de amor fraternal, e elas irão apoiá-las, defendê-las, e preservá-las como sendo suas próprias.

Embora não possuamos nenhum poder a não ser o da Palavra, não obstante podemos e devemos levar avante o nosso trabalho com alegria. Acima

de tudo e em todas as coisas seja esta a nossa preocupação, que a doutrina pura de nossa querida igreja evangélica luterana possa se tornar mais e mais completamente conhecida entre nós, que ela possa estar em voga em todas as nossas congregações, e que ela possa ser preservada de toda a adulteração e mantida como o tesouro mais precioso. Não cedamos uma só vírgula das exigências da Palavra. Estabeleçamos seu governo completo em nossas congregações e não ponhamos nada dela de lado, mesmo que por essa razão nos venham a acontecer coisas, como Deus quiser. Aqui sejamos inflexíveis, aqui sejamos firmes. Se fizermos isso, não precisaremos nos preocupar com o sucesso de nosso trabalho. Embora ele possa **parecer** em vão, ele **não pode** ser, então, em vão pois a Palavra não volta vazia mas prospera naquilo para que o Senhor a enviou. Pela Palavra somente, sem qualquer outro poder, a igreja foi fundada; pela Palavra somente todos os grandes feitos registrados na história da igreja foram realizados; pela Palavra somente a igreja, com toda a certeza, permanecerá também nestes dias de dura aflição, até o fim dos dias. Até mesmo as portas do inferno não prevalecerão contra ela. "Pois toda a carne é como relva, e toda a glória do homem como a flor da relva. A relva seca, e sua flor cai; **mas a Palavra do Senhor** permanece para sempre." Amém.

A DOUTRINA DO CHAMADO NAS CONFISSÕES E ORTODOXIA LUTERANA

Dr. Robert David Preus¹

1. A UNIDADE DE DOUTRINA E PRAXE

De acordo com as Confissões Luteranas, a teologia e a praxe formam uma completa e inseparável unidade². Isto é verdade com respeito a cada artigo da fé cristã, seja qual for o artigo: da imanente Trindade que confessamos e adoramos nos três Credos ecumênicos, dos Dez Mandamentos, do artigo da justificação (o perdão dos pecados) por amor a Cristo, ou da doutrina da Santa Ceia. Com respeito a qualquer um destes artigos de fé ou todos eles, se a doutrina, a prática e o culto estiverem errados ou não em harmonia um com o outro, tudo está errado e em desarmonia.

Este fato inexorável é especialmente claro no caso do artigo XIV da Confissão de Augsburg, que fala do chamado divino de certa pessoa para o ministério da Palavra. O artigo XIV da Confissão de Augsburg (CA) apresenta a doutrina do chamado: "Nossa igreja ensina ...". O chamado é a ação de Deus pela igreja inteira (Tratado sobre o Poder e o primado do Papa (Tr) 24), uma prática que vem desde os tempos apostólicos. O chamado num sentido amplo, um sentido muitas vezes usado nas Confissões e pelos teólogos luteranos desde Lutero, inclui a ordenação e a instalação, que é um rito litúrgico.

A unidade da doutrina, da praxe e do culto litúrgico público torna-se mais evidente e significativa quando notamos a relação existente entre a doutrina do chamado e dos outros artigos da fé, especialmente os artigos III e IV, da redenção e justificação (Artigos de Esmalcalde (AE) II,II,1), em torno dos quais giram todos os outros artigos da fé cristã e do artigo V da CA, que se refere especificamente à instituição e nomeação do ministro para a pregação do evangelho da justificação,

¹ O Dr. Robert D. Preus foi Diretor do Concordia Theological Seminary, em Fort Wayne, no qual é professor de Teologia Sistemática. O autor, erudito no estudo da Ortodoxia Luterana, gentilmente permitiu a tradução e impressão deste seu estudo. Tradução feita pelo Rev. Horst Kuchenbecker e revisão do Rev. Gerson Luis Linden.

² Robert D. Preus, *Confessional Lutheranism in Today's World*, em *Concordia Theological Quarterly*, 54,2-3 (Abril-Julho, 1990), p. 100-103. Cf. CA XXVIII,5. Esta unidade entre teologia e prática (que inclui a liturgia) permanece, quando a teologia é vista como um hábito prático ("*habitus practicus theosdotos*"), ou como doutrina cristã ("*logos tou theou kai peri tou theou*").

para que a fé possa ser gerada e pecadores possam ser justificados por amor a Cristo, e a missão da igreja possa ser estabelecida³. O princípio aqui firmado é visto também quando comparamos CA XIV: "Da Ordem Eclesiástica" com CA VII e VIII sobre a igreja e CA XXVIII: "Do Poder dos Bispos", e também o artigo X da Fórmula de Concórdia (FC): "Das Praxes Eclesiásticas." Todos estes artigos tratam da doutrina, da ação divina, da prática e do culto; e os referentes da doutrina em cada artigo não são abstrações, mas realidades: Deus e sua obra redentora; o concreto ofício do ministério e seu poder e obra salvíficos; o chamado que coloca o homem no ministério; a missão, poder e obra explícitos da igreja e seu culto.

Quase todo livro ou comentário respeitável sobre as Confissões vê uma relação causal e orgânica entre CA V e CA III e IV, CA XIV, CA VII e VIII, e CA XXVIII⁴. O evangelho cria o ministério e a igreja, e a igreja e seus ministros não têm outro trabalho e missão do que pregar o evangelho e administrar os santos sacramentos pelos quais a igreja e seu ministério vivem. E toda a jurisdição da igreja e de seus ministros é confinada a esta uma atividade. Fagerberg diz: "As várias tarefas do ministro podem ser consolidadas neste um: fazer a voz de Cristo soar pela pregação e pela administração dos sacramentos e pela aplicação do

³ Cf. Robert Preus, "The Confessions and the Mission on the Church", in *The Springfielder* XXXIX, 1 (Junho, 1975), p. 20-39. Compare também Eugene Bunkowske, "Was Luther a Missionary"?, em *A Lively Legacy*, editado por Kurt E. Marquart, John R. Stephenson, Bjarne W. Teigen, Fort Wayne, Concordia Theological Seminary Press, 1985, p. 15-22).

⁴ Norman Nagel, "The Office of the Holy Ministry in the Confessions", em *Concordia Journal*, vol. 14, 3 (Julho, 1988), p. 298: "O que acompanha o Ofício das Chaves é 'pregar o evangelho, perdoar e reter os pecados, dar e administrar os sacramentos' (CA 28.5). Que estas coisas feitas fluem do artigo 4, da justificação. O que é confessado no artigo 4, é confessado como sendo dado a alguém através do ministério da pregação (*Predigtamt*). Quando o evangelho e os sacramentos são dados, eles são os meios pelos quais o Espírito Santo trabalha a fé naqueles que ouvem o evangelho." (Cf. Frederick Mildenberger, *The Theology of the Lutheran Confessions*, Philadelphia: Fortren Press, 1985, p. 223; Cf.: Edmund Schlink, *The Theology of the Lutheran Confessions*, Traduzido por Paul F. Koehnke e Herbert J.A. Bauman, Philadelphia: Muhlenberg Press, 1961, p. 229-233. Em um artigo muito erudito, intitulado: "Augsburg V: Intent and Meaning of the Confessors on 'Ministry'", em *Concordia Journal*, 17, 1 (Jan., 1991), p. 30-42), meu colega, Dr. Eugene Klug, argumenta que a CA V fala basicamente da obra do Espírito Santo pelos meios da graça (o que é admitido virtualmente por todos os estudiosos), e somente de forma **implícita** do pregador ou ministro. Na minha opinião, isto está longe de acertar o ponto. A referência de Lutero nos Artigos de Schwabach, fonte para o artigo CA V, citado por Klug, de ministério, a saber o da "palavra oral" e o ataque de Lutero aos entusiastas em AE III, VIII para afirmar que o Espírito Santo trabalha fora da Escritura e da "palavra Oral," indica que o CA V não só de forma **implícita**, mas **requer** a pregação de um ministro concreto.

poder do ofício das chaves"⁵. A igreja é uma comunidade salva com um propósito soteriológico e missionário. O ministério existe por causa do evangelho (Ap XXXVIII,18,23).

2 - O CHAMADO

O termo "chamado" é usado de diversas formas nas Confissões, bem como nas Escrituras⁶. 1) Primeiro, o termo é usado simplesmente para nomear algo, para denominar ou identificar algo (Tr 61,62,74; CM 1,142; IL36; III,37,44). 2) Segundo, mais especificamente, o termo é usado para designar o chamado que Deus dirige a alguém para torná-lo cristão, o chamado à fé (Ap XX,12,13; AE II,6; CM II,45) ou o chamado eterno e a eleição para a vida eterna, a eterna salvação (DS 33,73). No último caso, no entanto, é somente pelo chamado eterno, por meio da Palavra, que o eleito é escolhido (*passim*). 3) Terceiro, as Confissões falam do chamado (*vocatio, Beruf*) como uma posição, mandato divino, tal como um ministro e magistrado civil (CA XXI,1; XXVII,13). Embora Lutero não tenha usado o termo "chamado" na Tábua dos Deveres, lá está implícito que cada situação da vida (Amt und Dienst) aprovado por Deus, é um chamado, e Melancton o diz claramente (CA XXVI,38; XXVII,49), embora tenha dito que os monges não têm nenhum tipo de chamado. 4) Quarto, uma boa parte da atenção e ênfase é colocado pelas Confissões no chamado para o ministério público da Palavra (CA XIV; Ap VI,28; XXVII,41,49; Tr 67 *passim*).

Será que há algo de comum no termo "chamado" nestes muitos contextos? Existe uma relação entre o uso do termo nos vários contextos? Sim. O termo se refere em vários casos à ação de Deus que é pessoal e concreta: chamados são pessoais (*vocationes sunt personales*, Ap XXVII,49). Deus age sobre indivíduos para salvá-los ou para colocá-los em algum ofício, no qual eles possam servi-lo. Ele chama a pessoa de uma posição para uma posição, um estado. Isto esclarece como o termo é usado nas Confissões. O relacionamento entre os vários contextos nos quais o termo é individualmente usado, é somente esboçado nas Confissões, também em Lutero e nos primeiros dogmáticos, embora a conexão soteriológica é sempre clara.

⁵ Holsten Fagerberg, *A New Look at the Lutheran Confessions (1529-1537)*. Traduzido por Gene Lund, St. Louis: Concordia Publishing House, 1972 p.244.

⁶ Um estudo do uso do termo no Novo Testamento, cf. Walther A. Maier, "The New Testament Doctrine of the Call", Estudo apresentado em uma conferência livre, em St. Louis, Missouri, 17 de Fevereiro de 1990.

Coube a Quenstedt, o primeiro dos últimos dogmáticos, sintetizar o que sempre fora implícito. Atento à *vocatio caritatis* de Lutero, o chamado para ser um cristão e para amar e viver a vida de amor em sua posição própria. Quenstedt fala da *gratiosa vocatio* de Deus, pela qual ele funde num todo orgânico, a atividade salvífica de Deus, a igreja e o ministério de Deus⁷. O chamado, diz ele, é um ato "pelo qual Deus chama homens para a fé e o arrependimento pela Palavra, quando escrita ou lida, e lhes oferece a graça da conversão. Pela graça, aqueles que foram convertidos, são aptos para tornarem-se participantes da salvação." O caminho específico pelo qual este chamado é efetivado é através do ministério ordinário da Palavra, a pregação do evangelho. Deus usa o "ministro ordinário (*causa ministerialis*) da Palavra" para converter pessoas (Mt 22.3; 9.38-39; Tg 5.20), e a pregação da Palavra (*causa orgânica*) é sempre séria e eficaz. A forma do chamado é "intenção de Deus", isto é, sua determinação e execução. Esta intenção se aplica a todos os que ouvem o evangelho, e é executado naqueles que o crêem. Por que este desempenho não se realiza entre os islamitas ou bárbaros na América, não pode ser respondido. Até aqui Quenstedt. Ele não chegou longe com sua síntese. O *cyr alii, alii non* o travou.

Gerhard faz melhor por não sintetizar, mas simplesmente descrever o que é o chamado ao ministério da Palavra. É a escolha de Deus, diz ele, de "pessoas especiais", do resto da multidão de homens. A estas ele coloca (*praecepit*) em autoridade na sua igreja (Hb 5.4; Is 49.1; Gl 1.15; Rm 1.1). O chamado pode ser denominado uma missão (*missio*: Rm 10.15), por vezes, uma eleição (I Cr 23.13; Lc 6.13; Jo 6.70; At 1.2,24; 9.15; Rm 16.13). O essencial é, por isso, que chamado e eleição pertencem juntos e envolvem um ao outro. A eleição precede o chamado e é mais importante. Quando Deus chama mediatamente, ninguém pode ser chamado que não fora eleito, exceto em caso de necessidade. Por vezes o chamado está ligado a um escolher, chamar, enviar (Is 49.1); por vezes o termo é usado passivamente em relação ao chamado (I Co 7.20). Pelo chamado Deus criou algo que não existia antes, a saber o ministro, e Deus o provê com os dons necessários para o trabalho.

⁷ John Andrew Quenstedt, *Systema Theologicum*, Leipzig, 1715 P.III, C.5. Th. 4ss. (2,663ss).

⁸ John Gerhard, *Loci Theologici*. Ed. Johann F. Cotta, Tuebingen, 1763, XII 51.

3. O CHAMADO VEM DE DEUS

O autor, a *causa efficiens* do chamado é Deus. Ele é o único sujeito em ação⁹. É seu chamado e seu ofício para o qual ele chama. É a sua palavra salvífica que o ministro chamado deve pregar, sua palavra da salvação por amor a Cristo. Por sua Palavra, Deus criou a igreja, por sua Palavra criou o ofício da pregação. E, através do ofício da pregação, "Palavra e ofício tornam-se um"¹⁰. Chemnitz diz:¹¹ "Porque o ministério da Palavra é o ofício do próprio Deus, pelo qual ele próprio vem e atua por meios ordenados e instrumentos escolhidos em sua igreja, Lc 1.70; Hb 1.1; 2 Co 5.20: 'Somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio.' E ele não se afasta dos seus embaixadores como rei e legislador. Por isso, é absolutamente necessário, se você deseja ser um pastor fiel da igreja, que você esteja certo de que Deus deseja usar o seu trabalho e que você é tal instrumento Seu."

Visto ser de Deus o chamado para o ministério da palavra, e os ministros serem embaixadores de Cristo, é ministério de Cristo.¹² Balthazar

⁹ Cf. Wilhelm Maurer, p. 223 ss.

¹⁰ Cf. Maurer, p. 188: "Como o ofício depende da Palavra, assim a igreja depende do ofício. Lutero achou a conexão entre o ofício e a Palavra, primeiro na absolvição e então no ensino. A consolação do perdão vem pelo ofício da pregação; aqui Palavra e ofício se tornam um. A mesma coisa acontece também no processo do aprendizado e da percepção da fé, na aplicação da 'chave do Ensino'. O 'ofício geral da pregação' serve, num sentido compreensivo, 'para proclamar a abertura das portas do céu para todos'. O ministro da palavra não é nenhum outro do que a voz clara e consistente dos apóstolos, através dos seus sucessores até os nossos dias (Cf. LW 40.357,358).

¹¹ Martin Chemnitz, *Loci Theologici*, Traduzido por J.A.O. Preus, St. Louis: Concordia Publishing House, 1989 II, 699.

¹² LW 38.200: "Precisamos crer e estar certos disto, que o batismo não pertence a nós, mas a Cristo; que o ofício da pregação não nos pertence, mas a Cristo; que o sacramento não nos pertence, mas a Cristo; que as chaves ou o perdão dos pecados e a retenção do perdão não nos pertencem, mas a Cristo. Em resumo, o ofício e os sacramentos não nos pertencem, mas a Cristo. Ele ordenou tudo isto e o deixou como um legado na igreja para serem exercidos e usados até o fim do mundo. E ele não mente, nem nos decepciona. Por isso nada podemos fazer fora deles, mas agimos conforme seu mandato e o guardamos. No entanto, se o alterarmos ou se quisermos melhorá-lo, então fica inválido e Cristo não está mais presente, nem é a sua ordenança. Cf. Nagel, op.cit. p.290. Cf. também Heinrich Bornkamm, *Luther in Mid-Career*, 1521-1530, Traduzido por Theodore Bachmann, Philadelphia, Fortren Press, 1979, p. 146 ss.. Todos os dogmáticos citam 2 Co 5.13-20 como referência ao ministério da Palavra. Este também é o caso de Lutero. Cf. LW 39.74.

Mentzer,¹³ comentando a divindade do chamado, afirma que CA XIV é baseado em Rm 10.15. Deus instituiu o ministério da Palavra e chamou homens para ele não somente para proclamar sua Palavra, mas para proteger a igreja contra lobos (Mt 7.15; Jo 10.8; Jr 23.21). O primeiro objetivo de sua advertência é dirigida aos anabatistas que negam a divindade do chamado divino. Após afirmar que todos no povo de Deus são na verdade sacerdotes de Deus (1 Pe 2.9; Ap 1.6; 5.10) e têm o direito de oferecer sacrifícios espirituais (Rm 12.1; Hb 13.15), mesmo que não haja sacerdotes e levitas no Novo Testamento, Mentzer disse que o próprio Deus estabeleceu a diferença (*discrimen*) em sua igreja: alguns são professores e outros ouvintes e discípulos (1 Co 12.29; Ef 4.11). E Deus que chama a ambos. Só ele tem o direito e o poder para fazer isto. E "não é verdadeiro o chamado que não provém de Deus e em resposta a Deus" (*quae non a Deo fiat, et ad Deum referatur*). Assim Deus chama ministros para salvar almas, porque ele ama a todos, mas também por boa ordem para admoestar o seu rebanho.

4. DEUS CHAMA ATRAVÉS DA IGREJA

Lutero, as Confissões, Chemnitz e todos os dogmáticos ensinaram de uma só voz contra os Anabatistas, Socianos, Schwenckfeldianos e outros entusiastas de que após o tempo dos apóstolos, Deus não chama mais pastores e ministros diretamente, mas por intermédio da igreja. Este é obviamente o sentido da CA XIV. Mentzer baseia o artigo XIV da Confissão de Augsburgo em 1 Tm 4.14; 2 Tm 1.6; At 20.28; Ef 4.11. Desta forma, Deus chama pela igreja, a noiva de Cristo, à qual Ele dá o ofício das chaves. "Desta forma todo o ministério é da igreja (Ef 4.12; 1 Co 3.21). E pastores são chamados de ministros da igreja (1 Co 3.5)." No entanto, a igreja consiste de seus membros (Rm 12.5; 1 Co 12.12). Há, então, certa distinção na igreja, certa ordem ou classes de pessoas. Pois nem todos na igreja podem ser chamados de ministros. Há pastores e ovelhas, ou, se você prefere, anciãos e povo. Isto é conforme a ordem de Deus (Ef 4.11). Mentzer simplesmente repete o princípio de Melancton: "A igreja não pode arrogar a si mesma a liberdade de chamar ordenanças de Cristo de assuntos indiferentes". O chamado de Deus pela igreja não é menos divino por isso. E o chamado de Deus é mandamento seu (Ap XXVII.41), não simplesmente uma promessa insignificante ou decisão que as pessoas fazem para si mesmas.

¹³ Balthasar Mentzer, *Exegesis Augustanae Confessionis*, in *Opera Latina*. Frankfurt, 1669. 1.228

Chemnitz articulou a posição de Tr 66-70 sobre o chamado mediato¹⁴: "Pelos apóstolos, ele (Deus) deu e prescreveu para a igreja certa forma de como ele quer enviar e chamar ministros, a saber, por um chamado mediato. Deus quer, absolutamente, que até o final dos séculos o ministério esteja amarrado a este ensino da palavra, que foi recebido do Filho de Deus e dado à igreja pelos apóstolos que foram chamados diretamente" (Gl 1.8,9; 2 Tm 1.14; Hb 1.1). Novamente Chemnitz argumenta com a posição do Tratado: "Este chamado mediato tem certo e firme fundamento na palavra de Deus, pois os apóstolos, através do voto (*suffragia*) da igreja mantiveram anciãos nas igrejas individuais (At 14.23). Os apóstolos e as igrejas, nos seus dias, não desejaram enviar professores indicados diretamente por Deus, mas indicados pelo voto da igreja eles escolheram pessoas instruídas e capazes e lhes deram o consentimento." Para que o leitor não suponha que Deus entregou à igreja o seu próprio e supremo direito de chamar trabalhadores para a sua vinha, Chemnitz acrescenta: "Nem devemos pensar que este chamado mediato descansa somente em exemplos, sem um mandamento divino. Pois Paulo mandou a Tito e a Timóteo que ordenassem presbíteros e sobre como eles deveriam fazê-lo, por meios (Tt 1.5; 1 Tm 2.2)." Então Chemnitz argumenta de que este chamado mediato em nossos dias é o mesmo chamado divino, que os profetas do Antigo Testamento receberam. Timóteo não foi menos chamado do que o próprio apóstolo Paulo. E assim o é com cada ministro hoje (At 20.28; 2 Co 5.18-20; 1 Co 12.28). Deus dá a mesma graça, ajuda, poder e eficácia divina ao ministério da Palavra hoje.

5. A NECESSIDADE DO CHAMADO

E assim, o chamado é necessário. Este é o ponto central da CA XIV, quando diz: "**Ninguém** deve publicamente ensinar na igreja ou administrar os sacramentos **a menos que** seja legitimamente chamado." Isto já fora afirmado por Lutero em seus vários escritos contra os anabatistas e papistas¹⁵. Admitimos que uma igreja, pela graça de Deus, pode existir por um tempo sem um pastor. Lutero

¹⁴ Chemnitz, *Loci Theologici* II 700.

¹⁵ Para uma discussão sobre a insistência de Lutero sobre a necessidade do chamado e do ministério na igreja, cf: Charles J. Evanson: "The Holy Ministry: Luther and Lutheran" in *And Let Every Tongue Confess*, ed. por Gerald S. Krispin e Jon D. Vieker, p. 156-159. Cf. *LW* 39, 309: "Visto que uma congregação cristã não pode existir sem a palavra de Deus, segue o claro e prévio argumento de que sempre deve haver professores e pregadores que administrem a Palavra. E visto que nestes últimos tempos, os bispos e os falsos governos espirituais não querem, nem desejam ensinar a Palavra, não provêem, nem toleram tais professores, e Deus não tende a enviar novos pregadores do céu, precisamos atuar conforme a Escritura e instituir dentre nós aqueles que estão qualificados e aos quais Deus iluminou com razão e dons para isto.

admitiu isto em sua carta aos cidadãos de Praga, quando insistiu com eles para que ficassem sem o sacramento do altar, só com a devoção familiar, mas não se submetessem ao bispo papal ordenado.¹⁶

Os teólogos luteranos antigos, como Lutero, enfatizaram a necessidade do chamado externo mediato ao ministério. Não somente nenhuma pessoa deve pregar publicamente sem o chamado de Deus, mas também ninguém deve ouvi-lo¹⁷. Pois o chamado não é resultado de uma organização humana (*constitutio humana*), mas de ordem divina¹⁸. Não se segue simplesmente o exemplo das primeiras congregações cristãs, mas uma ordem divina controla o chamado do ministério (Tt 1.5; 1 Tm 2.2)¹⁹.

¹⁶ LW 40.7-43

¹⁷ Chemnitz *Loci Theologici* II 698.

¹⁸ *Ibid.* II.699

¹⁹ *Ibid.* II.700. Cf. Martim Chemnitz, *Examination of the Council of Trent*. Tr. Fred. Kramer. St. Louis, Concordia Publishing House, 1978, Vol. 2 p.678. *Loci Theologici*, II 700; LW 40.111; 40-380. Abraham Calov, *Systema Locorum Theologicorum*, Wittenberg, 1655. VIII, p.316. Calov escreve contra os socianos e arminianos, e usa as passagens de Jo 20.21,22, Mt 28.19; Rm 10.18; Ef 8.12; 1 Co 12.18. como prova. Calov crê que o povo é levado normalmente à fé pelos ministros da Palavra. Há exceções, mas poucos são encontrados na Escritura, convertidos diretamente por Cristo e mesmo Paulo foi confirmado pelo ministério de Ananias. Lutero, em sua obra: "Pregadores Infiltrantes e Clandestinos"(1932), LW 40.383ss, afirma que pregadores sem chamado são do diabo. Eles roubam o ministério de pastores legitimamente chamados, e com isto roubam o próprio Deus. Eles não têm direito para dividirem paróquias ou causar dissensões. Por agirem assim, eles desprezam o pastor, julgam e o condenam, sem que o pastor tenha possibilidade de se defender" (p.386). "Se não mantermos firme e enfatizarmos o chamado e comissionamento, finalmente não existirá mais igreja", diz Lutero. "A igreja seria devastada por todo o tipo de entusiastas, seria dividida, e cedo nada mais ficaria." Lutero é muito insistente em que o pastor deve ter um chamado. "Ninguém pode ter um ofício, sem um comissionamento ou chamado." "O Senhor não deu os talentos aos servos com os quais eles deveriam trabalhar antes de os chamar e lhes ordenar que fossem trabalhar. 'Ele chamou seus servos', diz o texto, 'confiou-lhes sua propriedade'. Deixemos que os interlocutores nos tragam tal chamado e autoridade consigo, ou deixem o dinheiro do Senhor sozinhos. Por outro, serão achados como ladrões e mentirosos. Conforme Mateus 20, os trabalhadores não foram para a vinha sem que o dono os empregasse e os enviasse. Alguns ficaram parados o dia todo, enquanto os outros eram chamados enviados." Lutero continua, dizendo (p.392) que não é correto que um intruso arrogue-se para si mesmo um "chamado", ou "poder" de ditar sentenças sobre púlpitos que não são deles. Isto não é outra coisa do que roubar e matar. Lutero diz, e interfere no ofício de outrem e não devem ser tolerado (1 Pe 4.15). Cf.: LW 39.301ss.

Quenstedt²⁰ colocou a pergunta: "Se um chamado específico é requerido por alguém que ocupa o ministério cristão?" Ele responde que a questão não se refere às qualificações, ou o amor, ou dedicação, nem se há um "caso de necessidade (urgência)", mas se alguém precisa ser legitimamente chamado para executar o ministério da Palavra. Ele responde que quando alguém atua em seu ofício próprio e legítimo na igreja, corretamente fundamentado na palavra de Deus, ninguém deve ocupar este ofício da pregação (*munus docendi*), sem um chamado legítimo. "Isto é absolutamente necessário". (*Omnino necesse est*). E ele cita a CA XIV. Quenstedt reitera o que Lutero e todos os dogmáticos disseram antes dele. Gerhard diz: ²¹"Este chamado para o ministério é absolutamente (*omnino*) necessário para aqueles que, conforme a vontade de Deus, desejam executar seu ofício (*munus*) com boa consciência e para o benefício daqueles que os ouvem". Novamente CA XIV é citado.

A necessidade do chamado divino externo implica em dois importantes pontos doutrinários. O próprio ofício para o qual alguém é chamado, é necessário, é um *mandatum Dei*, como Melancton o mostra claramente no Tratado (72), e na Apologia (XIII, 12). Segundo, o chamado cria o ofício. Chemnitz diz: ²²"Aquele que entende o fundamental da doutrina celestial e foi equipado para ensiná-la bem, quando ele oferece seu trabalho a Deus e à igreja, não busca outra coisa do que Deus, através de um chamado legítimo, declare se, quando e onde Deus quer usar o seu serviço (*ministerium*) na igreja." Sem chamado, não há ministério. Ninguém deve ir, se Deus não o chamou e enviou. Se não vem um chamado, ninguém deve "pôr-se à caminho". Nossas Confissões e teólogos com grande consistência vêem o chamado para o ministério da Palavra como uma ação divina, não diferente do batismo, se alguém não força a imagem, no qual alguém é colocado num novo estado ou ofício.

6. O OFÍCIO

Qual é o ofício para o qual alguém é chamado? Nas Confissões, o ofício é conhecido por vários títulos: pastor, ancião, pregador, ministro, ocasionalmente

²⁰ Quenstedt, *op. cit.*, q. 1.

²¹ Gerhard, XII 52. Gerhard prova seu ponto de vista, da necessidade do ministério, com uma extensa exegese de Jeremias 23.2; Jo 17.9; Jo 3.27; Rm 10.15; Hb 5.4.

²² Chemnitz II.698.

bispo, quase nunca sacerdote²³. A nomenclatura é tão variada, porque todos os termos, tomados da Escritura, falam do mesmo ofício de diferentes pontos de vista. Nossas Confissões reconhecem este fato quando eles igualam todos estes títulos (Tr 61ss), mas não se demoram em explicar sistematicamente as várias nuances e conotações peculiares dos diversos termos. No entanto, através de um breve exame de como os termos são usados nas Confissões, podemos aprender mais sobre o que está incluído no ofício único.

Para Lutero (AE II,III.I), pastor, pregador e ministro denotam a mesma pessoa e ofício (Cf. sua prática nos Cm, CM e na FC). Pastores e ministros são muitas vezes classificados como bispos e sempre carregam este título (CA XXVII.13; XXVIII.38). Por direito divino o papa, como qualquer ministro, não é mais do que o pastor ou o bispo da igreja de Roma; outras igrejas podem ater-se a ele politicamente, mas somente por direito humano, pois as outras igrejas não o escolheram como senhor (AE II,IV.I).

O título "ancião" é igualmente usado alternadamente com o de pastor, bispo e ministro (Tr 64). Na igreja antiga, os que presidiam a igreja eram chamados de anciãos e bispos. E estes chamados anciãos, ou presbíteros, poderiam por direito humano, escolher uma pessoa dentre elas para os presidir, a fim de evitar divisões e para decência e ordem (Tr 62-67). Mas qualquer distinção entre bispo, ancião e pastor é somente por direito humano; e quando bispos vêm a ser tiranos ou inimigos do evangelho, a igreja - o termo é usado no singular e no plural - tem o direito de chamar, eleger e ordenar ministros, e a ordenação por outro pastor é válida "por direito divino".

Um outro termo que é usado muitas vezes para o pastor é o termo professor (Tr 79, *doctor, Prediger*; Cm Tábua dos Deveres, 2.3; FC DS Prefácio, 4.5; FC DS XII.3: *Lehrer, doctores*). E é este termo que traz o ministro (o termo mais usado) de volta ao seu ofício, a saber, ao "ministério de ensinar o evangelho e administrar os sacramentos" (CA V), e à missão da igreja (note a consistente fórmula introdutória da CA, "Nossas igrejas ensinam...", e da FC ("Cremos, ensinamos e confessamos"). O dever do ministério é ensinar. Supervisionar, julgar, ministrar, pregar, pastorear, dirigir, são vários deveres inerentes ao ministério, todos realizados pelo ensinar o evangelho: As obras de Lutero e de

²³ Fagenberg, 236-238; O termo sacerdote nunca é usado nas últimas Confissões. A razão para isso é para não confundir com o título na Igreja Católica romana, e o termo também era reservado para a igreja toda, pois todos são sacerdotes diante de Deus, uma doutrina que escassamente entrou nas Confissões, mas uma doutrina ensinada em abundância por Lutero desde cedo (1520). É por causa do sacerdócio universal de todos os crentes que a igreja tem o direito de chamar pastores. Mesmo Lutero não usa o termo muitas vezes, e somente em certos contextos, quando debate com a Igreja Católica Romana. Em seu antigo escrito "Com respeito ao Ministério" de 1523 (LH 40.3ss), Lutero fala simplesmente de bispos, ministros, ou pastores, de forma exegetica. Cf. p. 40.

nossos dogmáticos luteranos estão repletos de referências ao professor e discípulo, pregador e ouvinte, pastor e rebanho, ministro e povo. Isto é mais uma evidência de que há unicamente um ofício do ministério na igreja. Não há outro chamado senão para o ofício e função de professor, seja nas congregações locais ou na igreja geral.

Os dogmáticos discutem detalhadamente os títulos para o ministério de acordo com os dados bíblicos. A discussão mais extensa e útil é a de Gerhard²⁴, que vai além dos outros dogmáticos. Todos os termos bíblicos, contextos e conceitos são meticulosamente discutidos: *leiturgia* (serviço), *episkope* (supervisão), *oikonomia* (administração), *ierourgia* (serviço religioso), *diakonia* (ministério), *hierarchia* (o governo sacerdotal do Antigo Testamento), e muitos dos títulos descritivos sobre o ministro (cf.: pai, juiz, etc.). Sua conclusão é a mesma de Lutero e das Confissões. Todos os termos e títulos referem-se a um ofício, o ofício de pregar e ensinar a Palavra. No tempo de Gerhard e até ao século XVIII (Hollaz), um termo para o ofício tornou-se dominante, *Predigtamt, ministerium docendi*, os próprios termos que Melancthon escolheu em CA V, 1.

Pregar e ensinar o evangelho: os dois termos podem ser usados alternadamente. Esta atividade, junto com a administração dos sacramentos, é a única missão e único trabalho da igreja. Esta atividade, com a administração dos sacramentos (que está incluída sob esta atividade), constitui as marcas (sinais) da igreja. E é esta atividade somente para a qual o ministro e professor na igreja é chamado.

Um pequeno comentário sobre os dois títulos que sobressaem para este único ofício. O título "ministro" (*minister, Diener*) é tirado do Novo Testamento, *diakonos*, servo. Ofício (*ministerium*) significa serviço, ministro significa servo.

Segundo, o ministro ministra, isto é, serve a igreja, pelo ensinar. O título professor é também muito usado em nossas Confissões, para um ministro da Palavra, como vimos. Ele corresponde, no Novo Testamento, ao termo *didaskalos* (ou mais especificamente, *Rabbi*), tal como o específico termo descritivo, ministro, é uma tradução do termo genérico *diakonos* no Novo Testamento.

Mas, por vezes, ele se refere a um professor especial, líder na igreja, um doutor, mais freqüentemente um professor. Em alguns casos, este *doctor ecclesiae* teria uma congregação; por vezes um bispo ou superintendente (Hans Paulsen Resen, Jesper Brochmand em Copenhagen; Chemnitz em Braunschweig; Gerhard em Heidelberg) e pastor de uma congregação; em outros casos ele era simplesmente um professor. Ele foi chamado para o magistério. Quase todos os antigos dogmáticos eram professores (Hollaz foi uma exceção. Ele só foi pastor). Lutero foi chamado para a Universidade de Wittenberg pelo ofício de Staupitz.

²⁴ Gerhard XII p.4ss

seu superior, e o eleitor. Ele também, interessadamente, considerou seu título de doutor, que ele nunca procurou, como um chamado pelo qual ele tinha justificação para ser um professor "para toda a igreja" e para reformar a igreja.²⁵ Apesar de que esta sua opinião não afeta a doutrina do chamado, ela promove a noção de que os professores de teologia devem ser chamados, e, assim como os ministros paroquiais, eles eram chamados, mas para serem professores (doutores) de toda a igreja.²⁶

Doutores vieram a ser chamados de a "igreja representativa" (*ecclesia repraesentativa*) e exerciam o papel de professores de toda a igreja. Assim, as grandes universidades luteranas opinavam sobre todas as questões teológicas; suas opiniões eram publicadas e difundidas entre todo o luteranismo, e suas opiniões eram valorizadas e respeitadas. Seus chamados como professores não eram simplesmente para ensinar, administrar os sacramentos e preparar os alunos para o ministério, mas para ensinar toda a igreja. Hoje, na Igreja Luterana - Sinodo de Missouri (LC-MS), *doctores ecclesiae* dos seminários têm sido gradualmente despojados desta função de seus chamados, e a função tem sido transferida para a Comissão de Teologia e Relações Eclesiais, um grupo eleito e oficialmente designado, sem chamado para o ministério de ensinar.

Um termo que é apenas raramente encontrado nas Confissões para o ministro, e diligentemente evitado por Chemnitz e todos os dogmáticos posteriores, é o termo "Clérigo". Nem as Confissões, nem os professores luteranos falam da distinção entre clérigos e leigos; é uma distinção que desorienta e confunde por

²⁵ Hermann Sasse, *Here We Stand*. Minneapolis: Augsburg House, 1946, p.63. Cf. *W.L.* 30.366: "Mas eu, Dr. Martinho, fui chamado para, e compelido a tornar-me um doutor, sem minha vontade, puramente em obediência. Isto é, eu tive que aceitar o ofício de doutor e jurar pela Escritura que eu pregaria a verdade e a ensinaria fiel e pura." Lutero recebeu sua carta de chamado de Johannes Staupitz, ministro-geral dos Agostinianos, com o consentimento e confirmação do Eleitor Frederico. Este chamado foi para o presbitério e o professorado teológico na igreja e na academia de Wittenberg. Em seu doutorado, ele recebeu o consentimento da ordem dos Agostinianos. O quanto consigo determinar, assim como a Confissão de Augsburgo foi assinada somente por magistrados políticos, os Artigos de Esmalcalde foram assinados somente por pastores das igrejas. A única exceção é Felipe Melancthon. Isto é provavelmente verdadeiro também a respeito dos milhares que assinaram a Fórmula de Concórdia. Hollaz *op. cit.* p. 1320, define a igreja representativa como "uma reunião de doutores que representam, à sua maneira, a igreja toda". Eles o faziam como ministros da igreja em concílios, sinodos, e outras reuniões e isto dava liderança à igreja na área da doutrina e culto.

²⁶ Todos os dogmáticos Luteranos têm uma seção em seus trabalhos sobre a validade do chamado de Lutero, mesmo após a sua excomunhão e banimento. Quando Deus coloca uma pessoa no ministério da Palavra, nada nem ninguém podem colocar esta trabalho divino de lado.

causa dos excessos e aberrações do papado. O termo, como usado por Roma e outras comunhões por centenas de anos, foi derivado do grego *Kleros* (parte, porção, herança. 1 Pe 1,4), uma bela palavra usada para toda a comunidade cristã, o sacerdócio universal, mas ironicamente, apropriado para o propósito dos papistas, que dividem e subdividem seus clérigos em ordens.²⁷

De acordo com CA V e XIV, o ministério é o ofício do ensino público, da pregação do Evangelho e da administração dos sacramentos. Esta definição simples, para o que o ministro é chamado, nunca muda. Quenstedt, 160 anos após os primeiros luteranos terem sido ordenados ao santo ministério, oferece uma definição típica e abrangente: "O ministério eclesiástico é um ofício sagrado e público, divinamente instituído e confiado por um chamado legítimo para uma pessoa certa e apta, para que aquele que foi investido com poder especial (*peculiaris potestas*) possa desempenhar propriamente a função (*munus*) exigida dele. Este dever é o de pregar a palavra de Deus, administrar os sacramentos, preservar a disciplina na igreja, levar as pessoas à conversão e salvação e estender a glória de Deus".²⁸ Grandes discussões são descritas nas Confissões e enchem vários volumes nas dogmáticas para explicar e definir esta simples definição. Por "disciplina", um termo estranho para as Confissões, Quenstedt quer dizer a administração pública do ofício das chaves pelo ministro. Enquanto a Confissão Reformada tem artigos especiais sobre a excomunhão e menciona raramente a chave que desliga, do evangelho ou do ofício das chaves como tal, exceto como uma concessão aos luteranos, nossas Confissões Luteranas por outro lado, com sua ênfase na centralidade da justificação (Ap IV), absolvição (Ap XII,51ss) e a *opus proprium* de Deus para estimular, consolar, perdoar e salvar pelo ofício do ministério (Ap XII,51ss) e sua rara menção aqui e ali sobre a excomunhão, ilustra

²⁷Cf. Gerhard XII 35ss. Cf. também Robert Bellarmin. *De Controversiis Cristianaenae, De Clericis* I.1101ss). Bellarmin divide a ordem dos clérigos como segue:

Grandes Ordens (Sacerdotes)	Sete Ordens sacras
1. Patriarcas	1. Ordem (Anciãos)
2. Arcebispos	2. Diáconos
3. Metropolitanos	3. Subdiáconos
4. Bispos	4. Acólitos
	5. Leitores
	6. Exorcistas
	7. Ostiães

Bellarmin ensinou que o clero era a herança e destino do Senhor. Gerhard e os luteranos crêem que o termo clero pode ser aplicado à igreja toda. Bellarmin ensinou que o clero eram sempre e somente aqueles sob os bispos. Gerhard cria que as ovelhas e o bom pastor eram os *klerói* (herança) do Senhor.

²⁸ Quenstedt, *op.cit.* Thesis 13.

não somente o caráter evangélico de sua teologia, mas indica também que o ofício do ministro, por excelência, é um ofício evangélico. De acordo com as Confissões Luteranas, a lei é pregada por causa do evangelho. A excomunhão (excomunhão menor) é pronunciada pelo ministro sobre pecadores manifestos e impenitentes, para que se arrependam, recebam a absolvição e sejam salvos (AE III,IX; Tr 60). As Confissões advertem contra a pressa e a excomunhão injusta (CA XXVIII,2; SD XII,26).

Há nas Confissões uma correlação precisa entre os meios da graça que criam e sustentam a igreja, os sinais da igreja que mostram onde está a igreja, e o ofício do ministério que serve a igreja. Em cada caso falamos da pregação do evangelho e da administração dos sacramentos. Este é o ofício (*officium, Amt, functio, usus, opus*; CA XXVIII,85,86; AE III,X,2), este e nada mais. O pastor pode criar novas ordenanças na igreja e não há nada de errado nisso. Estas regras podem ser observadas por amor à paz e a tranquilidade (Ap XXVIII,53-57), tais como, mulheres cobrindo suas cabeças com véus (1 Co 11,5), cultos dominicais, etc. Mas, não é pecado omitir tais coisas, e as consciências não devem ser afligidas com isto (Ap XXVIII,15-17). Assim o ofício é claramente delineado e limitado. Não é nada menos nem nada mais do que a pregação do evangelho e a administração dos sacramentos. Se o ministro deixa o que o ofício requer, ele falha em levar avante as funções do seu ofício; se ele acrescenta algo aos seus deveres ministeriais, ele viola o ofício. O chamado é para este um e único ofício, o ministério, nem mais nem menos.²⁹ Não há chamado para um ofício que não seja o de pregar o evangelho, ministrar os sacramentos, nenhum chamado para o serviço social, ação política, obras de caridade, ou quaisquer outras funções - tais funções são o ofício da *vocatio caritatis*, que pertence a todos os cristãos, ao sacerdócio universal de todos os crentes. Mas aí do ministro que não executa o ofício público de pregar o evangelho. Tudo o que ele deve fazer é promover o ministério; quando estuda, interpreta, explica a Bíblia; quando ensina, dá instrução de confirmandos, conforta, admoesta ou aplica a palavra de Deus (2 Tm 3,16ss; Rm 15,4).³⁰ Tudo isto pertence ao mandato do ofício. Ele serve com a palavra, guia e julga pela Palavra; com a Palavra ele atende o povo de Deus que Cristo purificou com o seu sangue e que foi confiado a ele; e ele prestará contas (LW 38,100; 41,64; Tr 40,30; FC DS X,10).

Há duas conclusões de fundamental importância que tiramos do que foi dito e do fato de que o chamado precisa corresponder ao próprio ministério. Primeiro, não há simplesmente um chamado de Deus através da igreja, mas o chamado para pregar a palavra de Deus (e administrar os sacramentos); nenhum

²⁹ Hollaz, p.1346.

³⁰ *Ibid* p. 1346-1347.

chamado para ser monge, exorcista, acólito, trabalhadores sociais, ofícios políticos, serviços militares: nenhum chamado em nossos dias para coletores de dinheiro, contabilistas, relações públicas, professores de escolas dominicais ou paroquiais, ou mesmo os assim chamados diretores de educação cristã, evangelistas ou administradores eclesiásticos. Há somente o chamado para o único *ministerium evangelii docendi* público.

Segundo, se alguém é colocado no ministério e não exerce o seu ministério da palavra, este não tem chamado e não tem ministério. Este é um ponto destacado nos escritos de Lutero em sua disputa contra o papado e por Melanchthon no Tratado e na Apologia. O Papa não é o cabeça do cristianismo por direito divino ou de acordo com a palavra de Deus, pois esta posição só cabe a Cristo (AE II.IV.1ss). O que ele usurpou para si por autoridade humana é blasfêmia diabólica e tirânica, porque ele deixou o caminho da palavra com respeito à redenção em Cristo. Todo o sistema hierárquico é uma pretensão. Os bispos não têm "serventia na igreja" e eles não têm um ofício eclesiástico, porque não foram chamados ou ordenados para o ministério da palavra (Ap XIII.7-13: Tr 70). Somente o ministério da Palavra "tem a gloriosa ordem e promessa de Deus" (Ap XIII.12-13). Se os bispos voltarem ao trabalho do ministério da Palavra, eles podem ser obedecidos. Quando o papa abandonou o evangelho e começou a tyrannizar a igreja através dos bispos, ele se identificou como o anticristo de 2 Ts 2.³¹

³¹ Estas seriam as duas razões porque Lutero em seus escritos e nos *Artigos de Esmalckale* e Melanchthon em seu *Tratado*, identificaram o papa como o anticristo. Ele sepulta a Cristo por sua recusa de deixar que o evangelho seja pregado em sua pureza e clareza, e por seu sacrificar a Cristo sempre de novo na missa. A ordenação dos sacerdotes, que faz do sacerdote o que ele é, é fundamentalmente uma ordenação para rezar missas, para sacrificar a Cristo e, assim, mais uma vez, sepultando-o e obscurecendo o evangelho. A segunda razão pela qual o papado foi identificado como o anticristo é baseada na primeira; a saber, que ele tyranniza os verdadeiros cristãos, colocando ministros do verdadeiro evangelho fora do ofício, e desta forma novamente, pelo destruir o ministério da Palavra, obscurecendo o evangelho e sepultando a Cristo. Melanchthon e especialmente Lutero vêem o reconhecimento do papado como o anticristo, como indicação de que o cristão entende a doutrina da justificação e aprecia o tesouro do sacramento do altar, e o ofício do ministério da palavra. Cf.: de Lutero: "*Passional Christi und Antichristi*" W² XIV, 198ss. Cf. Também XV 2430, XXIa 156, XXII, XXIII, XXIV, XXa 184, XV 1638, XV 2463, XV 1475, 1627. Desde Lutero, todos os luteranos criam que o papa é o anticristo: Bugenhagen, Flacius, Egidius Hunnius, Lukas e Andraeus Osiander, Baldwin, Calov, Spener, Joachim Lange. Também Zwinglio, Calvino e Beza. Para um excelente resumo sobre esta matéria, consulte Daniel Preus, *Luther on the Pope: Justification and the Papal Office, a study in Conflicting Soteriologies*, Master of Sacred Theology Degree, Concordia Theological Seminary, Fort Wayne, 1989. Na lista dos que acreditam ser o papado o anticristo estão todos os dogmáticos luteranos, sem exceção.

Há ainda uma outra razão para se rejeitar o ministério dos bispos da igreja Católica Romana, além do fato de eles não terem chamado para o ministério da Palavra e dos sacramentos, e nunca servirem naquele ministério³². As Confissões não reconhecem ordens (*status*) por direito divino entre os ministros, como ensinado e praticado na igreja Católica Romana. "A distinção entre bispo e pastor não é por direito divino", diz Melancton (Tr 65). O bispo não tem poder para forçar as igrejas contra a sua vontade e fazer leis para as igrejas e os ministros, leis que são contra o evangelho (Ap XXVIII, 76ss). Todos os pastores e bispos são iguais conforme o direito divino (AE II, IV, 9; Tr 61.62) A autoridade que eles possuem, pois, é por direito humano³³. De acordo com o direito humano e por causa do amor e da unidade, os bispos podem continuar a ser encarregados da ordenação e confirmação (AE III, 10.1). O pastor também pode obedecer aos bispos que por direito humano fixam festas, distribuem tarefas e outras questões administrativas³⁴. A graduação dos clérigos por direito humano, com vistas ao

³²A corrupção, simonia e o nepotismo ligados à ordenação e à investidura em posição na igreja romana, desceu, no tempo de Lutero, aos mais baixos degraus. Em 1492, Rodrigo Borgia, que mesmo havia comprado o cargo papal do Cardeal Ascanio Sforza, no dia de sua coroação como Alexandre VI, apontou seu filho, Cesare, um jovem de 16 anos, como bispo de Valência, sem o prévio consentimento do rei Ferdinando. No ano seguinte, o jovem foi elevado ao posto de Cardeal. Ele nunca atuou como tal. Cf. Ferdinand Gregorovius, *Lucrezia Borgia*, Traduzido por Ludwig Goldschneider, London, Phaeton Press, 1948.

A nomeação ou investidura para o ofício não faz de alguém um bispo ou detentor deste ofício. A ordenação ou investidura para qualquer ofício que não seja o da Palavra, é uma fraude. Os luteranos creem que alguém é chamado pelo direito divino para o ministério da Palavra e dos sacramentos. Somente alguém que está neste ministério pode, pelo direito humano, ser elevado ao cargo de bispo, ou superintendente ou algum outro ofício auxiliar na igreja.

³³Schlink, p.241ss. Cf. Chemnitz, *Examination of the Council of Trent*, vol. II, p.687, onde ele argumenta sobre este caso mais especificamente do que as Confissões o fazem: 1) Não há mandamento de Deus sobre ordens ou o que sejam ordens no ministério da Palavra; (2) não havia ordem (ou graus) nos tempos apostólicos; (3) antes, todas as pessoas "realizavam os mesmos deveres que pertenciam ao ministério". Ordens eram livres no tempo dos apóstolos para serem observadas para a boa ordem e edificação. Como exemplo de tais "ordens", Chemnitz arrola os dons da profecia, operação de milagres e outros dons.

³⁴ Cf. Schlink, p.250ss, para uma discussão mais profunda das dificuldades que os luteranos encontraram com o inteiro problema da ordem eclesiástica e do relacionamento entre o "direito divino" e o "direito humano". Para ele o direito humano não é o direito do mundo, mas o direito da igreja, dos crentes, para colocar ordenanças na Igreja em efeito, dentro da liberdade cristã.

Schlink diz (*ibid.* p.252): "Ordens eclesiásticas sempre devem ser constituídas sob nova forma, de maneira a oferecerem ao ofício do ministério a máxima possibilidade para realizar seu serviço de pregar o evangelho em sua pureza e administrar os sacramentos

executar da única missão da igreja em decência e ordem, foi um aborrecimento para a igreja luterana, desde os primeiros anos da Reforma. É seguro dizer como observação de que, quando chegou o tempo para pensar, por direito humano (*de jure humano*), sobre a ordem na igreja, a fim de buscar boa ordem, esta veio a ser mais e mais elaborada, na medida em que a cisão com a igreja romana foi sendo fixada. Pode-se observar também que os luteranos, mesmo mais tarde, foram conservadores nas mudanças que fizeram, e não esqueceram o objetivo de todas as ordens na igreja, a causa do evangelho e o ministério da Palavra. E em sua doutrina e prática do chamado, eles guardaram fielmente o que foi, de forma breve, ensinado por Lutero e as Confissões.

Do que foi dito, podemos tirar um importante princípio. Neste assunto há somente um ministério (*ministerium docendi*) e somente um chamado para este ministério. Um chamado para qualquer outra posição ou função não é chamado como tal, não no sentido como CA XIV. Lutero, Melancton e todos os dogmáticos usam o termo. Naturalmente houve também outras posições (*status*) e funções (*functiones, munera*) na igreja no tempo da Reforma e entre os luteranos, particularmente mais tarde, diáconos, mas também sacristãos, cantores e em nossos dias professores paroquiais³⁵. Mas o quanto sei, eles não

corretamente em nome e por ordem do Senhor da igreja." (H. Sasse, *Kirchenrregiment u. Weltliche Obrigkeit, nach Lutherischer Lehre*, p.60). Cf. Schlink *passim* para uma completa e excelente avaliação de toda a questão do direito humano e divino na igreja, uma questão que incomodou o luteranismo naqueles dias, bem como hoje. Lief Grane resume o assunto: "Precisamente, por os reformadores luteranos não se considerarem fundadores de igrejas, é lógico que a CA respeita o ofício dos bispos como sendo normal na igreja. O ofício é também um *ministerium verbi* (ministério da Palavra); no entanto, isto não significa que o bispo é verdadeiro bispo, somente por causa de sua ordenação. Se ele não exerce o ministério da Palavra, ele não deve ser obedecido ... a única coisa necessária é o ministério da Palavra, que é a verdadeira tarefa do bispo como tal. O destino do ofício do bispo, por isso, deve depender do servir ou não servir ao evangelho. (Lief Grane, *The Augsburg Confession*. Traduzido por John H. Rasmussen. Minneapolis: Augsburg Press 1988, p.157-158).

³⁵ C.F.W. Walther, *Church and Ministry*, Traduzido por J.T. Mueller, St. Louis, Concordia, Publishing House, 1987. Walther chama de professores paroquiais, assistentes ocasionais, sacristões, leitores, e semelhantes ofícios auxiliares, que dão suporte ao ministério da Palavra e dos Sacramentos. Ele cita dois versículos bíblicos para justificar sua posição: 1 Tm 5.17; Rm 12.8. Walther não diz que aqueles que detêm qualquer destas posições eram "chamados" para estas posições e, é meu entendimento também, que não o eram. As posições, diz ele, devem ser guardadas como eclesiásticas e sagradas, pois assumem uma parte do único ofício da Palavra e suportam o ofício pastoral (p.290). De todas estas posições, a única que tem um precedente bíblico são os diáconos, um ofício reconhecido por Lutero, as Confissões e dogmáticos. Eu até duvido que no tempo da Reforma e pouco depois, diáconos eram chamados e ordenados na Igreja Luterana. O termo diácono é um termo mais genérico do que *episkopos*.

receberam chamado. Como veremos, o chamado ao ministério é executado de acordo com o processo que invariavelmente inclui exame, eleição, confirmação e ordenação; e estes ritos, mesmo nunca considerados absolutamente necessários para entrar no ofício, nunca foram omitidos.

Uma outra questão requer comentário. Se o chamado corresponde ao ministério, como devemos considerar o ministério: como um estado permanente ou simplesmente como uma função? Já houve tremendos e exaltados debates sobre este ponto, com o surgimento do pietismo e especialmente desde o escrito de J.W.T. Hoefling, na metade do século XVIII.³⁶ A posição dos pietistas na Escandinávia e na Alemanha e a de Hoefling, que raciocinava num caminho mais sofisticado, foi de combinar o ministério com o sacerdócio universal de todos os crentes, que, de acordo com Lutero, tem o direito de exercer o ministério da Palavra, mas não publicamente. Hoefling, como os pietistas, que argumentavam exercerem o ofício público por necessidade, mantêm que o ministério, por isso, é uma função, uma atividade pela qual o evangelho é pregado e os sacramentos retamente administrados, nada mais. É somente por direito humano que o pastor é escolhido para executar o ofício publicamente.³⁷ Hoefling foi contestado por muitos teólogos (Vilmar, Stahl, e outros). No século XIX, alguns deles fizeram forte pressão para que o ofício pastoral pudesse ser **conferido** somente por um pastor, uma posição rejeitada em nosso círculo.³⁸ Sem entrar nesta controvérsia que silenciosamente arde aqui e ali, quero fazer pequenos comentários.

Quando leio Lutero, as Confissões e os mestres luteranos, vejo que o debate é um pseudo-debate (debate superficial). A visão de Hoefling nega o artigo XIV e o ofício público, *ministerium docendi*. Este é o ponto. Mas, fora isso, não pode haver um debate real entre o assim chamado ponto de vista funcional e o assim chamado ponto de vista ontológico (próprio, essencial) do ministério da Palavra. Os confessores ficariam perplexos diante de tal debate. O chamado na CA XIV é para ambos, o ofício (*status, officium, Amt*) e a função (*officium, munus, opus, Amt*). Lutero, Melancthon e todos os outros assumiam que cada

Ele veio a ser o termo geralmente usado para o ofício, começando com Lutero e Melancthon na Apologia e no Tratado. Usando um título mais abrangente para este ofício, alguns dos dogmáticos falam de Estevão e Felipe que de fato pregaram como ministros da Palavra em acréscimo a seu "servir as mesas".

³⁶ J.W.F. Hoefling, *Grundsätze evangelisch-lutherischer Kirchenverfassung*, Erlangen, 1853.

³⁷ Cf. Fagenberg, p.226ss. Cf. também discussões entre Grane e Schlink.

³⁸ Schlink, p.244.

ofício tem uma função e cada função tem um ofício correspondente. Isto é senso comum. A palavra *vocatus* na CA XIV está no tempo perfeito passivo, e significa que algo ocorreu, cujo resultado permanece. Um homem foi chamado ao ministério da Palavra, uma posição, e ele é e permanece um ministro. Ele atua em sua posição e ofício. As palavras "ministro", "pastor", "professor", "presbítero" são substantivos verbais, tal como fazendeiro, alfaiate, advogado. Se alguém, nestes diversos ofícios, abandona a execução de sua função e de executar o seu ofício ("nonfeasance"), ele *eo ipso* não ocupa mais o ofício. E se o ministro da Palavra vem a ser herético, blasfemador ou um pecador manifesto ("misfeasance, malfeasance") ele deixa o ofício, e não é mais um ministro da Palavra, mesmo que ele ainda se porte como ministro.

Este princípio básico é verdadeiro, na natureza do caso, também em ofícios seculares, onde não há envolvimento de um chamado mediato. Se um fazendeiro vende sua fazenda e muda para Flórida, ele não é mais um fazendeiro, mesmo se continua a chamar-se de fazendeiro. O presidente Eisenhower deixou seu ofício após dois mandatos e veio a ser o Diretor da Universidade de Colúmbia. Ele não era mais presidente dos Estados Unidos da América, ele não exercia mais o cargo de presidente dos Estados Unidos, mesmo que honorificamente as pessoas continuaram a chamá-lo de Presidente. Assim é também com um pastor que foi colocado no ofício pelo Espírito Santo. Se ele deixa seu ofício por aposentar-se cedo, ou por incapacidade permanente, ou algum outro motivo não justificado e bom, ou por ser deposto justa ou injustamente, ele não é mais um ministro, ele não tem chamado, não tem ministério, não tem função, mesmo que continue com o seu título honorífico de Reverendo, e continue a constar na lista dos pastores de sua igreja. Não é preciso dizer que um ex-pastor, mesmo sem chamado, sendo irrepreensível e sem acusação de ensinar doutrina falsa, pode ser convidado a pregar ocasionalmente numa congregação vacante, como acontece em nosso meio. O ex-presidente Carter tem executado várias missões a pedido de seus sucessores. Mas se há elementos de permanência nestas "vacâncias", deve ser feito um chamado, conforme CA XIV.

Este é um ponto importante, que nem nossas Confissões, nem os dogmáticos deixaram de observar. Como Deus, pecado, Cristo, salvação, Palavra e sacramentos e a igreja são reais, assim o ministério, e aquele que ocupa o ministério é real. Embora alguém possa, sensatamente ou não, considerar o ministério *in abstracto*, sem qualquer consideração ao ministro,³⁹ não há nada de

³⁹Ludwig, Hartmann. Cf. *Walther Church and Ministry*, 178; Gerhard XIII, 67. Gerhard fala do objetivo, ou *finis*, do ministério e usa o termo ministério no abstrato. Por que eu não sei. É muito raro dogmáticos falarem do ministério em abstrato. Hartmann fala do uso abstrato do termo ministério em CA V, em contraste ao concreto uso em alguns lugares na Confissão de Augsburg. Isto não parece sábio. Hartmann vê o ministério na CA V como o ministério do Espírito Santo, ou ministério de ministros do Evangelho e sacramentos Melancthon

abstrato ou irreal no ministério, no ministro ou na função. Gerhard dedica⁴⁰ páginas, argumentando que há realmente um ministério; o ministério não é meramente um nome ou título, mas um ofício concreto (*ministerium ecclesiasticum*). O ofício não é um tipo de idéia platônica; algo vago, não mais do que seja a igreja. Mas, assim como a igreja não existe sem os fiéis que a constituem, assim não há ofício do ministério público a não ser que o ministro ocupe o ofício e execute sua função. [Os referentes de todo discurso teológico são reais. Este é um princípio teológico e confessional fundamental].

A heresia dos anabatistas, socinianos e entusiastas foi que eles negaram a realidade do ofício do ministro e, obviamente, o chamado mediato. A heresia dos romanistas foi que eles negaram a realidade do ministério nas igrejas luteranas. Um erro ainda mais sério dos romanistas é que eles negaram que o chamado fizesse de alguém um ministro, e dos anabatistas que negaram que o ministério do Espírito é executada por meios (instrumental), Palavra e sacramentos, e homens que administram o mesmo.

Um outro comentário. O chamado em CA XIV é para o ofício público. Mauer enfatiza que o chamado ao ofício público em 1530 era um direito legal, bem como um chamado espiritual. E, mesmo hoje, os ministros realizam atos públicos legais, como casamentos. Mas tudo isso é de pouca importância. O chamado ao ofício público significa que o ministro ensina abertamente: primeiro, naturalmente, nos cultos públicos e para o rebanho ao qual foi chamado. Ainda mais do que isto: não covarde e sorrateiramente, como os anabatistas, que se infiltram em congregações alheias e furtam ovelhas de pastores fiéis.⁴¹ Não, o ministro deve ser destemido e falar corajosamente como Pedro no dia de Pentecostes. Lutero diz ⁴²: "O ofício do pregador e a palavra de Deus devem brilhar como o sol, não encoberto e escondido na escuridão, como na brincadeira do gato cego, mas abertamente na luz do dia." Comentando sobre as implicações do *publice* na CA XIV, Mauer diz: "Por isso, não temer ninguém e declarar a verdade livre e abertamente não é um teste de coragem para o pastor; é questão de ofício e mandamento. Aqueles que pregam não devem temer e não devem permitir que sejam colocados de escanteio, nem devem tornar-se impacientes e fugir para o deserto. O serviço público exige uma pessoa que esteja pronta a por

provavelmente se referia a ambos. Não há nada de abstrato neles. Mas, naturalmente, Hartmann e Gerhard estão pensando meramente de maneira abstrata, adverbial.

⁴⁰ Gerhard XII 38-47.

⁴¹ LW—"Infiltrating and Clandestine Preachers," 40.383ss.

⁴² Veja Mauer, *Ibid.*

em risco tudo, e que esteja totalmente comprometida, que seja dura quando as coisas são duras, e que não seja medrosa ou que silencie..." Ministar publicamente significa testemunhar a verdade, quer seja oportuno quer não, em cada oportunidade, não importam as consequências.⁴³ É o ministro tem o chamado divino para fazer isto.

Em seu ofício público como pregador, o *minister docendi* vigia sobre as ovelhas (*episkope*), dirigindo e protegendo-as **pela Palavra**. É o *ministerium evangelii docendi* (*diakonia*). As Confissões Luteranas, quando falam do pastor e do professor, claramente preferem o termo **ministro** em vez de bispo (supervisor). Quando rejeitaram a hierarquia romana, eles usaram o termo visitador ou superintendente, não o termo usual de bispo, para aqueles que seriam responsáveis pelo supervisionar a doutrina e vida na igreja, em uma comunidade maior, e assim servir para manter a ordem na doutrina, na praxe e no culto nas congregações individuais e em comunidades maiores. Estes visitadores e, particularmente, os superintendentes, pelo menos com o passar do tempo e a situação vindo a ser mais regularizada, eram sempre ministros escolhidos pelos próprios ministros.⁴⁴ Eles eram *primi inter pares*, de acordo com o **direito humano**. Sua jurisdição para supervisionar, aconselhar e disciplinar, quando necessário, foi-lhes dada pelos próprios ministros (nos primeiros dias foi Lutero, a universidade de Wittenberg ou o Eleitor). Mas eles não puderam manter a posição de superintendentes ou de bispos, como eram chamados em algumas áreas e nos países Escandinavos, a não ser que fossem ministros (pastores ou professores).⁴⁵

⁴³ Maurer descreve a natureza pública do ofício conforme Lutero e as Confissões de uma forma comovente. A profunda preocupação do confessar o evangelho, afirmado por Lutero muitas vezes e refletido através das Confissões é comovente, como descrito por Maurer, que tece um tapete de citações de Lutero para dentro de sua discussão - verdadeiramente um reflexo de nossa idéia confortável e empresarial sobre o testemunho do evangelho hoje.

⁴⁴ No caso dos visitadores, isto nem sempre foi o caso, a princípio. Com referência às "Instruções para Visitadores de pastores paroquiais no Eleitorado da Saxônia", escritos por Melanchthon, um leigo, com instruções de Lutero, um professor e doutor, instruções que eram dirigidas, total e exclusivamente, para a doutrina e prática nas igrejas, notamos que os quatro primeiros visitadores enviados eram leigos, incluindo Melanchthon. O Eleitor enviou os visitadores conforme firme sugestão de Lutero (LW 40 p 265-320).

⁴⁵ Esta prática consistente em estreita concordância com CA XIV, como executada por 150 anos, apresenta um problema com respeito à prática presente na Igreja Luterana - Sínodo de Missouri, com respeito ao presidente Sinodal e presidentes distritais, ofícios que são claramente procedentes do superintendente (Bispos) no século XVI e XVII. De acordo com a constituição de nosso Sínodo (4.B.1). "O Presidente, vice-presidente e Secretários **devem ser ministros da igreja**...". Isto me parece ter sido sempre o caminho na história de nossa igreja desde o início (com a possível exceção do Presidente Schwan, por um curto período de tempo),

Eu suspeito que os Luteranos, pelo menos a maior parte deles na Alemanha, no tempo em que as Confissões foram escritas, escolheram o título de Superintendente em preferência ao termo bispo, porque era algo mais apropriado para a posição e o papel de servo do ofício para o qual foram eleitos pelo direito humano. Porque eles exerciam uma função do ministério da Palavra tal qual os pastores e professores⁴⁶ regulares. Tanto quanto

até tempos recentes, possivelmente até 1950. Não seremos mesquinhos ao enfatizar que nossa Constituição (Regimento) diz que supervisores de doutrina e de vida no Sínodo, "devem ser", não "devem ter sido", ministros da igreja. Assim temos a anomalia de supervisores sobre ministros da Palavra que, por si próprios, não retêm o ofício do ministério da Palavra, pessoas que de *jure humano* no ofício exercem jurisdição e também disciplina sobre aqueles que por *rite vocati* são ministros da Palavra de *jure divino*. Algo deve ser feito. Nossa constituição originalmente tentou manter a ordem eclesiástica, o que estava em acordo com nossas Confissões e a prática histórica na igreja luterana. É altamente questionável se nossa prática de eleição do presidente e Conselheiros distritais (Regionais), são ou não contrários às Confissões luteranas e às intenções da Constituição Sinodal. Veja Carl S. Meyer, *Moving Frontiers*, St. Louis, Concordia Publishing House, 1964, p.149-164, no qual a Constituição de 1854 está registrada. A Constituição, como um todo, é bem simples e dedicada à difusão da Palavra, pela pregação da Palavra e da administração dos sacramentos, visitas e questões espirituais. Pelo capítulo "Direitos e deveres dos oficiais e outros membros do Sínodo" (p.157), é claramente indicado que todos os oficiais do Sínodo agem de *jure humano*, por isso o ofício do presidente geral pode ser abolido.

⁴⁶Não está claro para mim se estes superintendentes no século XVI exerciam jurisdição sobre professores (*doctores ecclesiae*) ou não. Parece-me que não. No mais, muitas vezes os professores eram eles próprios supervisores, bem como pastores. Dr. C.F.W. Walther exercia estas funções no século XIX. Como alguém não especializado, eu não posso interpretar a Constituição de nosso Sínodo neste assunto. Artigo XI.B.1, não me parece referir-se a professores em Seminários, mas pode ser que se refira a professores que são chamados para serem presidentes. Pelo menos este é o caminho praticado. Handbook, item 3.101b, no entanto, claramente dá ao presidente sinodal o poder e a responsabilidade de visitar os seminários regularmente em seu dever de "supervisionar a doutrina ensinada no Sínodo e vigiar sobre a administração e servidores do Sínodo." Nada disto era feito no século XVI até a Fórmula de Concórdia, possivelmente porque a situação estava bastante confusa. Certamente nenhum supervisor entra em cena como tendo autoridade para visitação de uma maneira regular. A grave controvérsia daqueles dias foi finalmente resolvida pela combinação de líderes eclesiásticos, muitos deles professores e o eleitor Augusto e outros líderes políticos. Em 1559, 51 supervisores, professores e pastores pediram a convocação de um "Sínodo Geral Luterano". A única alusão em nossas Confissões para tais visitas a escolas, sem dúvida universidades e escolas que preparam homens para o ministério, é referido no prefácio do *Livro de Concórdia*, que foi assinado exclusivamente por magistrados políticos (Cf.: "Prefácio ao Livro de Concórdia," 14-16). Neste ponto, parece que o Sínodo de Missouri, em algum ponto na história, assumiu para si o que era prerrogativa dos magistrados políticos no século XVI. Muitas outras funções dos

se, superintendentes não eram chamados e ordenados como tais, mas escolhidos entre os ministros, provavelmente sob alguma influência dos magistrados políticos.

7. O PROCESSO DO CHAMADO

Deus é quem chama. O chamado é necessário, efetivo, uma grande bênção para a igreja. Mas Deus chama por meios, a saber, por sua igreja. É o que Lutero, as Confissões e os dogmáticos entendem pelo termo "igreja", quando falam do chamado de Deus através da igreja? Exatamente o que é referido pelo termo "igreja" quando Melancthon ensina que a igreja tem o direito de chamar, eleger e ordenar ministros (Tr 24,67,69,72)? A clara referência é à igreja toda (*tota ecclesia*), à qual Cristo deu as chaves do céu, a Palavra e os sacramentos (Tr 24: Ap XXII.4; Tr 40). Pela expressão "igreja toda", Melancthon se refere neste contexto à comunhão de todos os santos, o sacerdócio universal, a quem não somente foram dadas as chaves, Palavra e sacramentos, mas o mandato de pregar e administrá-las.

Mas, como esta *tota ecclesia* exerce o seu direito (*jus*)? Isto só pode ser feito por delegação. E a quem é delegado o direito? Não apenas aos bispos (a aberração papal). Não apenas ao povo, à congregação local - outro termo pouco encontrado no vocabulário das Confissões - (a aberração dos anabatistas). Esta delegação é dada a todos segmentos, a todos os "estados" da igreja: o político (aos

magistrados políticos foram tomados sobre si pelas várias funções de *jure humano*, na Lutheran Church-Missouri Synod através dos anos. Isto é assim por causa da Constituição de nosso país, que divide as funções de Igreja e Estado, enquanto que na Europa o Estado sempre desempenhou papel importante no trabalho e vida da Igreja.

É desencorajador ver os estudos recentes, feitos pelo Concílio dos Presidentes da LC-MS, quando revêem sua própria função de supervisores em termos de *episcopo* mais do que de *diakonia*. Cf. Wilbert J. Sohns, *Episcopo in the Lutheran Church-Missouri Synod*, Setembro 19-23, 1989. Este estudo extenso, com farta documentação, é muito bom em vários aspectos, com respeito àqueles que são chamados por mandato divino, mas eles aplicam tudo aos presidentes distritais (superintendentes), que têm sua posição unicamente por direito humano e não são, por isso, mencionados no Novo Testamento. Em muitos casos, no entanto, as citações se aplicam, usualmente de uma forma extensiva. Mas alguém pode argumentar que estes homens que não têm sua própria paróquia, como podem ver seus papéis da perspectiva de serviços e ministérios, de supervisores. A propósito, a questão de que termo bíblico será usado como termo abrangente para o ministro, com vistas à discussão, provavelmente não é outra coisa do que uma questão de preferência pessoal. E o pontífice romano chama a si mesmo de "*servus servorum*". Assim, qualquer título bíblico pode ser abusado. Mas o estudo do Conselho dos Presidentes, de forma geral, vê a tarefa do ofício dos presidentes distritais em termos de episcopal e administrador, mais do que como um ministério da Palavra. Eu não recordo se o estudo foi oferecido aos doutores da igreja ou aos ministros da igreja para qualquer tipo de revisão.

magistrados civis), o eclesiástico (ministros) e o econômico, ou doméstico (o povo). Isto nos parece um método estranho e embaraçoso de exercer o processo do chamado, especialmente a nós nos Estados Unidos, onde o Estado não pode interferir nas coisas da igreja e onde o anticlericalismo é grande. Mas este é o caminho pelo qual a igreja exercia o seu direito de chamar ministros, quando Melancthon escreveu a CA XIV e o Tractatus⁴⁷. Este foi o caminho seguido por todas as igrejas nos países luteranos na Europa, no exercício do seu direito de chamar pastores, e em alguns países é seguido ainda hoje (exemplo, Noruega). Na América, o Estado não entra no processo; e assim, o que o governo fazia aqueles dias, é feito pelo povo (a congregação local), ou pelas autoridades sinodais. O Estado está fora do processo do chamado. E assim também estão os pastores mais próximos, o estado eclesiástico, infelizmente, exceto pela imposição das mãos, depois que tudo o mais já foi feito.

Qual era, então, o processo do chamado? Johann Gerhard, um mestre da igreja, que foi professor na Universidade de Iena, Saxônia, e que foi também superintendente por um tempo, nos dá o maior número de detalhes a respeito do processo, que não mudou em sua essência desde os dias de Lutero e Chemnitz, embora modificações tenham sido feitas para ajustar-se a situações locais⁴⁸. Ele inicia dizendo que o "direito de chamar pertence a toda a igreja". Todos os três estados da igreja são envolvidos, mas o eclesiástico (pastores) têm a maior responsabilidade. Ele diz: "Em geral, dizemos que os ministros não devem ser apontados unicamente pelos ministros ou somente pelos magistrados civis, muito menos deve a sua indicação ser submetida à vontade do povo indiscriminado e inculto. O direito de chamar pertence à igreja toda." Na prática, o chamado inclui uma série de etapas num processo: o exame, a ordenação, a instalação, que são levados a efeito pelos ministros; nominação, apresentação e confirmação pelos magistrados cristãos; consentimento, voto e aprovação pelo "povo". Em alguns casos o povo podia requerer um pastor. Embora o processo tenha algumas diferenças de acordo com a situação e desenvolvimento locais, o que Gerhard sugere é, ele o crê, a prática geral do Novo Testamento, lembrando o fato de que os dirigentes e magistrados civis não eram cristãos até o início do quarto século. Gerhard sempre pensa além dos limites da congregação local. Ele está preocupado com o direito do povo, e nega, como as Confissões também o fazem, que os

⁴⁷ Cf. Schlink p. 2-7ss. Veja Chemnitz, II, 702.

⁴⁸ Gerhard XII, 84ss. Cf. também Chemnitz, *The Examination of the Council of Trent*, 608ss, *Loci Theologici*, p. 700-703; David Hollaz, *Examen Theologicum Acroamaticum*, Leipzig 1741, p. 1329, 1330. Quenstedt (P. 3, G, 12, 51, tese 1 (1497), explica o papel exercido pelas três ordens ou estados na igreja militante. O estado econômico serve à multiplicação e propagação da raça humana, o político na defesa do mesmo, e o eclesiástico serve à salvação da raça humana. Compare também Mentzer, I, 229.

prelados sejam a igreja (AE III.XII), e argumentam que a igreja são os ouvintes bem como os pregadores. Líderes (*seniores*), superiores, tomam parte nos trabalhos da igreja e por vezes juntos, com os ministros, constituem um "*ministerium*" (Assembléia da igreja, hoje?) ou "o Consistório", que por vezes representa a igreja.

As ovelhas precisam aprovar o pastor.⁴⁹ É por isto que o povo, a igreja toda, deve ser envolvida no chamado (Mt 7.15; Jo 5.39; 10.27; Gl 1.9; 1 Ts 5.19,20), não só como uma responsabilidade honorífica, mas um dever e direito (Jo 10.21; At 2.19-20). Ao mesmo tempo, neste processo, o povo não pode ser deixado a seus próprios cuidados; os ministros devem cumprir a sua parte no processo do chamado, especialmente no exame que era aberto e diante da assembléia, o qual **nunca** era omitido.⁵⁰ Gerhard e os outros dogmáticos estavam especialmente preocupados para que o povo não tivesse pastores impostos sobre si, mas ao mesmo tempo, que os pastores zelassem pelo exame e a ordenação de novos ministros.⁵¹

⁴⁹ Gerhard XII,87/. Cf. LW 39.306-314.

⁵⁰ XII.91. "Não aprovamos a confusão anabatista e o distúrbio da ordem quando eles removem falsos profetas. Mas afirmamos que a igreja inteira tem o direito de chamar pastores capazes e remover os perversos. Devemos fugir deles como fugimos de falsos profetas. Ao mesmo tempo não devemos fazer nada contra a ordem divina instituída. Mas, se na vinha lobos tomam o lugar dos pastores, devemos resistir a eles pelos meios legítimos. Não podemos permitir que eles destruam o vinhal de Deus ou tirem das ovelhas de Cristo a boa comida da doutrina pura. O restante dos membros da igreja deve ajudar um ao outro, e a igreja conforme o seu direito próprio busque remediar este mal pelo escolher pastores confiáveis e que rejeitem os pastores perversos." Cf.: LW 40.379ss. Cf.: Mentzer, p.23. Mentzer diz: "O ministério total é da igreja (Ef 4.12; 1 Co 3.21). E pastores são chamados ministros da igreja (1 Co 3.5)." Como Gerhard, Mentzer (p.230) está seriamente preocupado a respeito de Cesaropapismo. Citando 1 Co 14.40, Mentzer, ao defender o direito do povo de escolher os seus pastores com o aconselhamento de ministros, diz: "O governo da igreja neste mundo não é a democracia, nem a monarquia, mas a aristocracia". Com isso ele se refere à ordem eclesiástica na qual os pastores são corretamente incluídos no examinar e ordenar de outros pastores na igreja.

⁵¹ XII.104, *passim*. Contra Bellarmin (op. cit. I,1050, *passim*) Gerhard prova das próprias fontes patrísticas medievais do notável Cardeal, que por séculos na Espanha e França, fora do império, ambos legisladores e povo eram normalmente incluídos no chamado de colocação de ministros e bispos. Nos dias de Lutero, os reformadores retornaram corretamente à forma antiga, que envolvia os três estados no chamado. Pelo ano de 1525 a *tota ecclesia* chamava e ordenava e instalava pastores e professores, uma prática observada desde o tempo de Crisóstomo, Agostinho, Leo, Gregório, até o tempo de Constantino IV (668-685), quando o imperador era muito fraco e preocupado com outras coisas. Comentando a praxe da igreja antiga após 306 AD, Gerhard diz: "Alguém pode facilmente concluir que nem ao povo, nem aos magistrados que se converteram a Cristo era negado, nos primeiros tempos o voto na eleição dos

Gerhard ⁵²olha então para a maneira pela qual o processo eleitoral fora estabelecido nas igrejas e de como o processo se realizava em sua área.

1. Ao falecer um pastor, o superintendente da diocese reporta-se ao consistório.

2. Na nominata de candidatos para o ofício, não poderia constar nome de um ministro que era negligente ou relegava seu próprio trabalho na igreja a um segundo plano. Sob tais condições ninguém poderia nomeá-lo, nem ele próprio poderia candidatar-se para outro lugar.

3. Os magistrados, que são protetores (*patroni*) da igreja e têm o direito de serem consultados, têm o poder de nomearem candidatos. Estes nomes são submetidos ao consistório, que os apresenta para o exame.

4. O consistório examina os candidatos para determinar se têm fé não fingida, uma vida honrosa e se são instruídos nos dons necessários para o ensino". ⁵³

5. O consistório envia o nome dos candidatos que foram examinados - muitas vezes rigorosamente e com sermões-teste - ao "sínodo" para a confirma-

sacerdotes. Depois, é maravilhosamente explicado quais partes, neste assunto, cabiam aos estados individuais na igreja; pois as palavras ainda estão aí: nomear, pedir, apresentar, eleger, confirmar, conferir, etc. Assim, temos uma ótima explanação do que pertence aos magistrados e ao povo no chamar de ministros. Algumas vezes o povo podia nomear certa pessoa, conforme seu desejo ou petição ou requisição. Outras vezes os magistrados poderiam propor alguém. Muitas vezes, no entanto, o bispo, capaz de julgar melhor as qualidades daqueles que podiam ser escolhidos, propunham os mesmos, o povo aprovava a escolha pelo seu voto e os magistrados acrescentavam sua confirmação. Desde aqueles dias a mesma prática é observada em nossas igrejas. Entre nós, consistórios eclesiásticos foram estabelecidos e nestes tanto eclesiásticos e magistrados presidem. Em nome da igreja, eles atuam para a colocação (*constitutio*) do ministério; eles inquiram sobre as qualidades daqueles que hão de ser eleitos; eles os apresentam para serem ouvidos pela congregação na qual são candidatos; e deixam aos ouvintes a livre escolha de um ou mais candidatos. Ao mesmo tempo, as igrejas também nomeiam um indivíduo para o consistório. Isto mostra sua concordância, uma vez que houve a prometida deliberação e exame do candidato. Finalmente, os altos magistrados acrescentam sua confirmação e a investidura. Desta forma, as funções individuais são deixadas para os estados da igreja e nunca um ministro é imposto a uma igreja que não o quer."

⁵² Gerhard XII 106.

⁵³ Que o candidato tenha uma fé não fingida e viva uma vida exemplar, e que ensine a doutrina pura. Estes eram os dois critérios que cada exame procurava ver. Todas as qualificações para o bispo, ou ministro, descritas por Paulo em suas cartas pastorais estão resumidas nestes dois critérios. Estes eram a preocupação solene do consistório, quando examinavam um candidato.

ção.³⁴ O quinto ponto de Gerhard está rigorosamente em harmonia com o que acontecia no início da igreja cristã, e que fora retomado por Lutero. Em muitos casos, o magistrado exercia mais poder do que o desejado pelos ministros e professores. O patrono era, de acordo com a lei do antigo império, o defensor da igreja, do ministério e do povo, protegendo-os de heresias, blasfêmias, sedução e outras aberrações. Isto era muitas vezes efetuado por coerção de acordo com a lei civil. Lutero inaugurara visitas nas igrejas, cem anos antes, com o mesmo objetivo em mente, mas para proteger a igreja e ajudá-la a executar sua missão em paz. Nos dias de Gerhard, o mais alto magistrado convocaria um sínodo após a visita. O sínodo tinha poder e autoridade sobre aqueles que dele participassem. Esta era a autoridade do Estado. O precedente de tal convenção foi o próprio imperador Constantino. Embora lidando com assuntos religiosos, as ações do Sínodo eram consideradas decisões civis. Lembremos como Lutero (e também Calvino e outros) pediram, na sua época, ao Imperador para que convocasse um Concílio. O passo 5 do processo mudou completamente em nossos dias. O "Sínodo" não é mais uma reunião convocada pela autoridade civil, mas veio a ser uma entidade permanente, um tipo de super-igreja com ofícios permanentes e burocráticos, que não têm somente deveres relativos à pregação da palavra e administração dos sacramentos, mas também atribuições não-teológicas, domésticas, que naqueles dias eram funções do Estado. Para todos os propósitos práticos, o Sínodo tomou hoje sobre si o ofício do estado político; e em nossa sociedade, ele governa com o evangelho (Tr 30 atribui tais deveres ao ministro). Isto é um amalgamar de igreja e lei civil que não conflitam necessariamente um com o outro. Em outras palavras, assim como o reino da esquerda entrou nas atividades da igreja e no processo do chamado nos séculos décimo-sexto até décimo-oitavo na Europa, o reino da esquerda entra nas atividades do Sínodo no século vinte.

6. Se aqueles que se unem no Sínodo não se dispõem ou são incapazes de nomear pessoas, o consistório pode nomear em seu lugar e prover pastores para a igreja.

7. Aqueles que não ser colocados na igreja, devem ser primeiro ouvidos e aprovados por ela. Ninguém, mesmo sendo encontrado apto, pode ser imposto a uma igreja contra sua vontade, a não ser que haja razões especiais e sérias para isso. Antes, os votos da igreja deviam ser coletados após uma assembléia da igreja.

³⁴ Eu não sei o que o termo "sínodo" significa neste contexto. Esta palavra, o quanto sei, não é usada em tal contexto por Gerhard ou qualquer dos outros dogmáticos. A palavra sínodo significa usual e simplesmente um mini concílio, tal como uma convenção sinodal, ou melhor, uma convenção distrital hoje. Mas ele não tinha perpetuidade. Cf. Gerhard XIV,47

8. Finalmente, o homem que foi examinado, aprovado e chamado, deveria ser ordenado pela imposição das mãos e orações, confirmado pelo Sinodo por meio de uma carta chamado, que é um contrato legal, e investido por um rito solene.

Todos os planos elaborados no processo do chamado, surgiram pela preocupação de preservar o *ministerium evangelii docendi*, para que o ensino fosse preservado puro e o ministro no ofício público fosse honrado, e, sobretudo, almas fossem salvas. “Devemos cuidar diligentemente para que ninguém se insurja contra o ofício de alguém que foi colocado no ofício pela igreja, através de um chamado legítimo e que está experimentando o ódio do mundo por causa da fiel administração do seu ofício”, diz Gerhard com séria preocupação, como Lutero, um século antes.⁵⁵ “Nem deveria alguém aceitar ser colocado no lugar de um outro, que tivesse sido removido de sua posição sem um processo legal (*sine legitimo iudicii processu*).”

Obviamente, o processo veio a ser mais cuidadoso e prolongado desde os dias de Lutero. Ele recebeu a carta chamado de Staupitz e a confirmação do Eleitor. Seu chamado à Universidade o autorizou para pregar em todo o papado, se eles tolerassem isto. Mas seu chamado ao presbitério permitiu-lhe pregar somente em sua área.

Todos os que seguiram Lutero discutiram o chamado que ele recebeu ao ganhar o grau de doutor.⁵⁶ Ele tinha um duplo chamado de Deus, para pregar nas igrejas de Wittenberg e para a Universidade, para pregar a toda a igreja. Esta argumentação de Lutero, Gerhard a desenvolve em uma extensa discussão sobre “o estado de professor”. O ofício é por direito divino e sua origem pode ser traçada até o ministério do Senhor Jesus como Rabi e ao século doze, quando doutores e mestres eram chamados para ensinarem teologia na igreja e nas universidades. Nos dias de Lutero e Gerhard, o ofício era muitas vezes combinado com o pastado. Só raramente alguém ensinava teologia que não tinha sido chamado para o ministério, exemplos: Melancthon e Martin Franzmann em nossos dias, e isto sob circunstâncias incomuns.⁵⁷

O chamado **sempre** deveria resultar em ordenação, e nunca, nunca alguém deveria ser ordenado sem um chamado.

Embora as Confissões silenciem sobre esta matéria, Lutero e todos os dogmáticos sem exceção dizem que mulheres não podem nem devem ser

⁵⁵ Gerhard XII, 121. Cf. 122, 124.

⁵⁶ Gerhard XII, 128; 142ss.

⁵⁷ LW40, 388-389.

ministros da Palavra e por isso não devem ser chamadas para tal ofício.⁵⁸ A confusão em nosso Sinodo, centralizada na pergunta: se se pode dizer que uma pessoa ilegitimamente escolhida, chamada, ordenada e investida (por exemplo, uma mulher) tem o ministério público da Palavra, não poderia ter sido levantada ou ter sido possível, conforme a teologia da CA XIV, que delineamos. O chamado, considerado em seu sentido amplo, como um processo, cria o ofício, e esta é a natureza do caso. Um chamado ilegítimo não pode criar e não cria um ofício legítimo. Qualquer afirmação em contrário nega a doutrina do chamado.⁵⁹

O chamado é sempre permanente. A noção do chamado temporário é inconcebível pela natureza do caso, e, por isso, a matéria não foi considerada por Lutero e as Confissões ou algum teólogo luterano. A função do ofício ministerial, afirma Calov,⁶⁰ é trabalhar para a igreja como servo (*diaconus*), não como um senhor, para fazer o trabalho de evangelista até a sepultura, de vigiar e ser

⁵⁸Abraham Calov (*Systema Locorum Theologicorum*, Wittenberg, 1655, VIII,309) mantém que o sagrado ministério, sendo um "estado ordenado por Deus" de "homens chamados", chamados para proclamar a palavra e a vontade de Deus e administrar os sacramentos para a glória de Deus e a salvação dos seres humanos, (este cargo) não está simplesmente aberto para mulheres (1 Co 14.34; 1 Tm 2.12). Ele usa este argumento contra os anabatistas que enviavam mulheres indiscriminadamente com homens, como "pregadoras". Cf. também Hollaz (edição de 1741), IV, I, II, q.4; as passagens citadas são as mesmas. Nenhum outro argumento é dado que proíba mulheres de virem a ser ministras do evangelho e receberem um chamado para o mesmo. Gerhard, XIII,8, como sempre argumenta com maior precisão. Ele desenvolve o assunto desde Gn 3.16. Apesar de que Lutero, as Confissões e os dogmáticos não falam de outros ofícios na igreja para a boa ordem, eles não conhecem "ofícios auxiliares", no sentido em que este tipo de coisas está se multiplicando no Sinodo de Missouri nos últimos 30 anos. Eles, sem dúvida, não desculpariam um chamado para qualquer "ministério" a uma mulher. Cf. "O Ministério, Ofício, Procedimentos e Nomenclatura", um documento da CTCR da LCMS, setembro, 1981, p.29. Este estudo fala sobre uma "pessoa chamada" quando "ele ou ela" é chamado pela igreja ao ofício da Palavra e dos sacramentos ou para um ofício auxiliar, em tempo integral e por educação, por certificado, e por ato solene e público (isto é, ordenação e comissionamento). É preciso dizer que, no mínimo, esta é uma declaração confusa. Uma coisa é certa, o ministério da Palavra, e não parte deste ministério da Palavra, é dado a mulheres e nenhuma mulher pode ter um chamado para uma parte do ministério da Palavra. O chamado é sempre ao ministério e a tudo o que está nele *per se* e que corresponde a ele.

⁵⁹Compare as várias respostas ou "opiniões" dadas pelos dois seminários e pela CTCR (Comissão de Teologia e Relações Eclesiais da LC-MS) à Conferência de Pastores de Alexandria em 1987. A resposta da CTCR ignora completamente duas questões da Conferência de Alexandria, que afirmou: "Devemos nós, de qualquer forma, considerar mulheres ordenadas nestas igrejas como pastoras? Veja R.Preus, *op. cit.* p.116, nota, n.15.

⁶⁰Calov VIII,315. For Luther's opinion see Mauer, 199-201

exemplo ao rebanho, um anjo de revelação de Deus e de sua Palavra. Nunca alguém abandona um tal chamado. Como o chamado imediato nos tempos apostólicos era vitalício (a não ser que Deus chamasse a pessoa para um novo lugar), assim o é com o chamado mediato.⁶¹ É permanente e irrevogável, a não ser que Deus mesmo intervenha.

Como era de se esperar, a idéia de aposentaria não ocorreu às pessoas no tempo da Reforma e nos séculos seguintes. Lutero, as Confissões e os dogmáticos falam da morte, doença física grave, ou incapacidade, perseguição e exílio, e muitas vezes na recusa inflexível de uma congregação inteira, que rejeita a palavra de Deus, como causa do término de um chamado. Mas, mesmo que ministros têm se aposentado ocasionalmente por motivos que não são claros (exemplo, Chemnitz), eles normalmente reassumiam o ministério em algum outro lugar, e não resignavam simplesmente, como o imperador Diocleciano, que se retirou para a Trácia e cultivou, alegremente, couve durante seus melhores anos de vida.

Alguém poderia, com alguma justificativa, argumentar que as nações luteranas naqueles dias não tinham, certamente, uma classe desocupada entre os pregadores, como na Itália durante a renascença, na qual prelados ficavam contentes quando eram dispensados do pastorado. Não existia securidade social e nem planos de pensão para os induzir a uma aposentadoria feliz. Mas isto é um argumento inconsistente por não existirem pastores aposentados naqueles dias. Em todas as minhas leituras de dogmáticos, achei somente uma única menção a "um pastor emérito" e este estava trabalhando, como tantos "pastores aposentados" hoje. Penso que Lutero, os escritores das Confissões e os dogmáticos ortodoxos tinham uma visão mais elevada do chamado para o ministério do que nós em nossos dias. O ministério era considerado o mais alto de todos os chamados, em uma classe por si só (*sui generis*), um ofício, que homens capazes podem aspirar de todo o coração (1 Tm 3.1 é freqüentemente citado), sem considerar o sacrifício. O Espírito supriria todos os dons necessários. Almas serão convertidas e salvas pelo poder do evangelho. Por que alguém deixaria ou aposentar-se-ia de tal ofício, de tal chamado divino? Por quê? Um administrador fiel não tem direito de deixar seu cargo sem circunstâncias plenamente justificáveis. Esta convicção permeia os ensinamentos e exemplos de Lutero e dos confessores. E por que uma igreja desejaria estender um chamado meramente temporário a um pastor? Semelhante ao

⁶¹ Gerhard XII,80; 104-105. Cf. Luther, "That a Pastor Should not Be Silent at the Unjust Deposition of a Minister." W², 10, 168ss. Citado em Walther, *Church and Ministry*, Traduzido por J.T. Mueller, St. Louis, Concordia Publishing House, 1987, p. 225.

chamado para ser santo e ser sacerdote, o chamado para este ofício especial é vitalício: "enquanto você viver", diz Lutero.⁶²

O que dizer da transferência de um pastor de uma igreja para outra, ou remover o pastor do seu ofício? Primeiro, o que serve de base para ambos os casos encontramos em Chemnitz, como segue⁶³: "Assim como há um método legal (*legitima ratio*) para chamar alguém para dentro do ministério da igreja, assim há também um método legal para remover alguém ou transferi-lo de uma congregação para outra." A transferência ocorre somente quando vem outro chamado

⁶²Em relação à "aposentadoria" de diretores e membros de faculdades dos Seminários (*doctores ecclesiae*) a LCMS tem-se envolvido numa confusão que por boas razões teológicas e confessionais nunca deveria ter acontecido, mas da qual a igreja procura libertar-se devagarzinho. Antes de 1976, o Diretor de um Seminário, que sempre era um professor, poderia ser aposentado de acordo ou contra a sua vontade, com a idade de 60 anos, ou após 15 anos em seu ofício e ser colocado fora do trabalho; professores eram tirados de suas funções (chamado) com a idade de 70 anos (Veja Handbook, 1981, 6.53). Agora, o diretor pode permanecer em sua responsabilidade de direção até o fim do ano letivo, no qual alcança a idade de 70 anos; professores são aposentados com 75 anos. Nada é dito a respeito do diretor, se precisa deixar seu cargo como professor aos 70 anos, presumimos que seja tratado como os outros professores neste respeito. Tudo isto é um passo na direção certa, um passo, ironicamente, trazido pelas mudanças das leis federais.

É entristecedor, por isso, ler no suplemento ao *Lutheran Witness*, Jan. 1991, do Distrito de Indiana, que o presidente da LCMS, falando da aposentadoria honrosa do diretor de um Seminário, disse: "Que os chamados são normalmente feitos com termos específicos, que pode ordinariamente exigir a aposentadoria obrigatória aos 70 anos ou após 15 anos de serviço. Estes chamados, ainda que divinos, não são semelhantes ao chamado pastoral, por causa de sua limitação." Naturalmente o Presidente sinodal pode nunca ter dito o que lhe foi atribuído na forma de discurso indireto e não diretamente. Mas a afirmação que fala de "aposentadoria obrigatória" de alguém que foi corretamente chamado para o ministério da Palavra e baseia sua aposentadoria sob "termos específicos" de seu chamado, introduz um conceito estranho ao artigo XIV da Confissão de Augsburg e perigosamente contrário à direção de nosso Sínodo, refletido nas recentes mudanças de nosso Regimento (Handbook). A afirmação não reflete o conteúdo do presente Regimento, ou a teologia de Lutero e das Confissões.

O chamado de *jure divino* é anterior e não está sob o regulamento de *jure humano*, leis de bispos e outros dirigentes da igreja. Este princípio básico foi lançado uma vez por todas pela faculdade e pelos estudantes reunidos em 10 de dezembro de 1520, quando foram queimadas cópias de escritos escolásticos e da lei canônica diante das portas de Wittenberg. Esta foi uma proclamação de que a palavra de Deus estava acima das leis canônicas. Quando Lutero lançou para as chamas a Bula Papal, que o excomungava, ele testemunhou ao mundo de que o chamado ao ministério da palavra está acima da excomunhão e banimento tirânicos a fiéis pregadores da Palavra.

⁶³ *Loci Theologici* II, 703.

legítimo. "O Senhor da seara tem a autoridade para transferir seus ministros de uma comunidade para outra." Chemnitz é cauteloso quanto a transferências. Pastores ficavam naqueles dias numa paróquia muito tempo ou a vida toda, a não ser que surgissem dificuldades (isto era diferente com professores, e muitas vezes por razões políticas). Chemnitz se opõe firmemente a pastores paroquiais que se afastam da posição assumida e mudam de locais, "para seu próprio benefício".

A posição de Lutero e de todos os dogmáticos sobre esta matéria da destituição de um ministro concordam exatamente com a teologia das Confissões, sem nenhum desvio. O chamado é chamado de Deus. É para o ministério da palavra e a administração dos sacramentos. Se alguém é faltoso para com o seu chamado por doutrina falsa ou vida ímpia, Deus o removerá. E ele o fará mediatamente como o chamou. Chemnitz reafirma a posição luterana: "Assim como o único Deus, apropriadamente, mantém para si o direito de chamar, também é propriedade de Deus remover uma pessoa do ministério (*propria Dei est remove alicuius a ministerio*). Por isso, enquanto Deus deixa no ministério seu ministro que ensina corretamente e vive irrepreensivelmente, a igreja não tem a autoridade para remover o servo de alguém outro (*ecclesia non habet potestatem alienum servum amovendi*). Mas se ele não edifica mais a igreja, por doutrina e vida, antes a destrói, então o próprio Deus o remove (Os 4.6; 1 Sm 2.30). Por isso, há duas razões pelas quais Deus remove ministros infiéis de seu ofício: 1) Por causa da doutrina, quando ensinam doutrina falsa: "Os lábios do sacerdote devem guardar o conhecimento, e da sua boca devem os homens procurar a instrução" (Mt 2.7); 2) Por causa da vida, quando agem de tal maneira que o nome do Senhor é blasfemado, 1 Sm 2.30. E então também a congregação não somente pode, mas deve (*debet*) remover tal pessoa do ministério. Assim como Deus chama, assim ele também remove por meios. Mas assim como um chamado é feito pela instrução do Senhor da seara, assim também, quando alguém precisa ser removido do ministério, é necessário que a Igreja possa mostrar com certeza que este é o julgamento e esta é a vontade de Deus. E assim como o chamado, assim também a deposição pertence à igreja toda (*tota ecclesia*), de uma forma correta e ordeira (*certo quodam ordine*)".

Gerhard entra em maiores detalhes, mas acrescenta pouco ao que Chemnitz dissera.⁶⁴ Como Chemnitz, ele insiste em que a "remoção", como ele o coloca, corresponda aos termos do chamado legítimo e às funções do ministério. Desde a paz de Passau (1552), as investiduras foram transferidas nos territórios luteranos, dos bispos aos príncipes. Em qualquer caso, Gerhard insiste em que a igreja toda (incluindo o povo) seja envolvida em cada remoção, e que isto aconteça de acordo com as prescrições divinas. Gerhard está apreensivo com respeito a papismo e cesaropapismo. Uma terceira razão para remover do

⁶⁴ Gerhard XII 175ss.

chamado e do ministério, qual seja a total incapacidade para as funções, devido à falta total de coragem (Gerhard escreveu durante a guerra dos trinta anos) ou colapso físico e mental, foi acrescentado em nota ao pé da página, provavelmente por seu filho.

Com respeito a isto, Gerhard admoesta: "Nunca devemos permitir pressa neste assunto ou arbitrariedades por parte daqueles que têm o poder para remover um ministro de sua posição e colocá-lo no exílio, sem o reconhecimento das causas legítimas e o cuidadoso exame da situação. Tal conhecimento cabe a toda a igreja." Na prática, o bispo ou o superintendente, trata do assunto e informa o consistório. Gerhard ainda diz: "Se alguém, sem um processo formal e por questões que não são legítimas e suficientes, (Cf.: o demasiado zelo e condenação dos vícios dos homens, aversão, ou erros insignificantes) é deposto do seu ministério, então aquele que toma o seu lugar não pode ser considerado um ministro verdadeiro, legítimo e chamado." Lutero chama a pessoa que substitui um pastor que foi deposto ilegítimamente de "ladrão e assassino". Ele roubou o chamado do outro e destrói seu ministério.⁶⁵ Gerhard, como Lutero e todos os confessores luteranos, sabem que o ministério sempre foi, mesmo que glorioso e ricamente recompensado, um chamado duro e ingrato. E, como no passado e ainda hoje, muitos ministros fiéis são perseguidos e depostos do seu chamado. Como Lutero, ele conforta estes com as promessas de Deus referentes ao ministério da Palavra e da graça e os fortalece a continuarem em seu ofício e chamado. Pois é um chamado divino.

⁶⁵XII,176. Gerhard cita Chemnitz, Brenz, Moerlin e Lutero. A posição de Lutero com respeito à injusta remoção de um pastor é extremamente forte. Cf. sua carta a Sebastian Stuede, pastor Hausmann, em Zwickau, no livro de Walther: *Church and Ministry*, p.225-229: "Que um pastor não deve silenciar diante da deposição injusta de um ministro," 1531, W²10,1618ss. Depor um pastor contra sua vontade e sem um processo reto é tirania, diz Lutero, uma ofensa maliciosa contra a ordem e administração da igreja. Para um pastor ou qualquer um em autoridade que vê isto acontecer, e nada faz, torna-se participante da roubalheira e tirania, e deve ser condenado do púlpito. Ninguém deve entregar seu ministério a um outro, a não ser que tenha sido corretamente deposto. Aquele que entra no ministério de outrem, que não foi devidamente deposto, é um ladrão e assassino. A defesa de Lutero de pastores injustamente depostos foi, sem dúvida, veemente, porque ele a sofreu na carne. Ele foi chamado mediatamente por Deus para a universidade e a igreja de Wittenberg. Mesmo que tenha sido excomungado pelo papa, condenado à morte pelo imperador, ele permaneceu em seu chamado, pregou centenas de sermões e proferiu centenas de palestras. Ele não renunciou, não enquanto tinha vida e alento.

8. CONCLUSÕES, A SITUAÇÃO ATUAL (ABERRAÇÕES, EXCESSOS, DIAGNÓSTICO, PROGNÓSTICO).

No final da década de 1950, o Dr. Martin Scharlemann, disse: "A teologia é móvel (ou mutável)". Por um tempo, ele defendeu esta posição. Foi uma afirmação confusa e mais tarde abandonada. Mas, descritivamente, a afirmação é verdadeira, como qualquer história do dogma o prova. Como tal movimento ocorre? Por vezes de forma radical e pública, como os entusiastas nos dias de Lutero, ou como os movimentos carismáticos hoje (AE III, IV; FC XII); ou, então, como o Dr. F.A. Schmidt, que repentina e abertamente negou a doutrina da eleição da graça, como ensinada na FC XI. Em outros tempos, o movimento foi mais encoberto, sutil e difícil de ser percebido, como o sinergismo incipiente de Melancthon e o encoberto armenianismo do movimento do Crescimento da Igreja ("Church Growth") (FX II). Por vezes, a teologia se move em direção errada ou correta com forte arrojo. Às vezes ela se move com definido progresso. Este último tipo de movimento é que acredito aconteceu nos círculos luteranos com respeito à doutrina do chamado para o ministério. Os passos deste movimento passaram de (1) emergência (casuísticas, expedientes, necessidades, situações especiais, etc), para a (2) prática (ou cultos), para a (3) doutrina. Este movimento de três fases é muito comum, à medida em que a teologia é influenciada por mudanças sociológicas, culturais e outros fatores. Por vezes, teólogos e líderes da igreja deliberadamente iniciam o movimento, outras vezes os movimentos simplesmente acontecem.

Permitam-me citar dois exemplos, nos quais a emergência percebida levaram a uma má prática na LCMS; e a má prática levou à prática corrupta e virtual negação de CA XIV:

a) **Leigos estão pregando publicamente nas congregações da LCMS, sem serem devidamente chamados.** ⁶⁶ O movimento ao surgir seguiu os passos mencionados acima. Na Convenção de Wichita, a "necessidade" foi citada como razão para mudar o programa de ação, ou prática. Como a prática continuou após a Convenção e nada foi feito para retornar à doutrina e prática da CA XIV (inseparavelmente ligadas neste caso), nosso Sínodo, na verdade, **está ensinando por sua prática** que alguém pode pregar o evangelho publicamente sem um chamado legítimo, de fato a prática e doutrina proibidas pela CA XIV.

O que aconteceu de errado, que veio a motivar esta decadência que já vinha se arrastando por algum tempo? Primeiro, não houve "necessidade" para mudar de posição. Pois, o que quer se dizer com a palavra "necessidade"? Para

⁶⁶Cf. Resolução 3-O58 "Adotar as recomendações do Relatório do Comitê de Estudo sobre Obreiros Leigos, conforme emenda", *Convention Proceedings, 57th Regular Convention*, LCMS, Kansas, 1989, p 111-114

os luteranos, necessidade sempre se referiu a uma situação na qual os cristãos não tinham outro caminho para serem servidos com o evangelho.⁶⁷ Esta necessidade não existiu nos Estados Unidos por ocasião da Convenção de Wichita.⁶⁸ Há um antigo ditado latino que Lutero e outros luteranos gostavam de citar: *Necessitas non habet legem*: "Na necessidade não há lei." Assim Lutero, em uma de suas cartas ao povo de Praga ordenou às mulheres que batizassem seus filhos e aos

⁶⁷ *Grace for Grace*, ed. S.C. Ylvisaker, Ch. Anderson e Georg Liligard, Markato: Lutheran Synod Book, Co 1943, p. 133. "A única definição correta de 'necessidade' é de que existe uma necessidade quando não há pastor disponível ou à mão, e não pode ser conseguido, ou quando, se há um pastor, este não serve ao povo retamente, mas ensina doutrina falsa, ou não pode atendê-los adequadamente, mas tão raramente que o povo não pode ser levado à fé ou guardado na fé e ser defendido contra erros, assim que os cristãos desfaiecem por falta de cuidado. Quando tal necessidade existe, eles precisam encontrar uma saída e encontrar solução definida e própria conforme as circunstâncias o permitam". Esta definição foi cuidadosamente trabalhada pelo antigo Sínodo Norueguês em uma reunião em Holden, Goodhue Country, Minnesota, 1862. Walther tomou parte nesta reunião. Os imigrantes Noruegueses foram infectados por pregadores leigos e necessitavam de um documento claro. A definição representa a posição da Igreja Luterana desde os tempos da Reforma, mas ela foi adaptada à situação Americana.

⁶⁸ Durante a segunda quarta parte do século XIX, noruegueses imigraram para este país, mas nenhum pastor veio por 25 anos. Em Wisconsin e Illinois o povo cristão, muitos deles afetados pelos huguenotes, movimentos pietistas, premidos pela necessidade, escolheram pregadores leigos. Estes "pastores leigos" fizeram disto um péssimo trabalho. Em muitos casos, os próprios pregadores leigos eram convertidos, em um caso ao mormonismo, outros para os Quakers, e em poucos casos aos batistas e metodistas. Quando pastores corretamente chamados vieram a estas comunidades, os pregadores leigos, que não tinham treinamento, nem chamado e muitas vezes eram completamente heterodoxos, recusaram-se a renunciar. Assim surgiu a controvérsia. Um pastor norueguês e membro do antigo Sínodo Norueguês apelou para o Dr. Walther e os missourianos para uma opinião em diversas ocasiões. Desde o princípio do Sínodo Norueguês, pastores ordenados estavam aptos para servirem às congregações dispersas do Sínodo e eles serviam muito melhor, como se podia esperar, do que os não treinados e não chamados pregadores leigos (Cf. Magnus Rohne, *Norwegian American Lutheranism up to 1872*. New York: the Macmillian Company, 1926). Mais um exemplo do fracasso do movimento de pregadores leigos pode ser extraído da detalhada história de Rohne.

As congregações de Missouri nunca passaram por tal confusão, porque os imigrantes germânicos eram em maior número e pastores imigraram com eles. É irônico que o Sínodo de Missouri agora queira adotar um programa de ministério leigo, após 150 anos de militante oposição a todo o programa e de ajuda ao Sínodo Norueguês para corrigir o erro. É duplamente irônico, porque em nossos dias, nos quais há avanços nas comunicações, tanto na mídia de comunicação como na locomoção, não há situações de necessidade como o termo foi usado nas Confissões e na teologia luterana (Tr 67); compare *LW* 40,34: 39,310).

leigos a exercerem o ofício ministerial da melhor forma possível nos tempos de necessidade, isto é, sob a tirania do papa e de seus bispos. Mas, ele foi igualmente insistente, especialmente em seus últimos anos, para que o artigo CA XIV fosse cuidadosamente observado. Desde os tempos de Jacob Spener, pregadores leigos têm sido ativos em certos círculos luteranos.⁶⁹ Será que o Sínodo de Missouri em seu fervor evangelístico e de renovação após 150 anos teria sucumbido a este movimento?

Um segundo exemplo do movimento tripartite da teologia mencionado acima é o esvaziamento gradual dos termos "ministro" e "ministério". Historicamente os termos se referem à CA XIV e ao ofício da pregação pública. Agora os termos adquiriram um sentido genérico para qualquer um, homem ou mulher, mas ainda não para crianças, que servem ao Senhor e à sua igreja de **tempo integral**, quer publicamente ou em particular, e tudo o que está entre os dois. Estes "ministros" têm o "ministério da Palavra" por contrato ou "chamado", se supõe, e o *Lutheran Annual* coloca esta categoria genérica na lista dos obreiros da igreja (um antigo e venerável termo genérico): "Ministros, professores comissionados". Suponho que alguns deles foram chamados, outros não; e eu não sei se há uma razão para chamá-los ou contratá-los. Esta confusão semântica solapa a doutrina da CA XIV, e todas nossas Confissões, que se referem a algo bem específico quando falam do "ministério do ensino do Evangelho e da administração dos sacramentos (CA V), ou sobre homens que "publicamente ensinam, pregam, ou administram os sacramentos na igreja." Eu nunca compreendi porque estes vários novos ofícios, classificados sob os "ofícios auxiliares", de Walther (um termo que não encontro em Lutero, nas Confissões ou nos dogmáticos, a não ser que seja o reconhecimento do ofício de diáconos), deveriam ser chamados de "ministérios" em contraste aos muitos outros ofícios e deveres entre os cristãos e nas muitas profissões na vida. Obviamente, o sacerdócio universal e cada sacerdote individualmente tem o ministério da palavra e os sacramentos,⁷⁰ e toda a igreja tem o direito de chamar ministros públicos da Palavra. Mas o ofício e a posição de cada indivíduo não é o ofício do ministério no sentido como o termo é usado na CA XIV e através da história da igreja luterana. Uma amiga pode dizer à minha esposa: "Deus abençoe o seu ministério junto a seus netos", mas ela não está falando do ministério da Palavra.

Por que toda esta confusão semântica hoje? Provável e ironicamente, por nenhuma outra razão do que pelo simples fato de as pessoas quererem ser

⁶⁹Cf. James Pragman, "Ministry and Orthodoxy and Pietism" in *Called and Ordained*. Todd Nichol e Marc Kolden, ed. Minneapolis; Fortress Press, 1990, p. 73.

⁷⁰ LW 36, 116 *passim*.

sistemáticos, à medida em que classificam os obreiros da igreja no *Lutheran Annual*.⁷¹

Não somente o termo "ministério" foi esvaziado pelo esforço da moderna semântica, mas também o termo "chamado". Novamente o significado específico e restrito da palavra, como usado na CA XIV, para "chamado" foi generalizado. Parece que todos, pelo menos muitos, dos que trabalham de tempo integral para o Sínodo nestes dias são "chamados" de uma ou outra forma.⁷² Eu suspeito que esta confusão semântica não seja uma negação deliberada da CA XIV, mas ela certamente vicia na prática a doutrina da CA XIV.

b. Ministros são depostos do santo ministério ou restringidos de serem chamados, sem razão. Esta aberração, na prática de fato nega a doutrina da CA XIV e ocorre de muitas formas:

1. Congregações, sem razão justificável, demitem pastores, sem processo correto.⁷³

⁷¹ Cf. "The Ministry, Offices, Procedures, and Nomenclature, A Report of the CTCR," LCMS Setembro, 1981, p. 12, no qual os termos: "ministério", "ministério público" e "ofício do ministério público" são definidos num sentido que parece inovador e arbitrário. Cf. Francis Pieper, *Christian Dogmatics*. Traduzido por J. T. Mueller, St. Louis, Concordia Publishing House, 1950, 343.

⁷² O documento da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (da LC-MS) sobre o Ministério, após alargar o termo "ministério" para incluir todo o tipo de ofícios auxiliares (19) redefine o termo "chamado", como é usado com respeito ao ministério da Palavra na CA XIV. "Uma pessoa é chamada quando ele ou ela é convocado pela igreja (?) para o ofício da Palavra e sacramento ou para um ofício auxiliar em tempo integral e por educação, por certificado, e por um ato solene público (isto é, ordenação ou comissionamento) é trazida a um relacionamento especial com a Igreja, de quem ele ou ela tem uma autoridade especial e através de que ele ou ela é autorizado a realizar funções daquele ofício da igreja, no qual ele ou ela foi ordenado ou comissionado, em um cargo específico pela duração de tempo que é ordinariamente continua e indefinida, mas que em certos casos e sob determinadas circunstâncias específicas pode ser um período de tempo determinado, o que é evidenciado pelo nome do indivíduo ser colocado e mantido em uma lista oficial do Sínodo" (p. 29). Tudo isso é uma sentença! Mas quem, realmente, sabe o que significa? Certamente o termo "chamado" recebe um novo sentido, um sentido bem diferente do da Confissão de Augsburg XIV. Talvez a razão do documento da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais é simplesmente para justificar o que já estava acontecendo no uso da nomenclatura no *Lutheran Annual*. Não vemos nenhuma outra razão para esta definição nova e confusa do termo.

⁷³ Cf. Calov, VIII,299. Em tal situação Calov, como seus antecessores, advoga que ministros numa Congregação que são oprimidos e removidos erradamente e substituídos por pastores ortodoxos e aprovados, devem oferecer a outra face. Esta afirmação foi feita por alguém que atuou no ministério em um território com um protetor civil a quem ele pôde apelar. Como vimos acima, nem Lutero nem Gerhard reconheciam o ministério de alguém que substituiu um

2. A congregação que depõe seu pastor sem processo correto, argumenta que o pastor é um "empregado" e que a congregação é autônoma. Esta posição é refutada pela doutrina de nossas Confissões e dogmáticos, de que não é a congregação que chama isoladamente, mas toda a igreja (*tota ecclesia*). E o chamado não é somente um contrato, mas um chamado divino.

3. Um presidente distrital pode por um pastor que está no ofício ou aquele que foi deposto do seu ofício, quer justa ou injustamente, no assim chamado "status restrito". Se isto é feito antes do devido processo (Dt 19.17; Tr 51,74,75), já é por si só uma violação do chamado do ministro, de acordo com a CA XIV ou do seu direito de receber um chamado, e constitui uma imposição tirânica da excomunhão menor.

Tal "excomunhão", na verdade, é feita muitas vezes sob uma condição, a condição de que o referido pastor, que está com problemas em sua congregação, ou que foi deposto, ou o candidato que deseja receber um chamado para o ministério, deve ser submetido a um "aconselhamento",⁷⁴ antes de ter a permissão de receber um chamado. Qualquer requisição ou "sugestão" pelo presidente distrital ou Seminário que pressiona o pastor ou candidato a submeter-se a uma "avaliação psicológica" ou "aconselhamento" contra sua vontade, é uma violação da CA XIV por três razões: a) Submete o pastor ou o candidato a um critério não bíblico para o introduzir ou para que permaneça no ministério; b) Priva o pastor ou o candidato de um legítimo processo de que é acusado antes de ser restringido de qualquer forma de entrar no ministério (e a congregação que é erradamente impedida de chamá-lo); c) Isto viola também os **Princípios Éticos dos Psicólogos** seculares que procuram e protegem o "bem estar daqueles que buscam seu serviço", e não encorajam qualquer violência de sua prática ou mau uso por outros.⁷⁵

pastor erradamente deposto. Há uma tensão neste ponto, no que se refere ao pastor deposto.

⁷⁴ Cf. *Episcope in The Lutheran Church - Missouri Synod*, p. 35. Aqui é nos dito que o presidente distrital deve "executar, por autoridade humana, as funções de seu ofício de episcopo e preocupar-se com ... a vida dos pastores nas congregações." Embora o estudo diante do Conselho dos Presidentes neste ponto enfatiza a orientação de serviço do presidente distrital, há muitas ocasiões nas quais ambos, o presidente distrital e a administração dos seminários, têm requerido ou "sugerido" que o pastor ou candidato se submeta a um aconselhamento psicológico, ou...

⁷⁵ Cf. *Ethical Principles of Psychologists, American Psychologist*, March, 1990,45,390-395ss. O princípio 3c diz: "Em seu dever profissional, o psicólogo evitará qualquer ação que possa violar ou diminuir o direito civil e legal do seu cliente ou de outros que possam vir a ser afetados por suas ações." Alguém que faz um tratamento com uma pessoa arbitrariamente, erradamente, enganosamente, sem causa justa ou um processo devido, viola o primeiro princípio dos *Ethical Principles*. O psicólogo a quem o pastor é recomendado é

responsável ao pastor, e deve-lhe sigilo confidencial (princípio 3c). "A premissa básica da doutrina ética do consentimento informado é que o paciente é uma pessoa autônoma, que é chamada para tomar decisão para tratamento baseado em informação e fatos relevantes e talvez uma recomendação de um doutor ou por outro provedor de cuidados. Neste respeito, segue uma longa tradição americana legal, que protege e encoraja a autonomia do indivíduo." *Informed Consent: A Study of Decision Making in Psychiatry*, ed. C.W. Lidz, A. Meisel, E Zerubavel, M.M. Carter, R.M. Sestak, L.H. Roth, New York: Guildford Press, 1984, p.4. Cf. também D.K. Kentsmith, S.A. Salladay e P.A. Miya, *Ethics in Mental Health Practice*. Orlando; Grune e Stratton, 1987, *American Psychologist*, 36, 652, 663.

Qualquer pessoa, não profissional, que faz uma requisição de tratamento (tratamento exigido ou sob pressão), não está numa posição que lhe permita fazer este julgamento, que requer a experiência de profissionais da saúde mental. O princípio ético de relacionamento profissional proíbe que alguém atue como ambos psicólogo/conselheiro e chefe, cônjuge, amigo, ou **supervisor**. "Psicólogos fazem todo esforço para evitar dupla afinidade que poderia prejudicar seu julgamento profissional ou aumentar o risco de explorar. Exemplos de tais afinidades duplas incluem, mas não estão assim limitados, pesquisas com o tratamento de empregador, estudantes, supervisores, amigos íntimos, e parentes" (*American Psychologist*, março, 1990, m 46, 393).

A prática da desqualificação de candidatos ou pastores que estão em um estado restringido de receberem um chamado sem primeiro se submeterem a um aconselhamento profissional requer um exame melhor.

1. Sob que critério o conselheiro profissional será selecionado? Visto que o propósito da avaliação será "determinar se o Rev. N. está agora emocionalmente (psicologicamente) e espiritualmente apto para o ministério pastoral, no presente tempo," deve-se admitir o que segue:

a) Há uma definição padronizada para o "emocionalmente apto" para o ministério. Por padronizado penso numa definição que é geralmente aceita e com a qual todos concordam. Se há um padrão fixo, qualquer profissional competente pode aplicar o critério com precisão. Como sabemos, pelos meios de comunicação ou talvez por alguma outra experiência, há geralmente pouca concordância no campo da psicologia, especialmente, no que se refere à "saúde emocional". Quando um conselheiro individual deve avaliar o Rev. N., ele poderá achá-lo extremamente tenso e por isso um pouco doentio e depressivo. No entanto, ele poderá anotar "reação normal" à sua situação. Um outro profissional da saúde mental poderá concluir de modo bem diferente.

b) Há na Escritura Sagrada uma "definição padronizada" para o "espiritualmente apto" para o ministério. Isto levanta um problema imensurável. Nenhum profissional da saúde mental poderá de forma legal e eticamente correta julgar-se capaz de avaliar corretamente a "aptidão espiritual" de alguém.

c) Que o conselheiro escolhido seja conhecedor desta definição padrão e possa competentemente aplicá-la para determinar a aptidão do Rev. N.

2. Como há uma grande preponderância de profissionais da saúde mental não cristãos (muito menos luteranos) a seleção de um profissional competente é bem limitada.

3. Suponhamos que o Rev. N. é julgado não apto para o ministério da Palavra por um profissional da saúde mental. Por que critérios e por quem ele poderá ser reavaliado para determinar se e quando ele estará apto?

4. As condições impostas ao candidato que busca um chamado ou ser reinstalado no ministério da Palavra são extremamente ofensivas aos princípios da Escritura, das Confissões Luteranas, e dos princípios éticos dos conselheiros profissionais, psicológicos e psiquiátricos. Se é necessário para o Rev. N. ser encontrado apto para o ministério e ter "o seu registro completamente limpo" antes de poder entrar no ministério, então ele deve ter sido achado indigno (culpado de algum pecado ou de uma séria deficiência pastoral), e precisava ter o seu registro limpo. Mas quem o declarou desqualificado ou culpado? Se você recebe uma multa de trânsito, há uma palavra de um profissional treinado e algumas vezes uma evidência objetiva (registro do radar) de que você foi apressado ou quebrou a lei. Mas que profissional treinado determinou que aquele pastor ou candidato deverá submeter-se a um aconselhamento? E que evidência há de que ele deva submeter-se a este "processo de clarificação"? Será que algum advogado ou jurista concordaria com tais condições, se isto fosse exigido por sua firma?

Alguns comentários precisam ser feitos aqui a respeito do "consentimento informado" e "confidência". (veja: *Handbook of Outpatient Treatment of Adults*), by M.C.Thase, F.A.Edelstein, & M.Hersen (Eds), New York: Plenum Press, 1990). Ambos são princípios éticos e legais. Na essência, Rev. N. será pedido a declinar destes seus direitos neste caso. Por isso, presume-se que um profissional da saúde mental competente e consciencioso se recusará a executar este trabalho.

Há dois princípios legais embutidos na doutrina do "consentimento informado". Ambos os princípios são designados para proteger o usuário do serviço de saúde mental de ser explorado (Isto é, "eu sou um profissional, eu conheço coisas que você não conhece, você deve entregar-se a mim por longo tempo e dispendioso tratamento").

1. A pessoa que busca os serviços psiquiátricos o faz plenamente a par do diagnóstico (o problema a ser tratado) e do tratamento (do plano e de seus riscos inerentes, custos e benefícios potenciais).

2. Há uma auto-determinação. Isto é, cada ser humano adulto e de mentalidade sã tem o direito de determinar o que deve ser feito com o seu próprio corpo (Judge Cardoso, 1914. Veja L.S.Müller, "Informed Consent, *Journal of the American Medical Association*, Vol 244,p.2.100-2103).

Na ausência de consentimento informado (entrando plenamente a par e de vontade própria) qualquer intervenção psiquiátrica está sujeita a fracasso. Pode ser dito que o consentimento informado "é a base de toda a intervenção psiquiátrica e sem ele nenhuma intervenção psiquiátrica pode ser justificada" (veja: Redlich, F. & Mollica, R. "overview: Ethical issues em Contemporary Psychiatry", *American Journal of Psychiatry*, 1970, p.125, infro).

Por definição, a priori, presume-se que o Rev. N. cederá seu direito à confidência pelo entrar neste acordo. Isto é, ele, o presidente distrital, seus secretários, sua congregação futura, e outros saberão do resultado da avaliação. Isto somente sobre o processo de avaliação. O que acontece se ele necessitar de tratamento? Então o tratamento e o resultado (quando há cura e ele está apto para entrar ou reingressar no ministério), estão também abertos a todos os acima citados. Isto é bem diferente do que dizer a alguém que trabalha para uma companhia de cosméticos: "Eu estou preocupado a respeito de seu hábito de beber. Talvez você deveria pensar em consultar um especialista (sem coerção, completamente confidencial, etc.).

Há geralmente duas situações nas quais uma tal avaliação forçada é autorizada: 1) Se o indivíduo foi acusado de algum crime e deve submeter-se a uma avaliação psicológica para

A sugestão ou intimação por parte de um Presidente distrital, da congregação ou de um membro do Seminário de que um pastor ou candidato tenha um passado de doença mental ou necessite de aconselhamento psicológico ou vocacional ou de avaliação assim que a situação pessoal de pastor ou de candidato é posta em risco, de fato se constitui em violação da CA XIV e é o beijo da morte!

4. **Um presidente distrital pode controlar a lista de indicados a um chamado de uma congregação.** Esta é uma clara violação do direito de uma congregação, o "povo" que desempenha um papel importante no chamado da igreja toda.⁷⁶ Esta era a preocupação de Lutero, das Confissões e de todos os dogmáticos. Com este respeito queremos chamar atenção a um claro desvio na prática da LCMS daquela praticada pelo menos nos primeiros duzentos anos após a Reforma. A congregação que chamava era historicamente obrigada a desempenhar um papel importante no examinar o pastor a ser chamado. Esta era a prática na igreja luterana da Alemanha e Escandinávia, e era parte essencial do processo

determinar se ele está apto para o julgamento (pode ajudar em sua própria defesa) ou se o indivíduo é julgado culpado de algum crime e o juiz quer saber se ele terá benefício com um aconselhamento ou deverá sofrer o cárcere. 2) Se o indivíduo está buscando uma posição ou promoção na qual a avaliação psicológica é uma parte necessária do processo. Nestes casos, a avaliação é **claramente** indicada e **universalmente** aplicada. Por exemplo, em algumas jurisdições, policiais devem submeter-se a uma avaliação psicológica para ingressarem na força ou para se qualificarem para promoções. Em resumo, a avaliação é usada para determinar se há um problema com drogas ou abuso de álcool, ou se há problemas com o controle do medo, e se a pessoa pode exercer autoridade, etc. A avaliação tem a intenção de responder questões específicas (Taxação padronizada) e são aplicados a cada um, incluindo o chefe policial e o sargento.

Obviamente, o Rev. N não foi acusado, muito menos foi achado culpado de algum crime, ofensa pública ou falsa doutrina que o impediriam de entrar no ministério. Além disso, qualquer aplicação de uma avaliação é claramente idiosincrásica, enganosamente e mal intencionada. Nem levando em conta o fato de que vivemos na década de 90, há ainda um tremendo estigma ligado à psiquiatria e serviços de aconselhamento, por isso o Rev. N. claramente causará mal a si mesmo em concordar com tal avaliação. É uma proposta sem ganho para ele e totalmente inapropriada. Qualquer profissional da saúde mental que compreender a situação, avisa-lo-á para que recuse a oferta. Com efeito, o pastor ou candidato é levado a ser considerado culpado por suspeita ou por implicação de uma coisa que proibi-lo-á de entrar ou reingressar no ministério público, e o conselheiro profissional estará sendo manipulado e usado como um acessório para manter uma pessoa qualificada fora do ministério público. Esta prática, que está se tornando mais e mais comum nos círculos luteranos, é violação da CA XIV, do correto processo eclesiástico, e do oitavo mandamento. Isto precisa parar!

⁷⁶ LW39, 312-313

do chamado. A universidade não tinha parte nem sequer na "qualificação" ou "exame" do candidato. E mesmo que uma pessoa tivesse sido ministro por anos, se uma igreja estava pensando em chamá-lo, ele teria que submeter-se a um exame, muitas vezes rigoroso, pela congregação que estava chamando, pelos pastores da região e, sem dúvida, pelo Superintendente, se possível. A idéia de a congregação depender somente da palavra e da avaliação do superintendente (ou da Universidade na qual o candidato estudou) seria impensável."

5. Um presidente Distrital ou Visitador (Conselheiro Distrital) pode interferir no ministério de um pastor pelo falar com os membros e ouvir queixas contra ele, sem que o pastor o saiba. Esta ação, seja a propósito ou de forma accidental, é uma violação do processo correto do chamado ministerial.

6. Um "chamado temporário" é uma violação da divindade do chamado ao ministério da Palavra. Tal ação é um oxymoron (evidente contradição). Embora o chamado divino e carta de chamado são, de fato, um contrato legal, é mais do que isto. É a maneira de Deus colocar alguém no ministério da Palavra. Um "chamado-contrato" por dois ou três anos, uma idéia contemplada aqui e ali em nosso Sinodo, é igualmente perniciosa. Kurt Marquart coloca isto bem: "O assim denominado 'chamado temporário' deve ser visto como realmente é: um chamado no qual está imbutida uma demissão sem base bíblica. Ninguém pode dizer a um ministro, sem se contradizer: 'Deus lhe deseja, agora, aqui, mas quer que você vá embora após três anos, no dia primeiro de janeiro, a não ser que nos agrade depois ficar com você por mais três anos. É outro assunto, no entanto, se a posição ou o trabalho por sua própria natureza for temporário, como por exemplo, ser capelão numa expedição, ajuda em caso de enfermidade, etc. O que é alvo de objeção é a limitação do chamado sem necessidade intrínseca, simplesmente para conceder às pessoas que chamam o direito de demitir o

" Desde os primeiros anos, o Sinodo de Missouri colocou nos Seminários a responsabilidade de qualificar candidatos. Isto aconteceu provavelmente porque no pequeno Sinodo o Diretor do Seminário era também o Presidente da igreja e pastor de uma congregação. De qualquer forma, nunca nos libertamos deste costume que, mais ou menos, deixa as congregações em apuros. Em 3 de março de 1990, o Conselho de Presidentes adotou uma nova "ferramenta de auto-avaliação para pastores", pela qual um pastor se avalia a si mesmo. Não há nada de errado com este tipo de instrumento. Ele está à disposição dos pastores e poupa tempo ao visitador. No entanto, a "ferramenta" dificilmente chega às profundas questões teológicas que Lutero e Melancthon trabalharam em suas instruções aos visitadores às paróquias e pastores no eleitorado da Saxônia, em 1528. As perguntas têm antes a ver com assuntos sociológicos e questões adiáforas. Seria muito melhor para todos os envolvidos, se as congregações novamente reassumissem, com a ajuda dos pastores próximos e, se possível, dos Presidentes Distritais, o exame de pastores, que pensam em chamar. Não há nada de errado com entrevistas e "sermões de prova", etc. A preocupação de nossas Confissões é que congregações saibam o que elas estão recebendo em um determinado pastor.

ministro a seu belo prazer, sem terem motivos ou provas de doutrina falsa ou vida ímpia."⁷⁸ O pastor não é "um empregado à disposição". A extensão do chamado não é um "adiáforo", mas o chamado é vitalício, como vimos.

7. **Forçar alguém a aposentar-se viola a CA XIV.** Nós já discutimos esta questão. Um ministro ou professor da igreja pode ser forçado a deixar o seu chamado somente por doutrina falsa ou vida ímpia, e isto, somente após o processo formal, a não ser que o pecado seja grosseiro. A idéia de uma "demissão divina" ou de uma "deposição divina" por razões outras do que doutrina falsa e vida ímpia⁷⁹ é simplesmente perversa e teologicamente errada, a menos que a demissão ou deposição sejam por motivos bíblicos válidos, em cujo caso a discussão desta questão é supérflua.

8. **Dirigir o chamado a uma mulher para ser ministra da Palavra ou o reconhecimento como "ministro" a uma mulher "chamada" para o ministério, é uma violação da CA XIV com respeito à doutrina prática.** Este assunto abrasador confronta nossa igreja diretamente: nem nossos líderes Sinodais, nem a Comissão de Teologia e Relações Eclesiais (CTCR) declararam de forma simples e clara de que uma mulher "ordenada" não é ministra e não deve ser reconhecida ou tratada como tal. Neste respeito a pressão do pragmatismo e expediente (talvez para buscar uma melhor relação com a ELCA - Evangelical Lutheran Church in America), tem afetado nossa prática e irá infalivelmente afetar e mudar nossa doutrina, a não ser que cheguemos a uma compreensão do

⁷⁸ Cf. Kurt Marquart, *Confessional Lutheran Dogmatics, Volume IX. The Church and Her Fellowship, Ministry, and Governance*, Fort Wayne: The International Foundation for Lutheran Confessional Research, 1990, p. 158.

⁷⁹ Cf. W.J.Sohn's. *The Divine, Disposal/Dismissal of Ministers of the Word and Sacraments*. Um estudo preparado para o Conselho dos Presidentes (23/04/90). O extenso trabalho tem uma grande porção de bom material em si, muitas citações excelentes de Lutero e de outras fontes teológicas. No entanto, o "Diploma de Revogação" que é acrescentado aos artigos é simplesmente ridículo, a não ser que o ministro seja colocado fora do ministério por questões bíblicas. Em tal caso, dificilmente há a necessidade de um ato litúrgico para afirmá-lo ou de um "Diploma de Revogação". Alguém pode ter tido a idéia para uma tal ação a partir de um breve parecer da Comissão de Teologia e Relações Eclesiais, afirmando que a duração de tempo associada ao chamado é um adiáforo. A afirmação se encontra no *Convention Workbook* de 1971, p. 32. "Não encontramos razão teológica que proíba a determinação ou modificação do chamado ou a abolição do ofício, para o qual uma pessoa foi chamada. Porque a Escritura silencia sobre o período associado ao chamado, consideramos ser o período um adiáforo, mais do que uma questão de doutrina. Notamos que esta compreensão do chamado se reflete nas provisões que estão no Regimento da Igreja. A afirmação provavelmente se refere ao que foi chamado de "ofícios auxiliares" que são criados de *jure humano*, mas que poderiam ser aplicados a professores de teologia chamados e pastores chamados, eu penso.

problema. Os prognósticos sobre nossa determinação ou capacitação para fazer isto agora não são os melhores. Em referência à doutrina do chamado nosso Sínodo está num estado frágil de confusão e perigo.

9. CONCLUSÃO

Os oito pontos mencionados acima, são exemplos da necessidade perceptível, da urgência missionária, de desejada eficiência administrativa e emergência combinados para mudar gradualmente a prática e o culto em nosso Sínodo. Este movimento é tido como, na pior das hipóteses, inócuo e, na melhor, benéfico e progressivo. O resultado é a mudança da doutrina pública. Permitam-me mostrar dois pontos muito sérios deste desenvolvimento.

Antes da virada do século, homens eram chamados somente para duas posições, como ministros: pastores e professores (de teologia). Estas duas posições, assim era ensinado, abraçavam o *Predigtamt*, e de fato as duas posições eram ligadas. Então, na década de 1890, a controvérsia sobre o ofício do professor de escola paroquial surgiu entre o Sínodo de Missouri e de Wisconsin. J.P. Koehler, que dirigiu o Sínodo de Wisconsin, estendeu o "chamado" aos professores.⁸⁰ O *Predigtamt* que pertencia ao sacerdócio universal, e brotava do sacerdócio universal era exercido publicamente por um professor da escola, como por um pastor de uma congregação local, assim Koehler afirmava. O *Predigtamt* não era o ofício pastoral (*Pfarramt*), mas abraçaria toda sorte de outros ofícios e possíveis multiplicações deles (Hoefling). Professores paroquiais eram chamados, mas, por alguma razão, não ordenados. Missouri resistiu a esta mudança meio século. Pois, na teologia missouriana, como claramente ensinado nas Confissões, especialmente no Tratado, o ministério público da Palavra era um exercício do ministério de Cristo através do apostolado e era um ofício único. Somente para este ofício específico uma pessoa podia ser chamada, e somente para este ofício alguém podia ser ordenado.

Então, muito após a controvérsia com o Sínodo de Wisconsin, a mudança entrou em Missouri. Professores de Escola eram chamados, vários trabalhadores na administração distrital e nacional da igreja foram chamados, muitas vezes ocupados com assuntos não diretamente vinculados ao ministério da Palavra, Diretores de Educação Cristã e outros. Através da história vemos que presidentes distritais sempre estiveram no ministério da Palavra, tendo um chamado de uma congregação. Agora, desde 1950, quase todos não têm chamado de uma congregação. Muitos deles, no entanto, julgam terem um chamado temporário em virtude de sua eleição para o ofício. Será? Este não era o caso nos dias de Lutero

⁸⁰ *The History of the Wisconsin Synod*, Salk Rapids, Minnesota: The Protestant Conference, 1981, p.232, *passim*.

e Chemnitz, quando todos os superintendentes eram pastores. Nem os visitantes (no Brasil, Conselheiros Distritais), que tinham paróquias, recebiam chamado. E eu suspeito que eles também não recebem hoje.

Talvez um chamado é dado somente a estes, homens e senhoras, que trabalham em tempo integral na congregação ou sínodo, e cujo trabalho está ligado ao único ministério da Palavra e sacramentos? Mas uma coisa parece certa: a proliferação de "chamados" e "ministérios" no Sínodo de Missouri tem causado grande confusão e degradado o ofício do ministério, e não reflete nossa compreensão da CA XIV e a doutrina do chamado.

Isto nos leva a um outro ponto. A proliferação de "ministros ordenados" que não têm chamado legítimo conforme a CA XIV, para o ministério público da Palavra e da administração dos sacramentos, e que muitas vezes detêm posições de mando por direito humano, sobre aqueles que estão no ministério paroquial e aqueles de nós, que são doutores e professores na igreja e lhes são subordinados, causa prejuízo. Graduações entre os ministros da Palavra têm sido historicamente entre aqueles que são chamados corretamente; e superintendentes (Presidente Distritais, ou Visitadores - Conselheiros Distritais - hoje) sempre foram *primi inter pares*, primeiros **entre iguais**. Mas como pode ser assim se tais superintendentes e outros superiores de fato não têm o ofício do santo ministério? Pode alguém, que tem estritamente apenas um ofício *de jure humano* ser superintendente sobre aqueles que são chamados retamente ao ofício do ministério público da Palavra? Eu estou fazendo perguntas inquiridoras, ocasionadas pela inchação da burocracia eclesiástica em nosso Sínodo. Uma situação que, de certa forma, era similar no papado do tempo de Lutero, levantou questões semelhantes.

A resposta às nossas perguntas e preocupações é simples, mas a solução muito difícil para ser realizada. De volta à Palavra e ao único ofício, ao chamado do ministério da Palavra. Cada homem e mulher, mesmo aqueles que trabalham bem e com fidelidade de tempo integral na igreja, não é um ministro. Mas cada ministro chamado e ordenado deve agir como tal e executar apenas aquela função. Retornar à doutrina e prática paradigmática da CA XIV e às Confissões será uma grande bênção para ambos os pregadores e os ouvintes, os ministros e o povo. E assim nosso Sínodo permanecerá sendo uma comunhão confessional luterana.

UNIDADE DAS IGREJAS E MINISTÉRIOS DE UNIDADE: ESPERANÇA OU UTOPIA?

Aspectos de um colóquio internacional em Strasbourg

Manfred Zeuch

O "Grupo de Pesquisas e de Estudos Dogmáticos e Ecumênicos" (G.R.E.D.O.)¹ da Faculdade de Teologia da Universidade de Ciência Humanas de Strasbourg organizava no dia 16 de janeiro de 1995 um colóquio sobre o tema "Unidade das igrejas e ministérios de unidade", convidando para o evento dois teólogos eminentes da cena internacional, representando o pensamento protestante e católico: o primeiro conferencista foi o Prof. Dr. Wolfhart Pannenberg, DD, da Universidade de Munique, teólogo luterano respeitado no mundo inteiro,² que teve como interlocutor o igualmente conhecido teólogo dominicano francês Jean-Marie Tillard, o.p.³ O tema tratado por ambos, em duas conferências, seguidas por um debate entre os dois conferencistas, debate que se entendeu finalmente ao público, ocupa um lugar importante nas preocupações ecumênicas atuais, e constitui um dos pontos nevrálgicos que ainda dividem os grandes grupos denominacionais católico-romano, ortodoxo, e protestante. "O que tem a teologia (católica e protestante) a dizer hoje sobre a unidade das igrejas? Como anda a noção do ministério da unidade hoje, diante do surgimento de uma nova eclesiologia desde o Vaticano II⁴, a *eclesiologia da comunhão*, que, tanto nos círculos católicos

¹ O autor do presente artigo é membro do GREDO (Groupe de Recherches et d'Etudes Dogmatiques et Oecuméniques).

² Wolfhart Pannenberg ficou conhecido especialmente por sua tese, que constitui o fundamento do seu programa teológico, que atingiu agora o seu auge e a sua maturidade com a publicação dos três volumes de sua dogmática intitulada *Systematische Theologie*. Göttingen (Vol. I 1988; Vol. II 1991; Vol. III 1993); ele compreende a revelação divina como sendo a história. Essa tese havia sido publicada como fruto de suas reflexões sob a influência de homens como G. von Rad, Rendtorff e U. Wilckens na sua obra programática intitulada *Offenbarung als Geschichte* de 1961. Além dessa tese atraente e controvertida, Pannenberg obteve grande simpatia, especialmente nos Estados Unidos, com sua defesa da historicidade da ressurreição de Cristo. Sua obra-prima - assim se considera hoje - é o compêndio publicado em 1964: *Grundzüge der Christologie*. Gütersloh (1964).

³ Ambos os teólogos são interlocutores de longa data em diálogos inter-ecclesiásticos e ecumênicos.

⁴ Cf. Mar, M. do. *Concílio Ecumênico Vaticano II* como resposta às mensagens do mundo atual. Colação Ut Unum Sit Edições Paulinas, Uruguaiana, (1963), p. 70. Hilberth, Brend Jochen, "Kirche als Communio. Beschwörungsformel oder Projektbeschreibung?" In:

como protestantes compreende a unidade da igreja não tanto como manifestando-se no ministério episcopal, mas sim no culto eucarístico da comunidade local, sinal visível da unidade da Igreja Cristã em Cristo? Ambos tentam aqui dar uma resposta, e sua contribuição nos oferece um excelente apanhado do estado atual da discussão em torno deste assunto. Procurarei dar aqui os elementos essenciais do debate.

*A preocupação doutrinária como base dos ministérios da unidade.
A concepção luterana de Pannenberg*

Pannenberg começa apresentando o que é considerado no mundo ecumênico de hoje como sendo o ponto mais sensível no caminho ou concórdia entre as igrejas: a problemática dos ministérios. No âmbito dos diálogos entre luteranos da Federação Luterana Mundial e a igreja romana essa problemática é praticamente tida como o "último ponto de discórdia"⁵. Pannenberg vê na estrutura protestante o ministério pastoral sendo de certa forma "completado" por outras formas de "direção", a saber, o conselho dos anciãos ou a diretoria e as formas sinodais. Ele reconhece que o ministério pastoral possui uma "especificidade teológica", uma nítida distinção entre ele e todos os demais carismas e serviços na igreja. Mas ele também constata de maneira crítica para com sua própria tradição, que essa posição singular do ministério pastoral não é mais suficientemente discernida nos meios protestantes, e que o ministério está sofrendo um certo fenômeno de diluição no conjunto de todos os outros serviços prestados na igreja. Pannenberg constata que a singularidade do ministério está sendo reduzida, nos meios protestantes, aos únicos aspectos de pregação e de cura d'almas. Esses dois aspectos, ou funções, seriam por assim dizer os "restos" de um ministério que não teria muito a ver com aquilo que constituía o ministério na igreja antiga. Pannenberg lembra pertinentemente que, de acordo com a tradição luterana, o ministério é composto de dois elementos que são a pregação e a administração dos sacramen-

Theologische Quartalschrift, 174, Jahrgang, 1. Heft, München (1994), p.45 ss. O recente documento de Lima *Batismo, Eucaristia e Ministério* fundamenta-se igualmente nesse novo conceito eclesiológico.

⁵ Cfe. *Communio/Koinonia*: Un concept du Nouveau Testament et de la chrétienté antique aujourd'hui repris. Son sens et sa portée. Une prise de position du centre d'Etudes oecuméniques. Strasbourg, (1990), e Band, Eugene. *Auf dem Wege zu einer lutherischen Gemeinschaft*: Kanzel- und Abendmahlsgemeinschaft. LWB-Report 26, (1989), pp.91 ss. A edição paralela inglesa: *Toward a Lutheran Communion: Pulpit and Altar Fellowship*. LWB-Report n. 26 (1988).

tos.⁶ Este é o ministério local fundamental, e o ministério episcopal regional não será outra coisa do que uma consequência do primeiro ministério, paroquial e local. Pannenberg recusa, assim, a afirmação contrária do Concílio Vaticano II.

No entanto, Pannenberg mostra que muitas igrejas luteranas desconhecem o caráter teológico da noção católica do episcopado. Lembrando do documento *Lumen Gentium* ele mostra que a teologia católica romana não considera o ministério episcopal como sendo *a priori* regional, mas que existe nele um aspecto local igualmente. O bispo é *principium et fundamentum* para a unidade da igreja local. Com o teólogo católico Karl Rahner, Pannenberg procura mostrar aos luteranos que eles têm simplificado demais a distinção entre as noções católicas e luteranas do ministério. Têm-se admitido *a priori* que o ministério episcopal católico é supra-local, ou regional. Há no seu entender uma incompreensão ou um desconhecimento não negligenciável entre as confissões aqui, especialmente da parte dos luteranos. Ele procura mostrar que a teologia católica está tentando partir igualmente da dimensão supra-local, ou mesmo universal. A verdadeira questão de debate entre católicos e luteranos no momento atual não seria a identificação entre os conceitos de "bispos" e o "ministério primordial e original da igreja", mas pelo contrário, o reconhecimento de todos das razões justificáveis de uma orientação comum em direção desta própria identificação, e o esclarecimento da compreensão católica das igrejas locais e do seu relacionamento com a igreja universal.

Tendo constatado estes problemas, Pannenberg procura em seguida trazer um reflexão sobre as duas questões que estão no centro do problema: a análise do surgimento do episcopado, e a relação entre a igreja local e supra-local. É por esse caminho que ele pensa chegar à uma reflexão concreta sobre um eventual ministério de unidade.

O surgimento do episcopado

Pannenberg atribui uma autoridade particular aos apóstolos, autoridade que permitia vigiar sobre a unidade da fé nas comunidades da igreja primitiva. Essa autoridade era intrínseca ao estatuto do apóstolo. No entanto, Pannenberg não considera historicamente, o ministério posterior, paroquial, local da igreja primitiva, como sendo um ministério de preservação da unidade da fé na igreja.

⁶ CA V: "Para que alcancemos essa fé, foi instituído o ministério que ensina o evangelho e administra os sacramentos..." *Livro de Concórdia*. Schüller, A. Trad. São Leopoldo, Porto Alegre (1980), p.65.

⁷ No que diz respeito ao seu interlocutor, no entanto, este não confirmará a tentativa de Pannenberg, antes mostrará em sua conferência atitude contrária, correspondendo à compreensão tradicional protestante católica. Ver mais adiante na segunda parte deste artigo.

O argumento é que existiria uma certa ruptura entre o ofício apostólico original e os ministérios subseqüentes nas comunidades da antiga igreja. Os apóstolos não teriam instituído bispos nas comunidades porque de acordo com os resultados exegéticos recentes, fundamentados numa aproximação histórico-crítica da Escritura, essa mesma idéia sugerida pelas cartas pastorais não pode passar de “ficção” porquanto essas epístolas, tradicionalmente atribuídas a Paulo, não seriam da autoria deste, mas sim o fruto de uma evolução posterior de várias décadas da prática comunitária cristã. Estas epístolas anônimas expressariam assim o esforço subseqüente da comunidade para “preservar nos anos seguintes à morte do apóstolo a orientação doutrinal ligada à sua autoridade pessoal e para lhe dar peso nos debates constitucionais da época pós-apostólica”.

Nossa questão tem que ser: qual é, então, a função e a autoridade destes textos para a Igreja? Pode ela fundamentar sua fé e sua prática sobre “ficções”? Pannenberg, tributário de sua própria tradição exegética, sendo assim coerente com seus pressupostos, procura no entanto compreender a evolução da prática eclesiástica primitiva, e admite que “os bispos da igreja antiga foram os verdadeiros sucessores dos apóstolos na sua responsabilidade da manutenção das comunidades na unidade do evangelho recebido pelos apóstolos”⁸. Mas a questão se impõe: se o ministério de vigilância pela unidade da fé não passa de um desenvolvimento posterior, a igreja teria vivido “várias décadas” sem o menor fundamento daquele ministério que “tem cuidado da doutrina” (cfe. Paulo em 1 Tm 4, 15), expondo desta maneira as comunidades emergentes aos perigos inerentes à época de transição entre o judaísmo e o paganismo para o cristianismo e o estabelecimento deste? Não teriam os próprios apóstolos pensado na continuidade, dentro da Igreja, da responsabilidade com a qual eles foram investidos pelo Senhor da Igreja (Mt 28)? No meu entender, o argumento da exegese contemporânea (praticada em certos círculos) para a descontinuidade entre ofício apostólico e ministérios locais posteriores no que se refere especialmente à incumbência doutrinal com vistas à unidade, não é razoável. É razoável, ou racionalmente provável, (além de ser uma questão de convicção e de fé) admitir-se a legitimidade da instituição apostólica dos ministérios cujos encarregados fossem conscientes da tarefa dada claramente por Cristo em Mt 28.

⁸ Para Carl Braaten, o surgimento do ministério episcopal, mesmo o do episcopado monárquico, é uma manifestação posterior de um desenvolvimento frutífero e criativo da igreja pós-apostólica. Esse desenvolvimento, assim Braaten, revela a extraordinária flexibilidade das comunidades antigas para adaptar-se a situações novas: a expansão da igreja acelerava-se graças à atividade missionária, alargando os horizontes de sua universalidade. Era, então, necessário que essa universalidade fosse garantida sem que se perdesse o precioso bem da unidade. Segundo Braaten, o reconhecimento deste fato deveria levar o teólogo protestante a aceitar melhor o desenvolvimento do ministério de unidade, ou a ver nele um sentido positivo. C. Braaten.

Mesmo não aceitando a autoridade das epístolas pastorais, Pannenberg sustenta que a missão primordial do ministério é o ensino doutrinário. Isto significa transmitir a tradição apostólica.⁹ A sobrevivência da igreja depende do que os apóstolos transmitiram originalmente. A apostolicidade faz parte da essência da Igreja. Para Pannenberg, mesmo se os apóstolos não puderam ter "sucessores" como tais, a igreja teve a preocupação de assegurar uma "sucessão" da fé apostólica, de sua mensagem e de sua missão. Braaten não considera portanto como um erro, mas como uma necessidade o fato de que ministérios foram estabelecidos para o serviço desta apostolicidade. Essa função, que Pannenberg considera edificada sobre a "norma prévia" que é o Evangelho, é então vista como tendo sido querida e instituída pelo próprio Cristo, no desenvolvimento histórico.

Citando o documento de Lima, Pannenberg insiste sobre a singularidade do ministério ordenado da igreja dentro do leque dos serviços diversificados na Igreja. E essa singularidade repousa, na sua opinião, "na responsabilidade para a unidade da fé apostólica em Jesus Cristo, e essa responsabilidade é primeiramente assumida pelo ensino doutrinário público".

Para o conferencista luterano, esta função, que mantém a unidade da fé apostólica pelo ensino público, ultrapassa o caráter local do ministério e tem em vista, em última análise, a manutenção da unidade da igreja universal. Isto é expressado de maneira peculiar no "chamado e instalação públicos deste ministério", presididos pelo detentor de um ofício de supervisão regional da igreja, com a participação de outros ministérios ordenados.

Essa responsabilidade local do ministro sendo tão estreitamente ligada à fé da Igreja universal, segue-se daí que esse ministério encara, na comunidade local, a unidade da Igreja universal fundamentada em Jesus Cristo. No entanto, Pannenberg critica nesse contexto a formulação do Vaticano II¹⁰ sobre os bispos enquanto "princípio e fundamento" dessa unidade, lembrando com insistência diante do teólogo católico Tillard que somente Jesus Cristo é *principium et fundamentum*.¹¹ O ministros apenas representam a Cristo.¹²

⁹ Cfe. Braaten, op. cit., p. 106.

¹⁰ Lumen Gentium, 23

¹¹ Cfe. 1 Co 3.11.

¹² Pannenberg cita: *Repraesentant Christi personam propter vocationem ecclesiae*, Apol. 7,28 ("...em virtude do chamado da igreja, representam a pessoa de Cristo.", I.C p.182.), cf. Lc 10.16.

Um ministério universal de unidade?

Pannenberg começa sua segunda parte da conferência mostrando, com a tradição luterana e patrística (Jerônimo, nesse caso) a equivalência entre o ministro ou pastor local e o bispo. Essas duas funções se entrelaçam. O ministério episcopal não é outra coisa senão uma extensão do ministério pastoral local, e que tem como função essencial manter as comunidades e os pastores na fé apostólica.

O grande acento colocado pela reforma e pelos escritos simbólicos sobre o ministério - e que por causa disso aplica-se perfeitamente ao ministério episcopal - é o cumprimento do "ofício das chaves", a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos (cf. CA 28, 20ss).¹³ Quanto a CA 28, ele fala da obediência de *iure divino* que as comunidades e os pastores devem ao bispo supra-paroquial. Lembra dos fatos históricos da igreja antiga, que havia-se organizado em sínodos de bispos (de cada comunidade ou vila), subordinado aos metropolitas ou arcebispos que supervisionavam a eleição episcopal em sua província. Neste contexto Pannenberg faz uma afirmação eclesiológica importante: a unidade das igrejas na fé, no serviço da qual está o ministério,¹⁴ é um fruto ou uma consequência do esforço da igreja (inteira ou local) na transmissão do ministério, e aí se manifesta a comunhão eclesial entre comunidades que são Igreja porque são membros do corpo de Cristo. Este está presente onde quer que a comunidade se reúna para o culto. É, então, a transmissão do ministério por parte da igreja que garante a unidade da fé apostólica. Mas não deve-se esquecer que a comunidade ou igreja só têm esse poder de transmissão pela autoridade e pela instituição do próprio Cristo.

Para o conferencista luterano é importante que os protestantes, como na época da Reforma, sejam abertos e receptivos para um "ministério e Pedro",¹⁵ que tem a incumbência de cuidar da doutrina a um nível universal. Igualmente para Braaten, o ministério episcopal é um dos instrumentos que a Igreja (o Senhor?) escolheu para transmitir a mensagem apostólica. Isto é o objetivo essencial, e o estabelecimento do cânon, o credo e a liturgia têm o mesmo objetivo. Braaten conclui que aquele que aceita o credo, o cânon e a liturgia, deveria também aceitar o que valia para os ministérios que a igreja antiga estabeleceu para salvaguardar e garantir a realização de sua missão. Evidentemente os protestantes, mais que os

¹³ Pannenberg acrescentou ao ministério pastoral também um aspecto que, segundo ele, fora negligenciado nos escritos do século XVI, e que está bem mais presente nos documentos ecumênicos: a direção da comunidade.

¹⁴ Pannenberg fala aqui da sucessão apostólica.

¹⁵ Pannenberg não aprecia a designação católica *ministère petrinien* (ministério de Pedro). Evidentemente há problemas exegetico-teológicos de peso nesta formulação.

católicos, se questionam, como Pannenberg, com respeito à *forma* que teria um tal ministério. Que forma deveria ele ter para “corresponder ao Evangelho”?”¹⁶

Para terminar esse ponto, Pannenberg insiste sobre a noção de consenso doutrinário (uma idéia claramente presente na sua palestra) e sobre o ensino nas e entre as comunidades, e reconhece que desde a reforma, não somente a aplicação do consenso doutrinário proposto pelos escritos simbólicos revelou-se cada vez mais difícil, mas que também atualmente, nas igrejas da reforma, há não só uma ausência de um fundamento, mas também a ausência de um “esforço que procure desenvolver o consenso doutrinário da reforma”. É uma constatação que ao meu ver acarreta certas consequências.

A tarefa dos bispos luteranos hoje

Pannenberg está convencido de que são os bispos luteranos que teriam a possibilidade de “opor-se à decadência do ensino cristão”, tarefa que os sínodos não podem desempenhar por falta de competência, a não ser numa cooperação com os bispos.¹⁷ Um dos pontos altos da sua conferência com vistas a um ministério de unidade, é então ao meu ver a sua constatação segundo a qual “não existe hoje o esforço necessário para um *consensus de doctrina* na igreja da *doctrina evangelii*”, e que “este julgamento pode parecer duro especialmente para aqueles que pensam que o consenso doutrinário está suficientemente garantido pelas constituições eclesiais que fixam o estatuto confessional”. Sabemos que esta é, na verdade, a grande dissensão entre as igrejas da FLM (Federação Luterana Mundial) e especialmente entre elas e outros agrupamentos luteranos que não podem ser membras da FLM (das quais a nossa “Conferência Luterana Internacional”, ILC): a *eclesiologia da comunhão* parte do pressuposto de que

¹⁶ Mas Tillard de certa forma também manifesta a mesma preocupação central, com uma nuance: enquanto que Pannenberg se questiona quanto à forma dos ministérios da unidade em geral, Tillard pensa na forma que deveria ter o “primado de Roma”, cfe. a segunda parte deste artigo. Na discussão com Tillard, depois da apresentação das duas conferências, Pannenberg reafirmou o que dissera durante sua apresentação, baseando-se nas confissões luteranas, e que no contexto atual de compromissos ecumênicos duvidosos chama a atenção por sua clareza e coragem: cristãos não católicos poderiam aceitar o ministério do papa romano, se este estivesse fielmente sob a Palavra de Deus! Tillard não entrou nessa discussão, e pela sua conferência viu-se que nesse ponto (epicêntrico e essencial!) existe entre os dois (e entre as duas confissões) um assim chamado “diálogo de surdos”!

¹⁷ A tarefa da vigilância pelo ensino e pela unidade eclesial não consiste “somente” em repetir as afirmações confessionais do século XVI, lembra Pannenberg, mas também naquilo que J. Pelikan chamou de função de correlação da teologia, ou seja, o diálogo com a nossa época e sociedade, no intento de interpretar e transmitir “apropriadamente” a Escritura.

toda igreja que assina formalmente todos ou parte dos escritos simbólicos luteranos são considerados como fazendo parte da *communio* luterana.¹⁸ Mas o consenso - assim constata Pannenberg - está faltando.

Que modelo seguir?

Pannenberg termina sua conferência dizendo que esta constatação lamentável da realidade protestante não significa automaticamente que o modelo católico romano desse ministério seja o modelo a seguir. Segundo ele, essa função episcopal não deveria ser concentrada no escalão mais elevado, mas ela pode ser perfeitamente exercida num nível intermediário, supondo-se que a parte da igreja a que esse ministério representa não faz outra coisa senão confessar a fé da Igreja universal fundamentada nos apóstolos.

Os antigos concílios ecumênicos seriam os modelos de um consenso representativo para toda a Igreja, sem que estes fixem de maneira irrevocável alguma doutrina. O problema seria a relação entre um ministério de unidade universal e a autoridade dos concílios ecumênicos. Esta é, pois, a perspectiva do teólogo luterano. Uma perspectiva bastante diferente será apresentada pelo teólogo católico.

¹⁸ Ver esse efeito no trabalho de Brand, op.cit. pp.39, 57, 61, 85, 93, 96. Brand, membro do "Staff" da FLM, vê na expressão "comunhão de confissão" também automaticamente a comunhão eclesiástica. O slogan, ou *cantus firmus* da *eclesiologia de comunhão* e dos desenvolvimentos recentes da FLM é: "comunhão de confissão é comunhão de igreja!". Com efeito, chegou-se a conclusão de que não existe mais dúvida alguma para a pergunta se igrejas que se chamam luteranas podem ou não estar em comunhão umas com as outras. Elas *já estão!* Só que algumas não o querem reconhecer. Todas as igrejas que aceitam a CA ou os outros escritos simbólicos formalmente, são considerados membros da comunhão luterana. Se as igrejas estão realmente comprometidas com estes escritos como *norma normativa* em seu ensino, na prática ou disciplina, é considerado pergunta secundária, porquanto esses escritos, de qualquer maneira, são em grande parte considerados como ultrapassados e carentes de reformulação, p. 58. A atitude confessional parece portanto ser um tanto pragmática nesses círculos. "Confissão" e "teologia correta" são claramente separadas. Ver também Ingetraut Ludolphy. "Dir Unentbehrlichkeit der theologischen arbeit für die Gemeinden" in: *Fulder Hefte. Schriften des Theologischen Konvents Augsburgischen Bekenntnisses*. G. Klapper, ed. Heft 17, Berlin (1967), p. 149, bem como August Kimme. "Die ökumenische Bedeutung der Augsburgischen Konfession", in: *Fulder Hefte*, Hefte 21, especialmente os capítulos III e IV. pp. 25ss.

Como garantir o primado de Roma? A concepção católica de Tillard

Entre o "primado" e a igualdade colegial

Tillard começa sua conferência com o pano de fundo composto por três observações preliminares com vistas a um ou vários ministérios de unidade, partindo do seu grande pressuposto que sustenta toda sua argumentação: o ministério do bispo de Roma não somente possui a vocação para exercer o serviço que visa a unidade de todos os cristãos, mas tem também um *primado* legítimo que ele conservaria, mas que seria exercido na comunhão com outros ministérios ou patriarcados agrupados das igrejas, com as quais, no entanto, é preciso ainda resolver muitas questões teológicas antes do estabelecimento da comunhão eclesiástica. Um desses problemas a serem resolvidos é justamente a própria questão dos ministérios, relançada de maneira fulgurante com a polêmica sobre a ordenação das mulheres, desencadeada pela decisão da igreja anglicana e pela reação de João Paulo II.

A questão principal, no entender de Tillard, no caso de uma "comunhão plena" dos ortodoxos e dos protestantes com Roma, seria adaptar a relação entre a *prima sedes* ou o "poder principal" de Roma e a autoridade episcopal ou secundária de outros grupos cristãos que tiverem chegado à comunhão eclesiástica com Roma. Tomando o exemplo anglicano, ele vê nisso uma dialética ou o "encaixamento" de um "primado intra-confessional" (na igreja anglicana) dentro do dito "primado universal" (de Roma!), relativizando com essa afirmação o próprio desejo anglicano "*united, not absorbed*", que ele cita no entanto como sendo um alvo a ser atingido. Esta tensão entre *united* e *absorbed* transparece em toda a sua conferência.

Entre convergência e diversidade (divergência!)

Outro assunto que merece a atenção, especialmente quando se compara as argumentações dos dois teólogos, é o desejo de que tanto a Sé romana quanto as "outras igrejas" preservem sua "identidade confessional". Subentende-se naturalmente identidades diferentes e mesmo divergentes. Mas o que significa isso para a unidade das igrejas? Um "acordo para se estar em desacordo"? Uma "diversidade reconciliada"? O próprio Conselho Ecumênico das Igrejas (CEI) está longe de ter resolvido essa questão.

Capacidade para escutar

A terceira e última observação introdutória de Tillard trata da capacidade da igreja católica de escutar os *desiderata* das outras comunidades e igrejas, e que

essa capacidade teria sido expressa e inaugurada por *Lumen Gentium*. Este ponto tem também profundas consequências eclesiológicas para a teologia luterana, mesmo se ele indica com otimismo a mudança caracterizada pela aceitação católica da afirmação segundo a qual “a Igreja de Deus subsiste na igreja católica, mas não se resume à igreja católica”.

Dificuldades eclesiológicas e soteriológicas

Essas consequências eclesiológicas expressam-se, no meu entender, especialmente em dois pressupostos, dos quais um é implícito mas não menos importante. O primeiro pressuposto de Tillard é a suposição de que a Igreja de Deus, mesmo estando presente aqui e ali, nas “margens”,¹⁹ só está plenamente presente na igreja católica romana. Esse pressuposto parece fundamentar-se mais sobre tradições e instituições do que sobre uma base teológica que conforme o artigo 7º da Confissão de Augsburg, alarga ou estreita - conforme o caso - a identificação da Igreja do Cristo, sem ligá-la a uma tradição ou instituição qualquer, mas dando-lhe ao mesmo tempo os limites e a liberdade da dinâmica Palavra-Sacramentos. É nessa dinâmica, nesse “binômio” que a teologia luterana sempre tem visto a presença da Igreja de Deus em sua plenitude.

A dificuldade do segundo pressuposto é de ordem eclesiástico-soterológico: expressando a teologia católica do Vaticano II, Tillard sustenta que a plenitude dos “meios de salvação” (leia-se meios da graça) só se encontra no seio da igreja católica, e que apesar disso, haveria segundo ele uma “realidade eclesiológica” em tudo aquilo que se encontra “fora dos limites católicos”. Notar-se-á no argumento de Tillard o quanto questão soteriológica (mesmo na igreja católica) é um problema mais ou menos central na discussão com o mundo protestante. É o teólogo católico que aborda nesse colóquio explicitamente a questão da “salvação”, enquanto Pannenberg somente a expressou de maneira implícita na sua preocupação com o “ensino do evangelho”. E a maneira pela qual a questão é abordada por ambos faz suspeitar de uma concepção oposta entre eles. Para Tillard, é essencial o fato de que os meios da salvação existem na igreja católica (enquanto instituição romana). É ela que finalmente dispõe destes meios. Para Pannenberg é essencial o fato de que a Igreja Católica (no sentido de “universal”) de Cristo existe lá onde estão os meios da graça, e através deles.

A questão dos ministérios não é o único problema a ser resolvido entre católicos e protestantes. Esta, na verdade, está ligada à questão mais central e determinante da eclesiologia e da soteriologia.

19 Tillard faz até uma alusão aos “pagãos”, citando o exemplo de Cornélio.

O desafio oriente ocidente e o desafio ecumênico

Tillard quer lembrar seu interlocutor e seus ouvintes de que a igreja católica “deixa-se interpelar” pelos “outros”. Começa citando as perguntas e críticas da igreja oriental com respeito ao papado de Roma.²⁰ Nessas críticas a igreja ortodoxa deixa claro que para ela é “impossível pensar que Deus teria confiado a um homem só a direção de toda a igreja de Cristo”. Antes, são os bispos, “pastores e chefes das igrejas locais legalmente fundadas e constituídas, que dirigem a Igreja sem abuso, mas legalmente”. Todo primado solitário deve ser excluído, em todo o caso da maneira como vem sendo exercido por Roma. “O oriente recusa uma regência da Igreja concebida como um governo central e autocrático, relativizando e até mesmo ignorando o poder dos bispos cuja origem é sacramental”. A maior crítica é então a substituição do primado pela supremacia,²¹ que arroga para si o direito de julgar doutrinariamente, dispondo da verdade como seu bem pessoal, reivindicando a chefia dos “outros bispos” e de suas igrejas. Mas *Lumen Gentium* teria aberto finalmente o caminho da mudança, pela capacidade para escutar os desejos (*desiderata*) dos outros.

O ponto de partida dos dois teólogos, - é preciso lembrar isso a essa altura (cfe. foi dito acima), - é oposto: enquanto que Pannenberg partia de uma dinâmica “de base”, ou seja, das comunidades antigas em direção aos ministérios, e daí para eventuais ministérios diocesanos ou universais de unidade, Tillard vê na questão dos ministérios uma dinâmica “de cúpula”, que parte do ministério universal de unidade para a colegialidade dos bispos e as bases comunitárias.

No que diz respeito a uma eventual comunhão entre católicos e ortodoxos, Tillard expressa de maneira inequívoca o seu pressuposto principal: o primado de Roma é intrinsecamente conforme ao espírito do evangelho, e deve ser conservado. Mesmo no caso de uma comunhão total com a igreja ortodoxa, a *prima sedes* continuaria, na sua isolamento, a definir dogmas, “sem o oriente”. Para ele a questão não é: pode-se admitir, diante da procura de uma unidade e de ministérios de unidade no seio do cristianismo universal, que certos dogmas conti-

²⁰ Essas críticas foram expressas de maneira mais intensa, ou “violenta”, como diz Tillard, na época e no contexto do Concílio Vaticano I. A encíclica dos patriarcas de 6 de maio de 1848 respondia à encíclica *In suprema Petri Sede* de Pio IX, de 6 de janeiro de 1848; e a encíclica patriarcal e sinodal de Constantinopla, de agosto de 1895 respondia à encíclica *Praeclara gratulationis* de Leão XIII, de junho de 1894.

²¹ Tillard explica que o primado, segundo o evangelho, é um serviço que necessariamente é exercido no seio de uma comunhão de bispos que têm, todos, a responsabilidade pelo povo de Deus, mas segundo uma ordem que permite o desempenho da autoridade de cada um. “o primado não governa os outros bispos. Ele é o polo de unidade dos bispos, pelo qual a unidade se expressa para o bem de todos”.

nuem a ser definidos “na isolação” de uma Sé episcopal, e mesmo se fosse “a primeira Sé”? No entanto essa questão é primordial!

Tillard lembra igualmente que para o Oriente, um “primado” da Sé romana está “nos planos de Deus para a Igreja”, mas que esse primado não deve ser exercido como bem se entende. Tillard procura, ao longo de sua exposição, confirmar a justificação da existência do primado de Roma. Esta preocupação está longe da de Pannenberg. Este não está tanto preocupado com a forma do ministério de unidade (se deve ser único ou colegial com *primus omnium*), nem com o lugar onde se exerce esse ministério (se é na “antiga Roma” ou não), quanto com a sua função de promover a unidade no ensino doutrinário na fé do “evangelho apostólico”. Como foi dito, no momento em que essa função é preenchida e realizada, Pannenberg está disposto a submeter-se igualmente ao bispo de Roma, lembrando que nesse caso a igreja deveria mesmo uma obediência *de iure divino* ao bispo, segundo a CA 28.²² Tillard deixou clara a grande diferença entre a oposição de ortodoxos e anglicanos ao bispo de Roma, e a oposição da Reforma. A oposição daqueles fundamenta-se especialmente sobre uma determinada concepção de ministério, enquanto que para esta (a Reforma) a oposição é movida por preocupações de ordem soteriológica e evangélica. Tillard compreendeu bem que o sentido da luta contra o papado, nos tempos da reforma, não era outro senão salvaguardar a “teologia da salvação”, como ele mesmo expressa. É com este critério que os reformadores julgaram o papado, e o rejeitaram vigorosamente. Pannenberg não diz a mesma coisa, citando a CA 28? Ele mostrou assim (talvez até involuntariamente) que, mesmo que não baste “repetir as formulações confessionais do século XVI, mas sim esforçar-se novamente por uma interpretação apropriada da Escritura diante dos desafios do mundo moderno”,²³ essas antigas formulações doutrinárias são uma interpretação fiel da Escritura e têm validade ainda hoje!

Tillard não esconde o próprio mal-estar interno, católico, diante da instituição do papado. Ele preocupa-se por um lado com a relação entre o primado de Roma com a sua cúria e o conjunto das conferências episcopais, e por outro lado com a relação entre a Congregação para a Doutrina da fé e a comunidade acadê-

²² *Hic necessario et de iure divino debent eis ecclesiae praestare oboedientiam, iuxta illud: qui vos audit, me audit*, CA 28, 21, BSLK, p.124. “Assim, segundo o evangelho, ou, como se diz, de direito divino, compete aos bispos, como bispos, isto é, àqueles que estão incumbidos do ministério da Palavra e dos Sacramentos, esta jurisdição: perdoar pecados, rejeitar doutrina que dissente do evangelho e excluir da comunhão da igreja os ímpios cuja impiedade é conhecida. Todavia, sem força humana, mas com a Palavra. Nisso as igrejas necessariamente e de direito divino devem prestar-lhe obediência, segundo a palavra: “Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim”. LC pp.88-89.

²³ Cfe. Nota nº 17, cima.

mica e teológica: nos dois casos é preciso sair do fechamento em si mesmo, e pôr-se a escutar os outros, para que não se desempenhe o papel daqueles que reivindicam exclusivamente para a si a "responsabilidade pela verdade".

Terminando essa primeira parte, "a igreja católica deixa-se interpelar". Tillard pensa ter discernido no mal-estar comum entre os próprios católicos, ortodoxos e protestantes, o *sensus fidei* geral, o sentido da fé, ou também o *sensus fidelium*, o senso dos fiéis. Este *sensus fidei*, assim pensa o teólogo dominicano, estaria expressando um desejo claro de um "primado" futuro de Roma. Tillard não abordou a questão da legitimidade de uma função de promoção da unidade, concentrada em um ou mais ministérios, nem disse de que tipo de unidade fala, mas antes tentou extrair um *sensus fidei* através de um corte transversal no cristianismo para compreender e restabelecer um legítimo primado romano, não dominador, imanente e comunitário, no seio de uma colegialidade universal. É aqui sem dúvida o ponto nevrálgico e a preocupação central da contribuição do teólogo católico. Evidentemente muitas perguntas permanecem, especialmente em torno da própria noção de ministério e de sacramentalidade. Tillard não veda os olhos diante do fato de que o caminho a seguir é rochoso. Mas é otimista, declarando: "é rochoso, mas é um caminho!".

Roma e a divina providentia: uma interpelação aos "outros"

Na última parte de sua conferência, Tillard expressa em primeiro lugar o reconhecimento católico de que o Novo Testamento não fala da sucessão de Pedro. Mas a igreja teria discernido na Escritura um "colégio apostólico", dentro do qual Pedro exerceria uma liderança, e esse colégio seria transmissível à posteridade. Tillard pede aos "outros" que reconheçam a tradição, na qual a *divina providentia* teria guiado a Igreja para o estabelecimento do papado romano, mesmo se aconteceu com muitos erros, escândalos e fraquezas. A última pergunta que ele faz nesse sentido, e o que para ele é a questão principal, admitindo *a priori* a necessidade intrínseca da existência do papado: "como julgar o seu exercício?" O grande problema para ele não é o *an sit* mas o *quomodo*! Não o papado em si, mas como deve ser exercido. Neste sentido ele não pode deixar de admitir e preocupar-se, com os "outros" cristãos, de que existe o perigo da predominância e da dominação, presente desde os primórdios da história dos ministérios já no Novo Testamento.

Braaten afirmava, no fim dos anos 60, que para ele a igreja unida do futuro terá os contornos de uma notável continuidade tanto do ministério papal quanto episcopal.²⁴ Para ele, o ministério episcopal poderá até ser uma realidade "antes da unidade de todas as igrejas cristãs", e que esse ministério teria precisa-

²⁴ C. Braaten. "The Reunited Church of the Future", in *Journal of Ecumenical Studies*, vol. 4, nº4 (1967).

mente a incumbência de preparar ou de aplinar o caminho da unidade, com a condição de livrar-se de todo e qualquer aspecto autoritário. Esperança ou utopia? No meu entender a grande dificuldade nesse prognóstico "protestante", evidentemente compartilhado por muitos católicos, é que o reconhecimento universal de um ministério de unidade será impensável, utópico, antes que se resolvam muitos aspectos e problemas teológicos, especialmente com respeito à igreja, à salvação e ao ministério. É louvável o esforço e a procura da unidade, ou da concórdia, entre as igrejas. Deus nos livre de nos esquivarmos dessa tarefa e responsabilidade dada pelo próprio Cristo, escondendo-nos atrás de falsos pretextos de ortodoxia luterana! Mas a solução deve ser procurada num processo de concórdia e de unidade doutrinária, pela continuação dos diálogos bilaterais e ecumênicos, como preconiza Pannenberg, cuidando-se no entanto para não cair na tentação por demais presente de procurar-se resolver problemas doutrinários por meio de formulações ambíguas e compromissantes, antes de pensar num ministério eventualmente universal (singular ou colegial²⁵) que garanta essa unidade.

²⁵É uma característica do movimento ecumênico a "procura irrefreada de uma igreja global, planetária" [cf. Wilhelm Oesch, "Die wahre Ökumene", in: *Lutherischer Rundblick*. Ano 13, nº5 (1965), p.88]. Isso manifesta-se por exemplo no caráter cada vez mais eclesial que a FLM está adotando. Está-se procurando igualmente solidificar a sua estrutura administrativa, no sentido de uma direção espiritual global, que seria exercida por uma *episkopè* colegial. Esta questão é mais drástica no protestantismo, como bem o lembra L. Spitz, porque sempre existe nele "a possibilidade de dissolução organizacional total, porque não possui uma autoridade central, suprema, e porque enfatiza tanto a fé explícita do indivíduo", cf. Lewis Spitz, "Die konkordienformel damals und heute", in: *Lutherische Rundschau. Zeitschrift des Lutherischen Weltbundes*, nº4 (1977), p.544. A *episkopè* colegial corresponderia à instituição dos visitadores na época da Reforma, e consistiria numa tarefa visitatória a nível mundial. Nesse caso, a autonomia espiritual das igrejas seria condicionada por esse colégio mundial de bispos. Elas teriam que submeter-se à autoridade deste. Essa forma estrutural vem sendo implantada paulatinamente na FLM. Já houve visitas oficiais da parte de representantes da organização em igrejas nacionais, e intervenções "pastorais" em problemas surgidos em uma ou outra igreja membra, como em Papua Nova Guiné e nas Filipinas, onde a FLM está oposta à LC-MS, da qual surgiram estas missões, e na África do Sul. Ver mais detalhes em Gunnar Stalsett, *Communio und Gemeinschaft. Volk Gottes - Völker und Nationen*. LWB Dokumentation zur Tagung des Rates des LWB, 20-30. Juni 1993, Kristiandand (Norwegen), Genf, Nr. 33 (September 1993), p. 45.

JÁ REFULGE A GLÓRIA ETERNA

(Nº 41)

Letra: Original desconhecido

Adaptação: Rodolfo Hasse

Melodia: HYFRYDOL - Rowland H. Prichard (1811-1887)

Arranjo: Raul Blum, 1988

A E7 A

1. Já re - ful - ge a gló - ria e - ter - na de Je -
 2. O cla - rim que cha - ma o cren - te à ba -
 3. Eis quem gló - ria re - ful - gen - te so - broas

D

sus, o Rei Se - nhor; su - a gra - ça sem pre ler - na, nos am -
 ta - lha já so ou, O Se - nhor, to - mar - do a fren - te, mul - ti -
 nu - vens des - ce - rá, O Se - na - ções, Je - sus po - tèn - te, com jus -

A E7 A E7 A

pa - ra com a - mor, Os si - nais de su - a vin - da mais se -
 dões, já con - quis - tou, Ao ma - li - gnoem re - ti - ra - da aos seus
 ti - ça jul - ga - rá, Eos re - mi - dos tri - un - fan - tes, em ful -

F#m Bm E7

mos - tram ca - da vez, Ven - cen - do vem Je -
 pês o fez tom - bar, Ven - cen - do vem Je -
 gor hão de can - tar, Ven - ci - do tem Je -

@ Raul Blum/Instituto Concórdia de São Paulo

Rua Raul dos Santos Machado, 25

05794-370 São Paulo, SP

Fone: (011) 511-5077

A

SUS.
SUS.
SUS.

(S.C.) Gló - ria, gló - ria! A - le - lui - a!

(T.B) Gló - ria, gló - ria, a - le - lu - iá!

D A E7 A

Gló - ria, gló - ria! A - le - lu - ia!

Gló - ria, gló - ria, a - le - lu - ia!

Gló - ria, gló - ria, a - le

F#m Bm E7 A

1. Ven - cen - do vem Je - sus.
2. Ven - cen - do vem Je - sus.
3. Ven - ci - do tem Je - sus.

a - le - lu - a!

PROGRAMA DE NATAL

Rev. Arno Bessel¹

NATAL, OUTRA VEZ²

(Fundo musical natalino popular)

Narrador: Natal, outra vez! Músicas natalinas se fazem ouvir outra vez. Lojas e mercados oferecem artigos e produtos em promoção outra vez. Compra de presentes, preparativos para a festa, correrias... outra vez. Férias escolares, fim de ano outra vez.

Narrador: Repete-se a velha história. Rotina, rotina... qual a novidade? Exatamente para a nossa rotina de trabalho e cansaço, de satisfações e decepções, de realizações e frustrações o Natal de Jesus Cristo traz mensagem capaz de aliviar cansados, reverter decepções, renovar esperanças.

Narrador: Nesta noite, somos convidados outra vez a ouvir, crer e viver o amor de Deus manifestado à humanidade no milagre da vinda de Cristo ao mundo. Ó vinde, homens, senhoras, jovens. Ó vinde, meninos, não falte ninguém, a ver o milagre acontecido em Belém!

Canto:

¹ O Rev. Arno Bessel é capelão do Instituto Concórdia de São Paulo.

² Este programa segue a narrativa da história bíblica do Natal, utilizando-se de linguagem e alguns diálogos de nossos dias. Na conclusão, aplica-se o Evangelho a várias situações de vida.

Os cenários e cânticos ficam a critério de cada congregação de acordo com as condições de cada uma. Sugerem-se fundos musicais apropriados, especialmente durante a narração, o que favorece a reflexão dos presentes.

O programa oferece a opção de envolver somente crianças, somente jovens e adultos ou, então, pessoas de várias faixas etárias.

Sintam-se à vontade para fazer adaptações. Usem a criatividade.

Este programa foi apresentado na Escola de 1a e 2a graus do Instituto Concórdia de São Paulo, em 1990.

ANUNCIAÇÃO

Repórter: Estamos em Nazaré, uma pequena cidade da Galiléia. Aqui mora o jovem carpinteiro José (Entra José e começa a trabalhar na carpintaria). José é descendente do rei Davi que fez de Israel um grande reino. Mas agora, José e seu povo Israel não tem governo próprio. Estão sob o domínio dos romanos (Soldado romano aparece em cena brevemente. Sai). Muita gente de Israel espera que um dia venha o Messias para libertar o povo do domínio estrangeiro.

Repórter: Em Nazaré, mora uma jovem virgem, chamada Maria, noiva do carpinteiro José (Maria entra e começa a trabalhar em sua casa). Deus a escolheu para ser a mãe do Messias, Jesus Cristo. (Maria senta-se, pensativa). Certo dia, Maria recebeu a visita do anjo Gabriel (Anjo apresenta-se) que lhe trouxe um surpreendente recado da parte de Deus, dizendo:

Anjo: “Alegre-se muito, Maria! Você é muito abençoada. O Senhor está com você.”

Repórter: “Porém Maria, quando ouviu o que o anjo disse, ficou sem saber o que fazer. E, admirada, ficou pensando no que ele queria dizer. Então o anjo continuou:

Anjo: “Não tenha medo, Maria. Deus está contente com você. Você vai ficar grávida, dará à luz um filho e vai pôr nele o nome de Jesus. Ele vai ser grande homem e será chamado de o Filho do Deus Altíssimo.”

Repórter: Então Maria disse ao anjo:

Maria: “Isso não é possível, pois eu sou virgem.”

Repórter: O anjo explicou:

Anjo: “O Espírito Santo virá sobre você, e o poder de Deus estará em você. Por isso o menino será chamado santo e Filho de Deus. Porque para Deus nada é impossível.”

Repórter: Maria confiou na palavra do anjo e disse:

Maria: “Eu sou uma serva de Deus: que aconteça comigo o que o senhor disse.”
(Anjo se retira).

RECENSEAMENTO - HOSPEDAGEM

Narrador: O tempo foi passando e, a gravidez de Maria realizada milagrosamente pelo Espírito Santo, foi se desenvolvendo. (Cena de muita gente na rua). De repente, Maria e José bem como todo o povo de Israel foram colhidos de surpresa por um decreto governamental.

Mensageiro: Atenção! Atenção, todos! Por ordem do imperador Augusto, senhor de todas as terras, todos os cidadãos do império deverão registrar-se para que se faça uma contagem da população. Cada pessoa deve ir a cidade onde nasceu para registrar o seu nome. (Mensageiro sai. Ouve-se murmúrio entre o povo).

Cidadão 1: Mas o que é isso! Vamos ter que largar o trabalho e ir para a nossa terra natal?!

Cidadão 2: Eu ainda não entendi bem essa coisa!

José: Puxa, logo agora, que a minha mulher está esperando um bebê! (Todos se arrumam para sair de viagem).

Narrador: Então todos foram se registrar, cada um na sua própria cidade. Maria e seu esposo José tiveram que viajar a Belém. Com eles iam muitas pessoas, e as cidades ficaram tomadas de gente. (Filas para registrar-se). Maria e José estão chegando a Belém. A cidade está tumultuada.

Maria: José, estou tão cansada!

José: Chegamos, Maria. Vamos àquele hotel. (Dirigem-se à portaria. Batem).

Hoteleiro: (Grita) Quem está aí?

José: Dois viajantes. Precisamos dum lugar para passar a noite. Viemos de longe.

Hoteleiro: Não temos mais vagas. E todos os outros hotéis também estão lotados. Vão embora!

José: Mas só um lugarzinho. Minha mulher está esperando nenê. Não pode ficar aí fora.

Hoteleiro: Vão embora, já disse. Eu quero dormir. (Maria e José pensativos, preocupados).

Maria: Que vamos fazer agora, José? Não podemos ficar na rua!

José: (Dirigindo-se à pessoa da rua): Por favor, companheiro. Sabe dum lugar onde podemos nos hospedar?

Senhor: Não. Todos os hotéis, até as casas estão cheias.

José: Temos que achar um lugar. (Dirigindo-se à outra pessoa). Ei, moço!

Moço: Diga!

José: Precisamos achar um lugar para ficar... Qualquer cantinho serve.

Moço: Está difícil. O único lugar que tenho é uma estrebaria. É um lugar sem conforto, mal cheiroso, no meio dos animais.

José: Não tem problema. Serve, serve, sim.

Moço: Venha comigo. (Moço leva-os à estrebaria).

Narrador: Jesus “veio para o seu próprio país, mas o seu povo não o recebeu” (Jo 1.11). Assim como foi no passado, continua em nossos dias: Na vida de muita gente não há lugar para Jesus Cristo.

NASCIMENTO

Narrador: Maria e José acomodaram-se na estrebaria de animais. Enquanto estavam ali, chegou a hora do Filho de Deus nascer. Naquela noite, Maria deu à luz o seu primeiro filho: **N A S C E U J E S U S!!** (Pausa). Maria enrolou o menino em panos e o deitou numa manjedoura. Era Natal pela primeira vez!

Canto:

OS PASTORES E OS ANJOS

Narrador: Natal é festa do amor de Deus! Jesus Cristo é Deus vindo ao mundo para buscar e salvar a humanidade perdida.

Narrador: “Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.”

Narrador: A notícia do nascimento do Salvador Jesus precisava ser divulgada. Na região de Belém, “havia pastores que estavam passando a noite nos campos, tomando conta dos rebanhos. Então um anjo do Senhor apareceu, e a luz gloriosa do Senhor brilhou sobre os pastores. Eles ficaram com muito medo, mas o anjo disse:

Anjo: “Não tenham medo! Estou aqui para trazer uma boa notícia a vocês, e ela será motivo de grande alegria também para todo o povo! Hoje, na cidade de Davi, nasceu o Salvador de vocês - o Messias, o Senhor! Esta será a prova: Vocês encontrarão uma criancinha enrolada em panos e deitada numa manjedoura.”

Narrador: No mesmo instante apareceu junto com o anjo uma multidão de outros anjos, como se fosse um exército celestial. Eles cantavam hinos de louvor a Deus, dizendo:

Anjos: “Glória Deus nas maiores alturas do céu! E paz na terra para as pessoas a quem ele quer bem!” (Coral)

Narrador: Quando os anjos voltaram para o céu, os pastores diziam uns aos outros:

Pastores: “Vamos até Belém para ver o que aconteceu, para ver aquilo que o Senhor nos contou.” (Dirigem-se a Belém)

Narrador: “Eles foram depressa, encontraram Maria e José e viram o menino deitado na manjedoura. Então contaram o que os anjos tinham falado a respeito dele. E Maria ficou lembrando todas essas coisas; pensava muito nelas e ia guardando tudo no coração.” (Crianças pequenas visitam Jesus)

Narrador: Tendo visto Jesus, “os pastores voltaram para os campos, cantando hinos de agradecimento a Deus pelo que tinham ouvido e visto. E tudo era justamente como o anjo havia falado.”

OS SÁBIOS DO ORIENTE

Narrador: Algum tempo depois, homens sábios do Oriente que estudavam as estrelas descobriram uma estrela nova. Guiados pela estrela, vieram a Jerusalém e perguntaram:

Sábios: Onde está o menino que nasceu para ser o rei dos judeus? Nós vimos a sua estrela no Oriente e viemos adorá-lo.

Narrador: Em Jerusalém morava o rei Herodes que não admitia que falasse num novo rei porque temia que viesse ocupar o seu lugar.

Narrador: Herodes ficou muito preocupado com a notícia do nascimento do rei Jesus. Convocou os seus assistentes e os estudiosos e perguntou onde devia nascer o Messias. Eles responderam:

Assistentes: Na cidade de Belém, na região da Judéia. Assim o dizem as escrituras.

Narrador: Então Herodes chamou os visitantes do Oriente para uma reunião secreta e perguntou qual o tempo exato em que a estrela havia aparecido. Depois os mandou a Belém com a seguinte ordem:

Herodes: “Vão e procurem informações bem certas sobre o menino. E, quando o encontrarem, me avisem, para eu também ir adorá-lo.” (Sábios seguem viagem).

Herodes: Eu vou adorá-lo! Até parece! Eu vou é dar um jeito de acabar com a vida dele assim que souber onde está!

Narrador: No caminho a Belém, os sábios “viram a estrela, a mesma que tinham visto no Oriente. Ela foi adiante deles e parou acima do lugar onde o menino estava. Eles ficaram muito felizes e contentes quando viram a estrela. Entraram na casa e encontraram o menino com Maria, a sua mãe. Então se ajoelharam diante dele e o adoraram. Depois abriram as suas caixas e lhes

ofereceram presentes: ouro, incenso e mirra.” (Crianças visitam Jesus e lhe oferecem presentes)

Narrador: Deus frustrou o plano de Herodes de tirar a vida de Jesus. Num sonho, Deus avisou os sábios para não voltarem a Herodes. Por isso tomaram outro caminho para voltarem à sua terra.

Canto:

Narrador: Natal, outra vez. Nada além de uma volta a mais completada na rotina. Nada além de uma história infantil, um discurso ultrapassado.

Narrador: Não. Natal não é rotina. Natal é Deus vindo ao encontro do homem moderno, massificado e rodeado de tecnologia para oferecer direção à sua vida através de Jesus Cristo.

JESUS, O CAMINHO

(Cena de pessoas desnorteadas. Pode-se ilustrar através de placas com setas indicando várias direções).

Narrador: Muitos são os caminhos que se oferecem à humanidade - caminhos que apontam em todas as direções, contrárias até umas às outras. Cada ser humano escolhe o seu caminho na esperança de encontrar nele sentido para a sua vida e solução para os seus problemas. Mas, pessoas aos milhares, por não estarem no único caminho seguro, acabam desnorteadas, confusas nos seus becos que os afastam cada vez mais de Deus e as levam ao desespero e desgraça.

Narrador: Deus, em seu grande amor, porém, se compadece de suas criaturas e lhes oferece Jesus Cristo. O Salvador Jesus veio ao mundo exatamente para resgatar você dos becos do pecado e para dar direção à sua vida. (Apresenta-se Jesus adulto).

Jesus: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida: somente por meio de mim é possível chegar ao Pai.” (Jo 14.6). (Pessoas ouvem as palavras de Jesus, levantam-se e, pouco a pouco, o seguem). “Venham a mim e sigam-me; eu sou o único caminho seguro.” (Jesus e as pessoas retiram-se de cena)

JESUS, A RESSURREIÇÃO E A VIDA

(Cena de velório ou gente morta estendida no chão).

Narrador: Doenças, acidentes, crimes, violências levam, dia após dia, muita gente à morte. Você ou pessoa do seu convívio pode ser a próxima vítima! Pensam muitos que a morte é o fim das esperanças, o tenebroso e terrível túnel do qual não há retorno. Eis porque terrível angústia e desespero se abatem sobre os mortais que não têm esperança de ressurreição e vida eterna.

Narrador: Graças a Deus, Cristo veio ao mundo, sofreu e pagou pelas culpas dos homens, morreu na cruz pelos mortais e ressuscitou vitoriosamente. (Apresenta-se Jesus)

Jesus: (Dirigindo-se às pessoas em cena): “O salário do pecado é a morte, mas o presente de Deus é a vida eterna para quem está unido com Cristo Jesus.” (Rm 6.23). “Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra viverá; e quem vive e crê em mim nunca morrerá. Você crê nisso?” (Jo 11.25). (Mortos ressuscitam. Jesus e ressuscitados retiram-se de cena).

JESUS, A LUZ DO MUNDO

(Ambiente escuro)

Narrador: Existem trevas, escuridão em sua vida?

Ódio no coração, desentendimento no lar, atritos no emprego, preocupações com a saúde, riscos de vida, alma angustiada, consciência culpada... são trevas, manchas pretas em nossa existência que nos distanciam de Deus e desgraçam a nossa vida.

Natal é luz! Com o nascimento de Cristo, “o povo que andava na escuridão viu uma forte luz; a luz brilhou sobre os que viviam nas trevas.” (Is 9.2). (Apresenta-se Jesus)

Jesus: “Eu sou a luz do mundo; quem me segue terá a luz da vida e nunca andará na escuridão.” (Jo 8.12) (Alunos com velas dirigem-se a Jesus e acendem as mesmas e postam-se voltados para o público).

Narrador: Jesus Cristo "é a luz verdadeira, a luz que veio ao mundo e ilumina todas as pessoas." (Jo 1.9).

SIMPÓSIO INTERNACIONAL:

LUTERO E O MINISTÉRIO PASTORAL

No "Ano de Lutero '96", quando se comemora o 450º aniversário da morte de Lutero, o ICSP estará promovendo um Simpósio com a participação de teólogos luteranos da IELB, IECLB, LC-MS, e ELCA.

Reserve desde já a data: 22-26 de julho de 1996.

Maiores informações serão veiculadas em breve.

RECENSÕES

MARTINHO LUTERO-OBRAS SELECIONADAS. Volume V. Ética: Fundamentos - Oração - Sexualidade - Educação - Economia. Editora Sinodal/Concórdia Editora-São Leopoldo/Porto Alegre, 1995 (516 páginas).

A edição de Obras do Reformador Martinho Lutero, em língua portuguesa, registra mais outro avanço com o lançamento do volume 5 no corrente ano. Reúne escritos compilados sob o critério temático da ética, isto é, posicionamentos referentes a assuntos de conduta cristã em Igreja e sociedade. Já habituado à ótima qualidade dessa série de obras de Lutero, o leitor se congratula com mais esta publicação, agradecendo à Comissão Interluterana de Literatura (CIL) pela iniciativa e administração do projeto, à equipe editorial pelo excelente trabalho realizado e a diversos patrocinadores pela viabilização financeira da tradução e impressão.

Essa tradução vem preenchendo verdadeira lacuna na teologia e na vida das Igrejas radicais em ambiente de fala portuguesa. Reveste-se de significado profundamente ecumênico. Isto não só por unir a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) no esforço da CIL de subsidiar a reflexão teológica luterana no país, mas muito mais por enriquecer o testemunho da fé cristã em seu todo. Martinho Lutero e a herança que legou não são propriedade particular das Igrejas luteranas. São patrimônio da cristandade. Tal constatação faz jus ao que Lutero em seu labor teológico, construtivo e crítico, sempre pretendia ser, a saber servo da uma Igreja universal de Jesus Cristo. Por essa razão é de esperar que as "Obras Seleccionadas" desse tão combativo lutador pela causa do Evangelho encontre, além de leitores luteranos, muitas outras pessoas que, como ele, buscam autenticidade na vivência do discipulado.

Para tanto os escritos reunidos neste 5º volume oferecem especial auxílio. Tratam dos múltiplos aspectos da existência cristã do cotidiano. É impressionante a abrangência do cuidado pastoral de Lutero e de seus posicionamentos. Ética cristã inicia com a espiritualidade, ou seja com a oração, o louvor a Deus, a vivência da fé. É este seu fundamento, de onde se estende para as demais esferas da conduta humana. Lutero aborda questões da sexualidade, do matrimônio, da relação entre pais e filhos, o dever e direito à educação, bem como abusos e obrigações no mundo da economia. Discute, em sentido amplo, as implicações da existência "política" do ser humano sob a ótica do Evangelho.

Quem se aventura a ler os depoimentos de Lutero se surpreende com a concreticidade de seus conselhos e a relevância dos mesmos a despeito dos quase

cinco séculos entrementes decorridos. Suas reflexões sobre a usura, por exemplo, são dignas da mais alta consideração numa época de vigência de um sistema econômico produtor de pobreza sem precedentes. Algo análogo vale com respeito à sua insistência na necessidade da educação, aliás numa conceituação mais abrangente do que aquela que a reduz à mera habilitação profissional. E está aí, também, valiosa ajuda no aconselhamento familiar. Lutero foi e continua sendo pessoa “moderna” de quem muito pode aprender quem lhe der ouvidos.

Isto não significa que Lutero não devesse ser lido criticamente. Ele não deixa de ser filho de sua época. Seu estilo traz as marcas do século XVI, e não faltam ambigüidades e mesmo incoerências em sua posição. Mas talvez seja esse um dos motivos do fascínio que suas obras continuam a irradiar e que reside na conjugação de paixão pelo Evangelho e de profunda humanidade. Por ambas, Lutero nos toca no íntimo de nosso ser, permanecendo instrutivo mesmo naquilo em que errou. Essa experiência, porém, fará somente quem busca o diálogo com esse profeta e apóstolo de Jesus Cristo.

Também neste 5o volume das “Obras de Lutero” a leitura é facilitada tanto pela boa linguagem da tradução, quanto por introduções elucidativas a cada um dos escritos, pela excelente qualidade da impressão. Certamente leitura sempre significa trabalho. Também neste caso isto não é diferente. Entretanto, constitui um dos méritos desta edição convidar para o estudo, fazendo-o acessível também ao não especialista em teologia. Assim sendo, e considerando os fortes estímulos que a fê “prática” receberá da leitura deste volume dedicado à ética, seja ele insistentemente recomendado ao aproveitamento pela comunidade cristã.

P. Dr. Gottfried Brakemeier
Presidente da Federação Luterana Mundial
e professor na Escola Superior de Teologia da IECLB,
em São Leopoldo/RS, setembro de 1995



HEINTZEN, ERICH. *Love Leaves Home: Wilhelm Loehe and the Missouri Synod*. Condensado por Frank Starr. Concordia, St. Louis, 1973.

F. Starr condensa e simplifica a dissertação de doutorado de E. Heinzen, na qual busca mostrar a importância de W. Loehe para a formação do Sínodo de Missouri, e a posterior ruptura.

O primeiro capítulo é biográfico, e apresenta Johannes Konrad Wilhelm Loche (1808-1872), pastor de Neuendetteslau, como um homem movido pela compaixão, pastor fiel, reconhecido pregador, estudioso, e empreendedor, tendo fundado diversas instituições de caridade e missionárias.

Os outros nove capítulos descrevem o empreendimento missionário de Loche na América, a aproximação com os saxões luteranos de Missouri e a posterior ruptura e certa rivalidade, com relato dos fatos e de nomes marcantes desta história. Fica claro que motivos pessoais mas, sobretudo, teológicos determinaram, em certo ponto da história, a ruptura entre Loche e o sínodo que ele ajudara a fundar.

Ao ler um artigo de Rev. F. C. D. Wynken, em que este descrevia a situação dos alemães luteranos na América e apelava por ajuda dos compatriotas, Loche passou a liderar uma campanha em prol de recursos e voluntários. Fez da casa pastoral em Neuendettelsau um seminário para treinamento de voluntários, fundou um seminário de treinamento rápido também em Fort Wayne, e ainda outro após a ruptura com o Sínodo de Missouri. Enviou continuamente missionários, dinheiro e livros para a causa da igreja luterana na América. Organizou e financiou grupos de emigração, que formaram colônias no Michigan e que desenvolveram um trabalho de evangelização entre os índios. Produziu uma Agenda para o culto e também um devocionário. Lamentou o avanço do inglês entre os alemães luteranos na América, e empenhou-se em vão pela preservação do alemão. Identificava tanto o inglês com o metodismo que crescia na América quanto o alemão com a ortodoxia luterana.

Os primeiros missionários enviados por Loche filiaram-se ao Sínodo de Ohio, que reunia luteranos e calvinistas em congregações mistas. Quando se introduziu uma ordem de celebração da santa ceia com características reformadas, os missionários de Loche desligaram-se do Sínodo de Ohio. A aproximação destes com o grupo de luteranos saxões de Missouri resultou na formação do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e Outros Estados (1847). Loche via com bons olhos a formação do novo sínodo, mas questionava seriamente a extensão de poder conferida aos representantes leigos das congregações nos Estatutos do Sínodo. Também veio a ressentir-se ao ver diminuída sua influência sobre os missionários, a missão entre os índios e o seminário de Fort Wayne depois da formação do sínodo. Queixou-se de ser solicitado apenas para novas doações que arrecadava na Alemanha.

A ruptura entre Loche e o recém formado sínodo começou quando Loche em 1849 manifestou-se publicamente a respeito de uma querela que era mesmo anterior à formação do sínodo, entre os saxões e o Rev. J. A. A. Grabau, de Buffalo, NY, presidente de um sínodo formado por imigrantes da Prússia. A questão era acerca da doutrina do ministério, e Grabau defendia idéias que os

saxões consideravam semelhantes às do Rev. M. Stephan, isto é. episcopais. Grabau havia proibido em seu sínodo que leigos conduzissem cultos em congregações vacantes, exigia obediência dos congregados ao pastor nos assuntos onde a Bíblia não oferece resposta clara, e exercia a disciplina eclesiástica e a excomunhão de forma pessoal e arbitrária. Grabau acusava o Sínodo não só de erros doutrinários como de falta de ética ao receber ou atender pessoas ou grupos por ele excluídos. Loehe, embora criticasse o temperamento e o autoritarismo de Grabau, identificava-se mais com as convicções de Grabau do que com as do Sínodo na questão do ministério. Embora a visita de Walther a Loehe tenha melhorado o conceito mútuo dos dois líderes, as diferenças teológicas permaneceram e determinaram a ruptura.

Havia diferenças quanto à doutrina da igreja, do ministério e da relação entre Escritura e Confissões. Para Loehe, a distinção de Walther entre igreja visível e invisível consistia de abstração platônica. Para Walther, a quase identificação de Loehe entre igreja visível e invisível revelava sua tendência "romanizante." Quanto ao ofício e autoridade pastoral, Loehe dava importância maior à ordenação, enquanto Walther, ao chamado. Para Loehe, a ordenação faz de alguém pastor. Para Walther, o chamado da congregação--chamado divino!--o faz. Para Loehe, o ministério precede a congregação. Para Walther, a congregação estabelece o ministério em seu meio. Quanto às Confissões Luteranas, Loehe argumentava em favor de desenvolvimento teológico a partir e além das Confissões. Walther, ao contrário, entendia as Confissões como sendo a correta exposição da doutrina bíblica e, portanto, de caráter normativo. Desta forma, Loehe podia concordar que a posição de Walther encontrava suporte nas Confissões e, ao mesmo tempo, defender posição contrária.

Loehe continuou a enviar missionários e recursos para a América, chegando a fundar outro seminário, que veio a fazer parte de um novo sínodo, de Iowa. Loehe e o Sínodo de Missoouri seguiam assim caminhos diferentes, até certo ponto rivais.

O mérito do autor está em demonstrar que, em última análise, a divergência entre Loehe e o Sínodo de Missouri quanto à doutrina do ministério, que ocasionou a ruptura, apenas refletia outra, maior, a divergência sobre o caráter normativo das Confissões Luteranas. Em vista disto, é de grande valor para a nossa própria reflexão sobre o tema.

Rev. Luisivan Strelow
Capelão do Exército
São Paulo, SP